



**CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS
ARQUITETURA E URBANISMO**

MARCELA MARQUES TEIXEIRA



**UMA PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UM ABRIGO-ESCOLA PARA
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE FORTALEZA.**

Fortaleza - CE
Junho de 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Centro Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do
Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T355z Teixeira, Marcela Marques.
Zelar : Uma proposta arquitetônica de um abrigo-escola para
crianças em situação de rua na cidade de Fortaleza / Marcela
Marques Teixeira. - 2020.
173 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro
Universitário Christus - Unichristus, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profa. Ma. Mariana Lira Comelli.

1. Abrigo-escola para crianças em situação de vulnerabilidade.
2. Abrigo. 3. Zelar. I. Título.

CDD 720

MARCELA MARQUES TEIXEIRA



Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Arquitetura e
Urbanismo do Centro Universitário Christus,
como requisito parcial para obtenção de título
de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Professora Mariana Lira Comelli

Fortaleza - CE
Junho de 2020

FORTALEZA
2020

MARCELA MARQUES TEIXEIRA

ZELAR: PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UM ABRIGO-ESCOLA PARA CRIANÇAS
EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE FORTALEZA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso da Arquitetura e
Urbanismo do Centro Universitário
Christus, como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Me. Mariana Lira
Comelli

Aprovada em: 26/06/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Mariana Lira Comelli
Centro Universitário Christus

Prof. Me. Carlos Eduardo Costa e Silva Fontenelle
Centro Universitário Christus

Arquiteto George de Menezes Lins
(convidado)

A todas as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social e que despertam em mim o desejo de mudar o mundo. Se não por completo, que ao menos eu possa mudar o mundo de vocês.

Agradecimentos

Encerrar esse ciclo me faz reviver um pouco do percurso traçado até aqui e, parafraseando Papa Francisco, que disse que ninguém vence sozinho e que não existe conquista de uma pessoa só, é esse o sentimento que brota em meu coração ao encerrar essa fase, que não é só minha, mas de todos aqueles que cruzaram o meu caminho durante esses 5 anos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela sua bondade comigo, por não me desamparar, por me dar a força necessária para suportar as dificuldades e permanecer sempre perto. Sem a certeza de que isso era uma vontade Tua, nada seria possível.

À minha família, em especial aos meus pais, irmão e cunhada, pelo apoio, amor e cuidado incondicional, por nunca me cobrarem, tornando a jornada mais leve e tranquila.

À minha orientadora Mariana Comelli por toda paciência, preocupação, cuidado e conhecimento compartilhado durante esse período, e por ser também um exemplo de profissional na Arquitetura. Agradeço ainda a todos os professores que fizeram parte da minha formação ao longo dessa jornada, me mostrando o mundo da Arquitetura e do Urbanismo e me fazendo refletir sobre a importância do espaço na vida das pessoas que o habitam.

Aos membros da banca pela disponibilidade em participar da minha avaliação e pela atenção dispensada ao meu trabalho.

Às minhas amigas, que nunca mediram esforços para me ajudar e me encorajar a não desistir, por acreditarem mais em mim do que eu mesma. Agradeço de forma especial à Andressa, Fernanda, Julie, Laiana, Lara, Luciana, Maria Clara, Neuza e Raysa. Vocês são incríveis!

Aos amigos Bianca, Camila, Gustavo, Mateus, Mel e Záfia presentes da faculdade - por todas as ideias e conhecimentos compartilhados, pelas noites viradas e pelos sufocos divididos ao longo da faculdade.

À minha chefe Rafaella Thomaz, pela compreensão e por, mesmo sem saber, ressignificar meu olhar para a profissão, me dando um novo ânimo para concluir esse curso.

À Obra Lumen, por me dar um novo olhar àqueles que se encontram em situação de rua, me dando a sensibilidade para escolher esse tema.

Por último, mas não menos importante, a todas as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social e que despertam em mim o desejo de mudar o mundo. Se não puder mudá-lo por completo, que ao menos eu possa mudar o mundo delas.

Muito obrigada! Nós conseguimos, porque sem vocês eu não chegaria até aqui! Que venham os próximos desafios!

Resumo

Este trabalho tem o intuito de desenvolver um embasamento teórico e prático para a criação de um projeto arquitetônico de um abrigo-escola na cidade de Fortaleza. O projeto busca atender crianças, com idade entre 2 e 10 anos, que enfrentam o desafio de ter sua infância permeada pela vida em situação de rua e que possuam parentes que sofram com a dependência química e que desejem passar por um processo de reabilitação e reinserção familiar. Dentro desse contexto, a restauração dessas famílias figura como um papel crucial no desenvolvimento da criança, pois é a partir dela que suas primeiras interações são estabelecidas. O projeto arquitetônico busca suprir o direito garantido de todo cidadão possuir um local digno para morar, como afirma a Constituição Federal de 1988, no rol dos direitos fundamentais, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, e não deixar essa parcela da população desamparada, num espaço que a força a desenvolver habilidades de sobrevivência, como é a realidade em que estão inseridas muitas crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social. À luz da Psicologia Ambiental, percebe-se como o ambiente insalubre e inadequado da rua reflete negativamente no comportamento humano, aumentando os números de violência, abusos físicos e sexuais, uso e tráfico de drogas e mendicância. Diante disso, surge a Obra Lumen de Evangelização, comunidade católica que trabalha diretamente com pessoas em situação de rua e mantém casas para acolhê-las. Portanto, além de oferecer um ambiente confortável para morar, propõe-se também a construção de uma escola para inserir essas crianças no âmbito pedagógico, ensinando-as novos valores, sem esquecer do conforto que esses ambientes devem ter para que a aprendizagem seja realizada de maneira efe-

tiva. Dessa forma, assim como o ambiente da rua gera consequências na vida do cidadão, fornecer alternativas como instituições que restaurem o olhar dessas crianças é uma maneira cautelosa de evitar que os números de violência aumentem, retirando as crianças da situação de rua, oferecendo outra visão da realidade e novas oportunidades, além de colaborar também com o tratamento de dependentes químicos e a restituição dessas famílias é uma medida de urgente adoção na sociedade atual.

Palavras-chave: Abrigo-escola. Crianças em situação de rua. Psicologia Ambiental. Arquitetura escolar.

Abstract

This work aims to develop a theoretical and practical basis for the creation of an architectural project for a school shelter in the city of Fortaleza. The project seeks to assist children, aged between 2 and 10 years, who face the challenge of having their childhood permeated by homelessness and who have relatives who suffer from substance abuse and who wish to undergo a process of rehabilitation and familiar reintegration. Within this context, the restoration of these families is a crucial role in the development of the child, as it is from there that their first interactions are established. The architectural project seeks to supply the guaranteed right of every citizen to have a decent place to live, as stated in the Federal Constitution of 1988, in the list of fundamental rights, and in the "Estatuto da Criança e do Adolescente", and not to leave this part of the population destitute, in a space that forces you to develop survival skills, as is the reality in which many children and adolescents who live in a situation of social vulnerability are inserted. Based on the Environmental Psychology, it is perceived how the unhealthy and inadequate environment of the street reflects negatively on human behavior, increasing the numbers of violence, physical and sexual abuse, drug use and trafficking and begging. Therefore, emerges Obra Lumen, a Catholic community that works directly with homeless people and maintains houses to welcome and shelter them. Thus, in addition to offering a comfortable environment to live in, it is also proposed to build a school to insert these children in the pedagogical scope, teaching them new values, without forgetting to mention that the comfort that these environments must have for the learning to be carried out in an effectively way. So just as the street environment has conse-

quences for the citizen's life, providing alternatives such as institutions that restore the life of these children is a cautious way to prevent the numbers of violence from increasing, removing children from the street situation, offering another reality to live and new opportunities, in addition to collaborating with the treatment of drug addicts and restoring these families is a measure of urgent adoption in today's society.

Keywords: School-shelter. Homeless children. Environmental Psychology. School Architecture.

Lista de Imagens

Imagem 1 - Vista do Pátio Central do Centro Infantil Econef. _62

Imagem 2 - Entrada do Centro Infantil Econef _63

Imagem 3 - Planta Baixa Centro Infantil Econef _65

Imagem 4 - Corte Longitudinal Centro Infantil Econef _65

Imagem 5 - Corte Transversal Centro Infantil Econef _65

Imagem 6 - Pátio Coberto Centro Infantil Econef _65

Imagem 7 - Dormitórios com detalhes para esquadrias _66

Imagem 8 - Planta Baixa Implantação. _67

Imagem 9 - Relação com o entorno _68

Imagem 10 - Vista Frontal Ressaltando as Casas unidas. _69

Imagem 11 - Vista Fachada Sul _69

Imagem 12 - Fachadas Norte e Sul _70

Imagem 13 - Diagrama Formal _70

Imagem 14 - Espaços Convidativos _71

Imagem 15 - Planta Baixa Pavimento Térreo _72

Imagem 16 - Planta Baixa Pavimento Superior _73

Imagem 17 - Diferentes formas para diferentes funções _74

Imagem 18 - Implantação do equipamento no terreno. _75

Imagem 19 - Relação com o entorno. _76

Imagem 20 - Planta Baixa Térreo _77

Imagem 21 - Planta Baixa 1o Pavimento _77

Imagem 22 - Dormitórios _78

Imagem 23 - Espaços de convívio _79

Imagem 24 - Revestimentos de fachada _79

Imagem 25 - Detalhes construtivos _80

Imagem 26 - Pátio central. _80

Imagem 27 - Fluxograma _106

Imagem 28 - Estudo de massas _112

Imagem 29 - Esquema estrutural dos blocos pedagógico e íntimo

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Parâmetros Urbanísticos de acordo com a Zona _99

Tabela 2 - Classificação de Grupo e Subgrupo _100

Tabela 3 - Programa de Necessidades _107

Gráficos

Gráfico 1 - Motivos pelos quais as pessoas passaram a viver em situação de rua em Fortaleza. _ 36

Gráfico 2 - Uso de substâncias psicoativas por pessoas em situação de rua. _43

Gráfico 3 - Média da temperatura ao longo do ano. _90

Gráfico 4 - Índice Pluviométrico _92

Mapas

Mapa 1 - Localização _87

Mapa 2 - Regionais de Fortaleza e Entorno imediato. _88

Mapa 3 - Pontos de Referência _89

Mapa 4 - Orientação do Sol e Ventilação no Terreno. _91

Mapa 5 - Uso e Ocupação do Solo _94

Mapa 6 - Classificação viária do Bairro _96

Mapa 7 - Ciclovias e Ciclofaixas dentro do Bairro. _97

Mapa 8 - Macrozoneamento na escala do Bairro. _98

Abreviaturas e siglas

CEU	Condomínio Espiritual Uirapuru
CF	Constituição Federal
CHPS	Colaborative for High Performance Schools
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
ZPA	Zona de Preservação Ambiental
ZRU2	Zona de Requalificação Urbana 2

Sumário

1 INTRODUÇÃO	19
1.TEMA	23
1.2 JUSTIFICATIVA	24
1.3 OBJETIVO GERAL	26
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
1.5 METODOLOGIA	27

2.1 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	31
2.2 SITUAÇÃO DE RUA	33
2.3 CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	37
2.4 A CODEPENDÊNCIA	41
2.5 ABRIGOS E INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO	45
2.6 OBRA LUMEN DE EVANGELIZAÇÃO	45
2.7 CONDOMÍNIO ESPIRITUAL UIRAPURU	46
2.8 PSICOLOGIA AMBIENTAL E A INTERFERÊNCIA DO ESPAÇO CONSTRUÍDO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	48
2.9 ARQUITETURA ESCOLAR	51

3 REFERENCIAL PROJETUAL	59
3.1 CENTRO INFANTIL ECONEF	59
3.2 CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO	65
3.3 MORADIAS INFANTIS	73
3.4 ÓSTICO	83

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PERFIL DOS USUÁRIOS	5
4.2 LOCALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	86
4.3 ANÁLISE DO TERRENO	90
4.4 PERFIL SOCIOECONÔMICO E INFRAESTRUTURA DO BAIRRO	93
4.5 LEGISLAÇÃO PERTINENTE	98
5 PROJETO E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	70

5.1 CLIENTE	105
5.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES E FLUXOGRAMA	105
5.3 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	110
5.4 MEMORIAL DE PROJETO	112
5.5 PROJETO E A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	114

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
-------------------------	-----



**Ame simplesmente, porque nada nem ninguém
pode acabar com um amor sem explicação.**

Santa Dulce dos Pobres

Introdução 1



Introdução

O país encontra-se em uma situação de grande disparidade de renda entre a população, aumentando a desigualdade social e os índices de pobreza (GOMES; PEREIRA, 2005). Acredita-se que essa situação seja o reflexo da reestruturação dos modos de produção, ou seja, do capitalismo desenfreado, onde cada vez mais as pessoas estão competindo para obter melhores e maiores resultados dentro do mercado de trabalho, porém, nem todos possuem as mesmas chances para buscar essas oportunidades (GONTIJO; MEDEIROS, 2009).

Em decorrência disso, quando se caminha por Fortaleza, uma imagem é recorrente: a presença numerosa de pessoas que vivem em situação de rua. É fácil encontrar pessoas deitadas no chão, catando lixo e pedindo dinheiro, refletindo um panorama de desigualdade social e de concentração de renda na capital cearense. De acordo com o último censo da Prefeitura de Fortaleza, em 2015, cerca de 1.718 pessoas viviam em situação de rua, comprovando o crescimento dessa parcela da população, uma vez que, em 2008, apenas 504 pessoas viviam nessa condição, segundo afirma o "Diagnóstico socioeconômico de crianças, adolescentes e adultos moradores de rua de Fortaleza" realizado pela Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social em parceria com a Universidade Estadual do Ceará no ano de 2008.

Para essas pessoas, a rua, que deveria ser um espaço de encontros e de lazer, é um local que expressa a falta de dignidade, de oportunidade e de exclusão social. Essas pessoas utilizam o espaço público como um local de sobrevivência e de moradia, sendo o desemprego, as desavenças familiares e o uso de drogas lícitas e ilícitas os principais motivos pelos quais muitos estão



em tal situação (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome., 2009). A condição ainda é agravada devido à má distribuição de renda presente no território nacional que, segundo a pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas em 2005, o Brasil figura como a pior nação no que diz respeito a distribuição de renda, ainda que esteja na 13ª posição entre as maiores economias do mundo (GONTIJO; MEDEIROS, 2009).

De acordo com a Constituição Federal do Brasil (1988), todo ser humano possui direitos fundamentais, e o direito à moradia está entre eles, no entanto, a realidade é que em muitos locais do país esses direitos não são respeitados, já que, por falta de opção e/ou autonomia, algumas pessoas são inseridas desde os primeiros anos de vida no contexto de rua e, com isso, passam a estar vulneráveis a todos os riscos que podem advir de uma realidade carente de infraestrutura básica.

Segundo Hutz e Kooler (1997), uma criança está em situação de risco quando por algum motivo o seu desenvolvimento é afetado e/ou interrompido, não acompanhando os parâmetros de sua cultura. Os mesmos autores afirmam também que a situação de rua por si só já constitui uma situação de risco, pois pode afetar o ser humano de maneira física, social e psicológica. Além disso, existem fatores que aumentam a probabilidade desses riscos, como por exemplo a inserção no tráfico, abuso sexual, agressões físicas e morais, exploração do trabalho, a falta de educação de qualidade e vínculos familiares enfraquecidos.

Vale ressaltar ainda que essas crianças são também prejudicadas pela dependência química dos pais, sofrendo com uma interação familiar negativa, já que estão inseridas em um âmbito familiar desorganizado e disfuncional. Estas estão sujeitas a sofrerem com baixa autoestima, dificuldade de se rela-

cionar com outras pessoas, além de estarem mais propensas a consumirem, também, drogas lícitas ou ilícitas, e de desenvolverem transtornos psicológicos (FIGLIE et al., 2004).

Tal situação representa um problema não apenas de quem se encontra nessa situação, mas configura-se também como um problema social que exige mudanças imediatas por parte da sociedade e do Poder Público, já que essas pessoas não se encontram nessa situação por vontade própria, mas por razões complexas e multifatoriais, fazendo-se necessária a adoção de diversas medidas que possibilitem a mudança e a transformação da vida desses indivíduos.

Neste contexto, algumas obras sociais governamentais e particulares nascem com o intuito de colaborar e amenizar os efeitos negativos causados pela falta de um lugar digno para morar. Em Fortaleza, por exemplo, existem instituições que oferecem serviços para melhorar a qualidade de vida dessa população em situação de rua, porém existe um déficit em equipamentos com o objetivo de colaborar com a situação de dependência química dos adultos em conjunto com o acolhimento e a educação de seus filhos, que permanecem vulneráveis e ainda mais desamparadas durante um possível tratamento de seus responsáveis.

Diante disso, a Obra Lumen de Evangelização, comunidade católica com ampla experiência em trabalhos sociais com homens e mulheres em situação de rua, oferece oportunidades para que estes saiam das ruas, se recuperem dos danos causados pelo uso de drogas, aprendam um ofício e consigam se reinserir na sociedade de forma digna.

Assim, a presente pesquisa visa projetar um espaço que possibilite abrigar as crianças cujos pais necessitem passar pelo processo de reabilitação de de-



pendência química, uma vez que há carência de ferramentas deste tipo e já que um ambiente físico bem estruturado influencia positivamente no desenvolvimento e na readaptação da criança, cuja infância já possui graves marcas de desigualdade. Além disso, o estudo visa também colaborar com o tratamento dos pais que passam por um processo de reabilitação, uma vez que muitos não aceitam aderir ao período de recuperação por não quererem se separar dos seus entes, mas, com o projeto, poderão confiar que seus filhos estarão seguros e serão bem tratados.

Tema

O tema escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, é um estudo para o embasamento da criação de um projeto de um abrigo-escola para acolher crianças com idade entre 2 e 10 anos que vivem em situação de rua e cujos pais desejam passar por um processo de recuperação de toxicod dependência, como pré-requisito para a conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Este equipamento estará aliado ao complexo de reabilitação e ressocialização da Obra Lumen de Evangelização, que além de resgatar a dignidade dessas crianças e amenizar os efeitos negativos da rua, tem o intuito de incentivar que homens e mulheres saiam da condição de uso de drogas, pois neste local seus filhos poderão ser acolhidos durante os 9 meses em que estarão em tratamento em uma das casas já existentes da Obra Lumen. O terreno de intervenção está inserido dentro do Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU), no bairro Castelão, na cidade de Fortaleza/CE, próximo ao local onde encontra-se o complexo de tratamento dos adultos acolhidos pela Obra Lumen.



Justificativa

Após anos de debate à respeito do descaso com o cuidado e a garantia dos direitos infanto-juvenis, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi publicado com o objetivo de proteger integralmente àqueles que se encontram na faixa etária de zero a 11 anos (crianças), e de 12 a 18 anos (adolescente), traçando diretrizes que procuram assegurar o bem-estar desses cidadãos.

Para isso, faz-se necessário pensar em maneiras de aliviar e oferecer melhores condições àqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, em especial as crianças para que, com uma estrutura adequada e o devido acompanhamento humano, psicológico, pedagógico e espiritual, possam construir vínculos afetivos e uma base humana sólida para que sua realidade mude, obtendo ganhos não somente pessoal, mas uma mudança na sociedade em que estão inseridas.

Além disso, a criação desse equipamento visa trazer melhorias significativas para o tratamento de homens e mulheres que desejam dar uma nova perspectiva às suas vidas, afastando-se da dependência química que os desvia de uma vida digna. Para isso, a ferramenta em estudo irá ao encontro de um dos grandes motivos que fazem as pessoas de rua com filhos rejeitarem a adesão ao tratamento: o vínculo com os filhos; uma vez que muitos desses indivíduos se veem entre duas opções, ou aderir ao tratamento e se separar dos seus entes, deixando-os na rua ainda mais abandonados ou não aderir ao tratamento para recuperação da toxicodependência e permanecer na rua, mas com os seus filhos por perto.

Desta forma, formula-se a seguinte questão de pesquisa: como de-

envolver um ambiente para acolher e colaborar com o desenvolvimento de crianças em situação de rua, cujos pais se interessam por processos de reabilitação e de reinserção na sociedade, amenizando os efeitos de terem os seus direitos violados?



Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é elaborar o projeto de um abrigo-escola em tempo integral para crianças de 2 a 10 anos, que se encontravam, junto de seu(s) familiar(es), em situação de rua, cujos pais ou responsáveis desejam passar pelo processo de reabilitação, na cidade de Fortaleza – Ceará, prestando, além do acolhimento e educação, apoio psicológico e espiritual, e a oportunidade do lazer, colaborando com o bem-estar dessas famílias.

Objetivos Específicos

- Entender a realidade socioeducativa da criança codependente em situação de rua;
- Conhecer os direitos que resguardam a criança no Brasil de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Constituição Federal (CF);
- Projetar, à luz da Psicologia Ambiental, espaços adequados ao acolhimento, ao esporte, ao lazer e à educação da criança codependente, contribuindo para o seu processo de desenvolvimento e favorecendo a melhoria na sua qualidade de vida.



Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa será realizado um aprofundamento do tema a fim de perceber por que motivo urge a necessidade de debater sobre essa problemática social e de que forma ela interfere na vida das pessoas que estão inseridas dentro desse contexto da sociedade.

Em seguida, será feita uma análise teórica sobre como se encontram as pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza, especialmente o público infantil que está nessa condição e quais são as suas necessidades.

Será realizado, ainda, o estudo do contexto em que o projeto que será construído está inserido, que é a Obra Lumen e o Condomínio Espiritual Uirapuru, onde encontra-se o terreno, atendendo a uma demanda existente, já que só existem planos para a construção de casas voltadas para o acolhimento de homens e mulheres.

Após todas essas etapas, será realizado o diagnóstico do terreno e a criação do programa de necessidades, que são condicionantes importantes para o início do projeto propriamente dito.





Onde não há caridade, não pode haver justiça.

Santo Agostinho



Referencial Teórico 2



Dignidade da Pessoa Humana

O ser humano é considerado como pessoa pois é dotado de razão, o que o diferencia de um objeto social. Por esta razão, jamais pode ser tratado como coisa, devendo ser reconhecido como fim, detentor de dignidade (KANT, 1992). Infelizmente, para muitos esses princípios e valores são negligenciados.

A dignidade humana é inviolável. Respeitá-la e protegê-la é obrigação de todos os poderes estatais, afirma a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, que por primeiro foi capaz de definir esse conceito (DA SILVA, 1998). No Brasil, após o regime militar, essa questão foi inserida como um dos fundamentos presentes na Constituição de 1988, reconhecendo sua importância e salientando o valor subjetivo que o ser humano possui, não podendo ser comparado a nada equivalente (DA SILVA, 1998). A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo I, afirma que todos os seres humanos possuem, desde seu nascimento, liberdade e igualdade em dignidade e direitos, devendo, por meio da razão, agir com espírito de fraternidade uns com os outros.

A dignidade da pessoa humana constitui valor que atrai a realização dos direitos fundamentais do homem em todas as suas dimensões e, como a democracia é o único regime político capaz de propiciar a efetividade desses direitos, o que significa dignificar o homem, é ela que se revela como o seu valor supremo, o valor que a dimensiona e humaniza.

Para afirmar e garantir essa dignidade preservada, a Constituição Federal de 1988, cita no artigo 1º:



Art. 1o A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I-a soberania; II-a cidadania; III-a dignidade da pessoa humana; IV-os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V-o pluralismo político. (DA SILVA, 1998).

Além disso, faz parte do rol dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988, princípios básicos que garantem a mínima qualidade de vida que um ser humano deve possuir, citados no artigo 6º:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988).

Por ser um princípio fundamental multifacetário, que visa proteger, preservar e estimular o homem, a dignidade da pessoa humana o acompanha por toda sua vida. Outro ponto que deve ser ressaltado é que este princípio não pode, em nenhuma hipótese, ser-lhe retirado, pois está na essência de sua própria natureza, inadmitindo que o ser humano seja vitimado por qualquer tipo de discriminação, humilhação e agressão (física ou moral), bem como seja perseguido, torturado ou mesmo ameaçado (DE CASTRO; DOS SANTOS, 2012).

Assim, pode-se concluir que todo ser humano é dotado de dignidade e merece respeito, tanto de seus semelhantes, como do Estado, tendo seus direitos garantidos e preservados por lei, por se tratarem de direitos fundamentais para a existência de qualidade de vida humana.

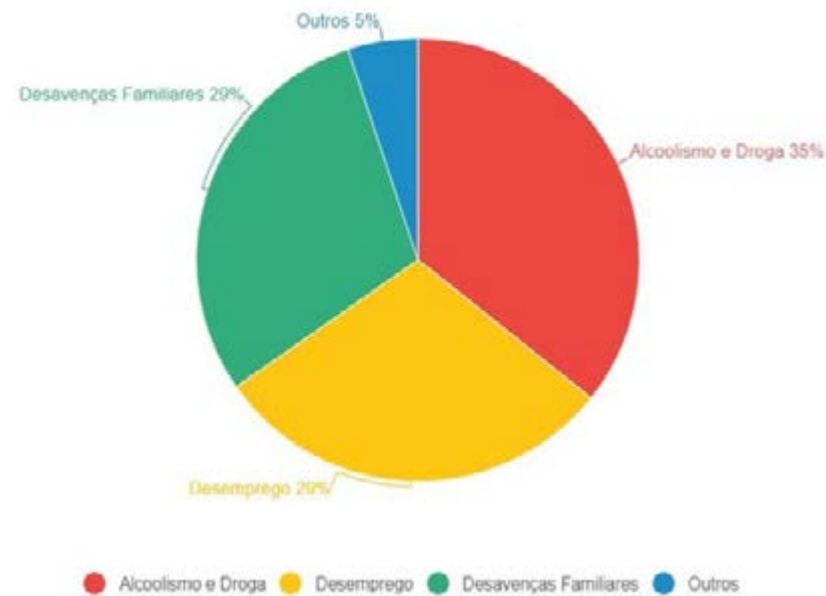
Situação de rua

Apesar de estar previsto na Constituição Federal que todo cidadão possui direito à moradia, essa não é a realidade da totalidade da população. É comum se deparar com pessoas utilizando o espaço público como alternativa de sobrevivência e de ordenação de suas identidades (GOVERNO FEDERAL, 2008). Esses indivíduos são consideradas pessoas em situação de rua, esse termo demonstra que essa é uma circunstância de vida passageira, contrapondo o termo "moradores de rua", que entrou em desuso, já que passa a ideia de uma condição permanente daquele ser.

Esses indivíduos são um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, de vínculos interrompidos ou fragilizados e da inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (FORTALEZA, 2006). Essas pessoas, em sua maioria, não optaram por viver na rua por vontade própria, mas foram condicionados a considerar essa condição como sua única alternativa, sendo o desemprego (29,8%), problemas com álcool ou drogas (35,5%) e conflitos familiares (29,1%), os principais motivos que levam o ser humano a estar em tal situação (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome., 2009).



Gráfico 1 - Motivos pelos quais as pessoas passaram a viver em situação de rua em Fortaleza.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. (2009)

Muito disso acontece porque o mundo encontra-se em uma busca incessante por satisfazer seus interesses e prazeres, consequência da globalização e do avanço tecnológico aos quais somos submetidos, fazendo com que as desigualdades sociais aumentem cada vez mais, já que nem todas as pessoas conseguem obter mesmo sucesso e êxito (COSTA, 2005). Neste contexto, o Brasil encontra-se em uma situação de enorme disparidade de renda entre a população, aumentando as desigualdades sociais e os índices de pobreza, que de acordo com o último censo do IBGE em 2018, mais de 55 milhões de brasileiros, ou seja, 26,5% da população, se encontram na faixa de pobreza, tendo que viver diante de muitas privações, com renda mensal média em torno de R\$ 406,00, seguindo a critérios do Banco Mundial (instituição financeira que realiza empréstimos a países em desenvolvimento). Porém, o cenário é ainda

mais alarmante para aqueles que estão abaixo dessa linha, compondo a população em extrema pobreza, que sobrevive com cerca de R\$ 140,00 mensais, tendo condições mínimas de dignidade e cidadania.

Além disso, a exclusão social do grupo societário em estudo também se caracteriza pela falta de pertencimento social, pela falta de perspectivas, pela dificuldade de acesso à informação e pela perda de autoestima (COSTA, 2005). O contexto de vida dessas pessoas é completamente diferente do que é considerado ideal pela cultura em que estão inseridos, sendo difícil para muitos compreender como essas pessoas conseguem sobreviver e encontrar algo de positivo nessa realidade. Silva (2003) responde quando diz:

"A rua oferta uma forma de vida diferente desta que conhecemos como ideal. Na rua não tem cama, não tem utensílios domésticos, não tem água potável à disposição, não tem eletroeletrônicos, mas acabam voltando para ela. O que essas pessoas descobrem é que é possível viver sem esses recursos que facilitam nossa vida, principalmente a vida moderna que está cada vez mais evidenciada pela relação de consumo. Na rua, os princípios de felicidade ou o conceito do que é bom são menos aristocráticos, acabam por valorizar outros elementos como o relacionamento entre eles, a solidariedade, o compartilhamento do pão, do cobertor, da droga e até mesmo da dor. Além disso, estão livres de algumas obrigações fatídicas as quais estamos submetidos todos os dias, como a rotina de trabalho, contas e outros compromissos." (SILVA, 2003, p. 57)

Parte dessas pessoas vive em espaços públicos, como em calçadas, embaixo de viadutos ou marquises, em bancos de praças, em estações de trem e rodoviárias. Outra parcela dessa população alterna suas noites e seu local de repouso em abrigos, albergues e pousadas sociais. Em grande parte, sobrevivem por meio de doações, pela reciclagem de lixo encontrado nas ruas e por trabalhos informais (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome., 2009).



Em Fortaleza, o número de pessoas que estão submetidas a esse tipo de moradia chega a 1.718, de acordo com o levantamento do Censo da População de Rua de Fortaleza (2015), sendo a maioria do sexo masculino.

O modo de vida das pessoas em situação de rua modifica o comportamento, a fala, os hábitos, o cheiro e a aparência desses indivíduos, trazendo impactos sérios para a sua personalidade, ainda mais agravados devido ao uso de álcool e drogas, de uma alimentação deficitária e da exposição à violência. Assim, contrastantes e distantes do comportamento ideal esperado pela sociedade, essa gente passa a ser, muitas vezes, excluída, esquecida e alvo de preconceito. Esses indivíduos parecem perder a dignidade da pessoa humana quando são observados como seres estranhos pela janela dos carros e dos ônibus, na entrada dos shoppings, nos bancos de praças e nas calçadas (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome., 2009).

Ressalta-se, assim, que todo ser humano é composto de sensibilidade que os leva a perceber o ambiente de forma diferente, gerando assim pensamentos distintos que resultam em ações e reações, portanto, o comportamento de muitos que se encontram na rua é reflexo do ambiente em que injustamente estão inseridos e que por descaso permanecem, como explica Matarazzo em sua tese:

"... a sensação é o momento de percepção do espaço, com cor, forma e profundidade; à medida que se percebe o espaço, o ser humano é tomado pela emoção, pelo sentimento que o espaço imprime ou a simbologia nele contida, em seguida o ser humano reflete sobre o espaço, confrontando-o com suas experiências anteriores, interpretando a mensagem contida. O resultado da reflexão é o comportamento humano. Cada indivíduo percebe, reage, e responde diferentemente as ações sobre o ambiente em que vive..." (MATARAZZO, 2010, p. 92).

Esse indicativo é preocupante, já que interfere diretamente em todo o desenvolvimento do país, não sendo um problema apenas de quem se encontra nessa situação, mas um problema nacional, e alerta que existe a necessidade de mudanças imediatas por parte da sociedade e do Poder Público, quebrando a teoria de que essas pessoas se encontram nessa situação por vontade própria e que não existe mais solução para transformar suas vidas.

Crianças em situação de vulnerabilidade social

Dentro do grupo de pessoas que possuem seus direitos desrespeitados ao terem que considerar a rua o seu lar, existem aqueles que são inseridos nesse contexto desde os primeiros anos de vida. Tal fato intensifica o processo de vulnerabilidade social, mas, ao contrário dos adultos na mesma condição, não significa, necessariamente, que tenha havido o rompimento com os vínculos familiares (GONTIJO; MEDEIROS, 2009).

É importante salientar que, muitas vezes, o vínculo familiar é monoparental, representado pela figura materna, possuindo, então, uma composição familiar diferente do modelo de família nuclear, podendo, em muitas situações aparentar uma desestruturação. A situação ainda se agrava devido à falta de condições financeiras para garantir as necessidades básicas, comprovando que a família pode ser um fator de proteção ou de risco no desenvolvimento das crianças (PALUDO; KOLLER, 2008).

Segundo pesquisa da Secretaria de Direitos Humanos de 2011, o Brasil possui cerca de 24 mil crianças e adolescentes em situação de rua, sendo 3 em cada 10 pessoas em situação de rua menores de 18 anos. (FREIRES, 2016).



A socialização do ser humano em geral ocorre através de três processos: os processos mentais de socialização, os processos afetivos de socialização e os processos condutais de socialização (BORSA, 2007). Borsa (2007) fala que os processos mentais de socialização correspondem ao conhecimento de valores, normas, costumes, pessoas, instituições, bem como da aprendizagem da linguagem e a aquisição de conhecimentos transmitidos através da escola. Os processos afetivos de socialização são uma das bases mais sólidas do desenvolvimento social da criança, sendo a empatia (experiência vicária do estado emocional do outro), o apego (vínculo afetivo com as pessoas que cuidam dela) e a amizade, que agem não só como uma forma de união aos grupos dos quais a criança faz parte, mas também servem como mediadores de todo o desenvolvimento social. Por fim os processos condutais de socialização envolvem a aquisição de condutas consideradas socialmente desejáveis, evitando aquelas que são julgadas como antissociais. A mesma autora cita que as motivações que favorecem a conduta social podem basear-se na moral (o que pressupõe interiorização de normas), o raciocínio sobre a utilidade social de determinados comportamentos, o medo do castigo, ou o medo de perder o amor ou os favores que recebem dos demais. Assim, entende-se que o desenvolvimento social implica aprender a evitar as condutas consideradas socialmente indesejáveis e a aquisição de determinadas habilidades sociais.

A criança é um ser humano ainda em desenvolvimento, não tendo nenhum de seus processos de socialização concluídos e devido a isso torna-se muito dependente de algo ou de alguém (BORSA, 2007). Para a criança, a família é responsável pelo seu desenvolvimento, fornecendo suporte afetivo e material, além de garantir sua proteção integral (GONTIJO; MEDEIROS, 2009). Isso, porém, não ocorre com famílias que sofrem com a desigualda-

de social decorrente da má distribuição de renda do país, levando-as a viver em um cenário de vulnerabilidade, onde as definições de família se vinculam a questões de confiança, não sendo baseadas apenas em laços sanguíneos (PALUDO; KOLLER, 2008). Apesar de ocorrer com muitas crianças que vivem em condição de rua, ainda existem aquelas que possuem relação com a sua família sanguínea e que não tiveram seus laços afetivos tão comprometidos pela situação em que vivem.

Diante do que foi apresentado, muitas crianças não recebem estímulos adequados para desenvolver suas potencialidades, estando, na maioria das vezes, expostas a altos níveis de stress e grandes riscos pessoais e sociais devido às experiências de adições, violência e exploração (HUTZ; KOOLER, 1997).

Dentre os motivos que levam as crianças a considerar a rua como um lugar para se viver, os mais comuns são a violência cotidiana dentro de casa, a necessidade de ajudar financeiramente, levando-a a buscar trabalhos informais no contexto urbano e a falta de atividades lúdicas e pedagógicas, deixando-a ociosa em casa, fazendo com que, na rua, buscasse liberdade e diversão. Além disso, o uso de drogas por parte dos pais ou responsáveis e demais conflitos familiares também são motivos frequentes (GONTIJO; MEDEIROS, 2009).

Assim, a rua passa a ser um meio de sobrevivência e um espaço onde seus vínculos são formados, como citam Menezes e Brasil (1998):

Para a criança em situação de rua, não existe apenas uma definição de rua, mas várias "ruas", como as praças, mercados cobertos, feiras, lojas, estação de ônibus, estação rodoviária, parques públicos, terrenos vazios, prédios abandonados, entre outros. Todos esses espaços fazem parte do que habitualmente chamamos rua, entretanto cada um possui uma função diferenciada para a criança. Eles podem ser um esconderijo, um lugar para conseguir dinheiro, alimentos, drogas, divertimento, etc. (MENEZES; BRASIL, 1998, p. 2).



É fato que, apesar de terem que desenvolver habilidades de competência e autonomia, uma criança em situação de rua tem sérias consequências no seu desenvolvimento social, psíquico, cognitivo, emocional e físico, sendo muitas vezes descritas como marginais, doentes, violentas, sujas e delinquentes, fruto do olhar pautado no preconceito e no estereótipo (HUTZ; KOOLER, 1997).

Dentro desse e de outros contextos que englobam o descaso com o cuidado à garantia dos direitos infanto-juvenis, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi publicado com o objetivo de proteger integralmente aqueles que se encontram na faixa etária até 12 anos incompletos (crianças), e de 12 a 18 anos (adolescente) como está explícito no Art 3º e 4º a seguir:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

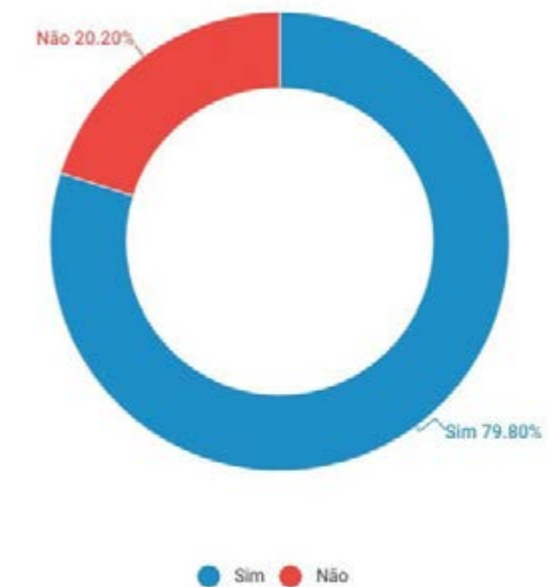
Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Diante da problemática social e de saúde, não se pode exigir que uma criança, ainda em desenvolvimento, cumpra seus deveres como cidadã se a maioria de seus direitos são gravemente desrespeitados (SANTANA et al., 2004).

A Codependência

Conviver com a situação de rua desde criança é um desafio, e o cenário torna-se ainda mais difícil quando se possui pais ou responsáveis dependentes químicos, uma vez que, de acordo com o último censo, mais da metade da população de rua faz o uso de substâncias psicoativas (FIGLIE et al., 2004).

Gráfico 2 - Uso de substâncias psicoativas por pessoas em situação de rua.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. (2009).

Para essas crianças, os riscos de consumir substâncias psicoativas precocemente é aumentado, principalmente se o problema dos pais for relacionado ao alcoolismo. Além disso, as crianças têm uma maior predisposição ao desenvolvimento de doenças psicológicas e de problemas físico-sociais e emocionais, provenientes de uma falta de estimulação e interação saudável (FIGLIE et al., 2004).

Dentro desse contexto, vale ressaltar que muitos adolescentes entre 11



e 18 anos, que vivem em situação de rua, já fazem uso de alguma droga, em maioria do sexo masculino, sendo o álcool a porta de entrada, seguido pela maconha e outros (OLIVEIRA et al., 2016). Isso se dá pelo fato de que a adolescência, por si só, já ser uma fase em que o jovem busca uma independência, tendendo a não aceitar orientações para testar a possibilidade de ser adulto (MARQUES; CRUZ, 2000).

Dentro do cenário da rua isso se potencializa, já que eles buscam na droga um alívio de seus sofrimentos advindos de adversidades como proteger-se da fome, do frio e da violência. É importante ressaltar que tudo isso vem atrelado à falta de apoio e supervisão de pais ou responsáveis (DE MOURA et al., 2012), que em muitos casos, também estão sob efeitos de entorpecentes.

Esse grupo de pessoas já se insere na classe de usuários frequentes, fazendo uso de substâncias 4 a 19 dias por mês, ou de usuários pesados, usando substâncias por mais de 20 dias por mês (FIGLIE et al., 2004), já necessitando de tratamentos para desintoxicar e reparar os danos causados pela adicção.

Além de ser um fator de risco, essa conduta também fere os direitos da criança e do adolescente previstos no artigo 81 do ECA:

Art. 81º. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de: I – armas, munições e explosivos; II – bebidas alcoólicas; III produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida; IV – fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida; V – revistas e publicações a que alude o art. 78; VI – bilhetes lotéricos e equivalentes (BRASIL,1990).

Face a essa problemática social e de saúde, o prejuízo de manter o vínculo de pais e filhos dentro do contexto da dependência é prejudicial não só

para as crianças e adolescentes, por estarem sujeitos a aderir ao mundo das drogas, mas para os pais, que muitas vezes não aceitam tratamento por não ter uma alternativa para deixar os filhos durante esse processo, a não ser deixando-os ainda mais abandonados na rua.

Diante disso, investir nessa população, principalmente nas crianças de 2 a 10 anos, cujos efeitos negativos dessa relação ainda não atingem a dependência química, significa trabalhar com a prevenção seletiva, por focar em um grupo de risco, fazendo uma abordagem cautelosa de caráter terapêutico e reabilitador que pode ser de vital importância no desenvolvimento de filhos de dependentes químicos (FIGLIE et al., 2004), além de colaborar com a melhoria do tratamento dos dependentes químicos e com a sua reinserção na sociedade, colaborando para a reestruturação da família.

Abrigos e instituições de acolhimento

As sociedades, desde o princípio, tendem a se organizar em instituições, variando de acordo com a finalidade e o público, desempenhando uma responsabilidade sobre os seus membros. No caso do acolhimento à população de rua, essas instituições possuem o papel tanto de suprir as necessidades básicas como de promover a cidadania, perdida durante sua estadia na



rua (SANTANA et al., 2004).

Desde a implementação do ECA, em 1990, essas instituições estão sofrendo mudanças de modo a garantir ainda mais a qualidade de vida dessas crianças, buscando atender a requisitos básicos para uma melhor atuação desses equipamentos na vida das crianças a que se direcionam. Para que isso seja possível, no caso de crianças que não possuem seus laços familiares rompidos, a criança só pode ser encaminhada para uma instituição, seja ela governamental ou privada, mediante uma Guia de Acolhimento, despachada por um juiz, podendo permanecer na instituição até no máximo 2 (dois) anos, tendo sua situação avaliada a cada seis meses, de acordo com o 19º Art. do ECA, que prevê os direitos à convivência familiar e comunitária.

O acolhimento, de acordo com o artigo 101º, presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990), deve ser provisório e excepcional, visando o retorno à sua família de origem, podendo manter os vínculos durante o período de estadia no abrigo. Atrelado a isso, as famílias devem receber apoio para que possam desempenhar suas funções de maneira satisfatória após o regresso dos filhos ao seio familiar.

Para o sucesso da instituição, é de suma importância que esteja bem esclarecido o objetivo da mesma, bem como a demanda social a qual esta instituição deseja ser resposta, correspondendo de maneira satisfatória às necessidades do público alvo (B. ALVIM; VALLADORES, 1988). Para que as crianças permaneçam na instituição, esta deve ser suficientemente interessante, não deixando lacunas que os dispersem e permitam que as crianças regressem à rua, já que, nesse caso, a rua é o maior concorrente desses espaços (SANTANA et al., 2004).

Obra Lumen de Evangelização

A Obra Lumen de Evangelização é uma comunidade católica fundada em 13 de junho de 1898 que faz parte da Arquidiocese de Fortaleza e atua ativamente com a evangelização de jovens em grupos de oração e com a promoção humana em diversos projetos de ação social. A comunidade é composta por crianças, jovens e adultos que acreditam nos ensinamentos de Deus e colocam em prática os valores cristãos pregados no Evangelho por meio da ida ao encontro dos mais necessitados, especialmente os pobres e aqueles em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com o estatuto Lumen (2017, p. 3, art 4º), chamado Lumen Vita, a Obra Lumen estabelece como objetivo geral ser, segundo o seu chamado, uma resposta à realidade contemporânea de um mundo em que predomina a indiferença e a busca da satisfação individual através de atos concretos de solidariedade e caridade, disseminando a ideia de que é mais feliz quem faz o outro feliz.

"(...) O Membro Lumen é chamado a ser (...) verdadeiro amigo dos irmãos beneficiados e não apenas a prestar um serviço. Os pobres são para nós como um tesouro, são aqueles que mais nos ensinam a ser pobres, no autêntico espírito das bem-aventuranças." (LUMEN, 2017, p. 9).

É importante salientar ainda que a missão da Obra Lumen é ser instrumento para mudar a realidade social, de forma ativa, visando o bem integral das pessoas, principalmente daqueles que estão excluídos pela sociedade, dando a eles a chance de saírem dessa situação de vulnerabilidade, por meio do apoio, do amparo e da possibilidade de, caso haja interesse, passar por um



processo de recuperação da dependência química com duração mínima de 9 meses, morando em uma das casas de recuperação mantidas pela comunidade.

Diante disso, o membro Lumen acredita que, apesar de não ter condições para acabar com as desigualdades existentes no mundo atual, é capaz de dar a oportunidade para o começo dessa mudança. Como disse Santa Teresa de Calcutá: " O que eu faço, é uma gota no meio de um oceano. Mas sem ela, o oceano seria menor".

Condomínio Espiritual Uirapuru

O Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU) nasceu em 2000, a partir da doação da Fazenda Uirapuru pela família Craveiro de Macêdo à Fazenda da Esperança. A partir dessa doação, a Fazenda da Esperança resolveu que aquelas terras deveriam servir à Igreja Católica. Em 2007, o Condomínio foi reconhecido como Área Institucional através da Lei Complementar 0041 de 29/10/2007, elaborada pela Prefeitura de Fortaleza e aprovada pela Câmara Municipal.

Inserido no bairro Castelão, na cidade de Fortaleza/Ceará, o CEU tem como finalidade reunir entidades sem fins lucrativos que desenvolvem atividades pautadas nos princípios espirituais cristãos, abertas a uma perspectiva inter-religiosa que se dedicam à recuperação de dependentes químicos, acolhimento de crianças e jovens em situação de risco que estão sob tutela do Estado, adultos e crianças portadoras do vírus HIV, realização de eventos,

atividades educacionais e culturais, entre outras.

As atividades do Condomínio incluem acolhimento a meninas vítimas de abuso ou exploração sexual, reinserção de egressos do sistema penitenciário com acompanhamento a presidiários e suas famílias, entre outros. Ao longo dos anos, o CEU vem se transformando em um projeto social que reúne voluntários, colaboradores e pessoas assistidas, que, em sua maioria, residem no Condomínio. (COMUNICAÇÃO CEU, 2018).

Em sua rede social, afirmam que o CEU ama e acolhe, na Unidade, orando e doando-se concretamente, de forma solidária, com alegria e humildade, a todos os seres humanos em busca de vida plena.

Em novembro de 2016, durante a Assembleia Geral do CEU, foi cedida uma parte do terreno do Condomínio à Obra Lumen para a construção de um complexo que acolherá homens e mulheres em situação de rua, trabalhando no seu processo de reabilitação, reinserção e evangelização.

Porém, ainda existe uma demanda a ser assistida: um local para abrigar os filhos de homens e mulheres que ainda possuem vínculos afetivos durante o período de tratamento dos mesmos.

Psicologia ambiental e a interferência do espaço construído no desenvolvimento da criança

O homem é dotado de razão e por meio dessa razão é capaz de perceber o que está ao seu redor e reagir de diferentes maneiras. A partir dessa percepção, a Psicologia Ambiental estuda a interrelação do homem com o ambiente construído. Nesse estudo, a noção de espaço é protagonista (GUNTHER; PINHEIRO; GUZZO, 2004), já que o edifício passa a ser um espaço a ser



vivido, e a Psicologia Ambiental surge na busca de entender as relações entre o homem e o ambiente e verificar a satisfação do usuário por meio de suas reações (ELALI, 1997). Diante disso, a Psicologia Ambiental tem a função de ser uma ponte dentro desse contexto multidisciplinar, a fim de avaliar o ambiente construído durante o processo de sua ocupação.

O mundo das percepções está presente na vida do ser humano desde o nascimento, e vai se desenvolvendo de acordo com as condições dos órgãos ligados aos sentidos, que são a fonte das sensações, e para que isso ocorra de maneira saudável, a criança deve, além de ser estimulada, crescer em um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento (AGAZZI, 1966).

O ambiente familiar da casa constitui o primeiro universo do ser humano, lugar onde este é capaz de sonhar e realizar suas primeiras integrações (BACHELARD, 1974), conseqüentemente, receber seus primeiros estímulos que resultarão em alguma reação. No entanto, quando o estímulo é vindo de um referencial de casa distorcido, como é o caso das pessoas em situação de rua, essa percepção é considerada de risco, pois o indivíduo que vive na rua está em constante desafio para perceber os riscos que comprometem sua sobrevivência (KUHNNEN; BIANCHI; ALVES, 2018).

Porém, diante da circunstância em que estão inseridos, muitas pessoas que vivem na rua acabam por se apropriar do espaço público, criando uma espécie de vínculo com o meio urbano, transformando-o de acordo com a sua necessidade, por exemplo, quando utilizam as calçadas para seu comércio informal, os bancos de praças e marquises de lojas para dormir durante a noite, os lixões para conseguirem restos de comida e banheiros públicos para suas necessidades fisiológicas e banho (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome., 2009). Essa relação de vínculo ocorre devido a territorialidade,

que nos faz compreender o comportamento humano em relação ao seu entorno físico (HIGUCHI; THEODOROVITZ, 2018).

Diante disto, ressalta-se a importância do ambiente construído e percebe-se que o mau comportamento de muitas pessoas que vivem em situação de rua, inclusive crianças, é reflexo da percepção que elas têm de viverem em um ambiente precário e sem infraestrutura básica que atenda à função de moradia. Segundo Gunther, deve-se aos estímulos, negativos ou positivos, que o ambiente proporciona no homem, de forma recíproca e simultânea, já que tanto o homem é capaz de mudar o ambiente como o ambiente pode mudar o homem, definido na psicologia ambiental por Affordance, cujo termo não possui tradução para o português (GUNTHER, 2011).

Face a esse cenário, a arquitetura é capaz de criar ambientes restauradores, que provoquem no usuário boas sensações, por meio da atenção direcionada e conseqüente redução da fadiga mental, cujos sinais são claros em um morador de rua, como irritabilidade, comportamento antissocial e dificuldade para desenvolver atividades que exijam concentração.

Para que isso aconteça de maneira satisfatória, esse ambiente deve conter quatro características principais: escape, ou seja, a capacidade de dirigir-se fisicamente ou não à algum lugar; escopo, espaço que possibilite o engajamento da mente à algo restaurador; fascinação, refere-se ao sentimento de estar ligado ao lugar, por meio de estímulos agradáveis que permitam a restauração da atenção; e por fim, compatibilidade, enfatiza o encontro entre as inclinações pessoais, os propósitos e o suporte do ambiente para determinadas atividades e as possíveis ações no ambiente (GRESSLER; GÜNTHER, 2013). Dessa forma, é responsabilidade social daqueles que se dispõem a trabalhar a relação pessoa-ambiente, ressaltar, principalmente, aqueles que irão



projetar e construir o espaço, pois é a partir daí que o homem recebe os estímulos que resultaram em uma ação (GUNTHER; PINHEIRO; GUZZO, 2004).

O espaço é crucial no processo de “desrualização” das crianças, fazendo com que estas se sintam valorizadas e passem a diferenciar a instituição de outros espaços, apropriando-se do lugar e compreendendo uma nova noção de lar. Porém, existe uma controvérsia no que diz respeito à estrutura física dessas casas de acolhimento para crianças: elas não devem ser tão diferentes da rua para não gerar nos usuários uma sensação de não pertencimento, já que não se diferenciam tanto dos locais que antes costumavam frequentar, mas também, não devem ser carentes de infraestrutura para não impedir o processo de desenvolvimento e reinserção da criança na vida cotidiana (SANTANA et al., 2004).

Assim, evidencia-se que a identidade da criança possui traços do lugar que ela reside, quando este não é apropriado, o comportamento da criança será construído de acordo com os estímulos que ela recebe do ambiente, aumentando os índices de violência. Por isso, é uma necessidade básica, prevista na Constituição Federal de 1988 e no ECA, que todos tenham um lugar para morar, a fim de evitar as consequências advindas de uma relação com o ambiente completamente distorcida do ideal.

Arquitetura Escolar

Ao falar sobre arquitetura escolar, é importante ressaltar a importância do ambiente construído para a eficácia do processo educativo. O ambiente da escola deve ir além do cumprimento da sua simples função e permitir o usufruto de seus espaços, oferecendo aos seus usuários ambientes confortáveis, acolhedores, seguros, estimulantes e favorecedores das relações interpessoais. Dessa forma, a qualidade ambiental deve ser tratada com atenção “ao conjunto de condições físicas capazes de proporcionar conforto, bem-estar e salubridade aos seus usuários; e aos impactos decorrentes desta edificação ao meio ambiente” (PAES; BASTOS, 2014).

Para Lackney (2000), uma arquitetura escolar de qualidade depende do quanto a configuração dos ambientes estará focada para os alunos e usuários, devendo as soluções serem apropriadas para cada faixa etária e geradoras de ambientes seguros, confortáveis, acessíveis, flexíveis e equipados, além de ser também de forma adequada aos recursos financeiros disponíveis. Nessa mesma linha, o CHPS (2006) classifica uma escola “de alto desempenho” como aquela que emprega as estratégias de projeto e as tecnologias de construção da melhor maneira, oferecendo ambientes saudáveis e confortáveis. Além disso, ela também precisa utilizar de forma racional recursos como água e energia, precisa funcionar como uma ferramenta de ensino eficaz; precisa oferecer espaços e serviços à comunidade local ao seu redor; precisa ser funcional e ter facilidade de manutenção e, por fim, precisa estabelecer uma atmosfera educacional segura e protegida.

Nas escolas, os ambientes devem ser projetados de modo que estimulem a curiosidade natural dos indivíduos, fazendo com que também a arqui-



tetura seja uma ferramenta de aprendizado (TAYLOR; ENGGASS, 2008). A literatura afirma que, nesse caminho, nas escolas atuais, não se esperam mais as longas fileiras de mesas e cadeiras, mas metodologias de ensino mais próximas do aluno, em que ele é o protagonista do saber e o professor é apenas um facilitador do aprendizado. Nesse formato, alunos e professores estão engajados em diferentes atividades de aprendizado, dentro e fora das salas de aula (WALDEN, 2009). No Brasil, o cenário ainda não se adaptou totalmente a essa corrente, de modo que ainda predominam, especialmente nas regiões de baixa renda, as edificações com salas de aula tradicionais, com poucas alterações em função das mudanças nas metodologias, pedagógicas e demandas sociais vivenciadas nos últimos anos.

Conforme explica Deliberador (2016), as escolas devem responder adequadamente às questões de estética e conforto, mas também não podem desligar-se das questões pedagógicas e culturais do local onde estão inseridas, elas devem incluir espaços de estudo individuais e em grupo, laboratórios multidisciplinares, espaços de convivência, entre outras ferramentas diversas que possibilitem experiências plenas de aprendizado. É importante ressaltar que muitas práticas pedagógicas vigentes demandam aprendizados alternativos baseados em projetos, experiências multidisciplinares e vivências, o que acaba por exigir maior espaço e suporte arquitetônico para os diferentes usos e para as diferentes relações entre professores, alunos, pais e comunidade que se estabelecem no ambiente escolar.

De forma prática, é importante lembrar de pontos como o conforto ambiental, uma vez que sabe-se que salas de aula quentes e abafadas ou excessivamente frias reduzem a atenção e limitam a produtividade de alunos e professores. Também vale ressaltar a importância do conforto visual, que

deve integrar e harmonizar os sistemas de iluminação natural e artificial da edificação, uma vez que o uso efetivo da luz natural no interior das edificações influi diretamente na saúde e produtividade de seus usuários. Pesquisas indicam que há uma forte correlação entre a penetração da luz natural controlada em salas de aula e a frequência dos estudantes e seu desempenho acadêmico (DESIGN, 2012).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, os níveis sonoros excessivos na escola e em casa, além de afetar a qualidade da comunicação verbal, trazem uma série de problemas no desenvolvimento intelectual dos alunos, além disso, sabe-se que a exposição ao excesso de ruído causa uma série de malefícios ao ser humano, contribuindo para o desenvolvimento de um comportamento agressivo e de fácil irritabilidade (PAES; BASTOS, 2014). Nesse sentido, constata-se que são precárias as condições acústicas em ambientes escolares, uma vez que estas edificações estão sujeitas aos ruídos gerados internamente e àqueles provenientes do exterior.

Em 2006, o Ministério da Educação (MEC), publicou um documento onde ressalta a importância de metodologias participativas que englobem os desejos e necessidades dos usuários, a proposta pedagógica e a interação com as características ambientais a fim de obter resultados cada vez mais eficientes por meio de parâmetros voltados à cada setor de atuação no meio acadêmico, inclusive, os arquitetos que serão responsáveis pela criação desses espaços.

Alguns parâmetros essenciais que devem ser cumpridos a fim de garantir a qualidade do ambiente pedagógico e a adoção de requisitos definidos pelo Portal Nacional de Educação, a acessibilidade, sustentabilidade, salubridade e adequação dos ambientes internos com as necessidades pedagógicas



sem romper a barreira com o entorno, como a utilização da ventilação cruzada, o cuidado ao dispor o edifício no terreno, a versatilidade dos ambientes a fim de atender a diferentes atividades, a setorização dos espaços de maneira clara e objetiva a fim de que os usuários entendam a função de cada ambiente, entre outras estratégias que podem ser adotadas a fim de obter um espaço adequado ao desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas (BRASIL, 2006).

No que diz respeito a realidade do Brasil, as escolas públicas tendem a ter programas rígidos e fixos, com pouco espaço para a flexibilidade na metodologia de ensino, apesar de geralmente ter seus programas de necessidades elaborados pela Secretaria de Educação do Estado ou Município, sem espaço para parâmetros de projeto considerados essenciais à arquitetura escolar de qualidade. Isso pode ser explicado pela escassez de recursos destinados aos ambientes físicos (DELIBERADOR, 2016).

Conforme explica Deliberador (2016), a edificação tem lugar secundário na definição das políticas educacionais, tendo pouquíssimos recursos aplicados nas configurações e detalhamentos mais adequados às reais necessidades dos alunos e professores locais. Além disso, é importante ressaltar que ainda existe certa resistência a projetos com maior abertura, como à possibilidade de personalização da escola, por exemplo. O desejo de oferecer o mesmo programa para todas as escolas e supostamente universalizar oportunidades acaba empobrecendo os resultados finais, sem a devida apropriação pelas comunidades envolvidas.





Temos que ir à procura de pessoas, porque elas podem ter fome de pão ou de amor.

Santo Teresa de Calcutá

**Referencial
Projetual 3**



Referencial Projetual

Para a concepção do projeto em estudo foram utilizados como referência três projetos, sendo dois deles internacionais e um nacional, para nortear o desenvolvimento no que diz respeito a criação de conceito e rebatimento no partido arquitetônico, além de analisar como isso influenciou na ocupação dos usuários, a fim de gerar um embasamento para as ideias de aspectos formais, fluxos, programa de necessidades.

Os projetos foram escolhidos devido sua proximidade com o tema e por todos seguirem um mesmo padrão projetual que se preocupa com o bem-estar do usuário e deseja por meio do espaço construído fazer com que as crianças se apropriem do mesmo.

Centro Infantil ECONEF

O Centro Infantil Econef é uma espécie de abrigo-escola para crianças de um orfanato de Jua Kali, na região de Arusha, no norte da Tanzânia. Com a ajuda de doações privadas, a Organização Não-Governamental Econef atende às necessidades diárias das 16 crianças que vivem no orfanato de Jua Kali. O Centro Infantil construído em 2018 com 605 m² inclui dormitórios e salas de aula para 25 crianças. O projeto é fruto de uma colaboração entre Asante Architecture & Design, Lönnqvist & Vanamo Architects, Arquitetos Sem Fronteiras Suécia, Engenheiros Sem Fronteiras Suécia e ECONEF (Centro..., 2019).



Imagem 1 - Vista do Pátio Central do Centro Infantil Econef.



Fonte: Hayes (2018)

O projeto tanzaniano apresenta similaridades significativas com as ideias representadas na proposta arquitetônica do abrigo-escola zeLAR, como o desejo de oferecer um lugar acolhedor, seguro, lúdico e funcional para crianças em situação de vulnerabilidade; também se assemelha por ser uma instalação construída e que se sustenta com a ajuda de doações privadas e, por fim, porque, assim como o abrigo-escola zeLAR, busca incluir as necessidades das crianças como prioridade no processo de planejamento e construção da instalação, permitindo que a colaboração dos pequenos resulte em um senso de pertencimento nas novas instalações (Centro..., 2019).

Imagem 2 - Entrada do Centro Infantil Econef

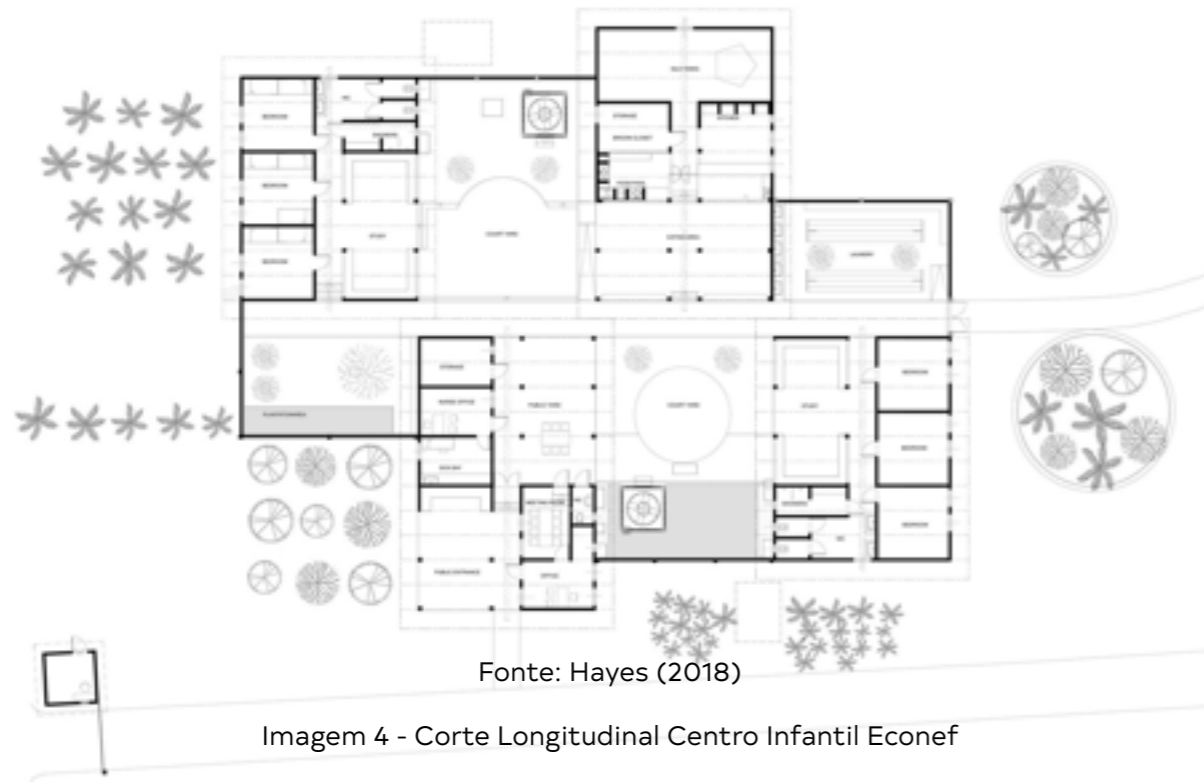


Fonte: Hayes (2018)

Assim como o abrigo-escola zeLAR, o Centro Infantil Econef se situa na cidade de Arusha, próximo à Linha do Equador, com incidência solar semelhante a de Fortaleza, com dias e noites bastante equivalentes, durando cerca de 12h durante praticamente todo o ano. O projeto em análise foi utilizado como referência pois se utiliza de técnicas para favorecer o conforto térmico, o aproveitamento da incidência solar e a utilização de métodos tradicionais locais de construção, ao mesmo tempo que introduz uma tipologia simples e inovadora, facilitando a assimilação do ambiente como lar pelos pequenos usuários da instalação (Centro..., 2019).

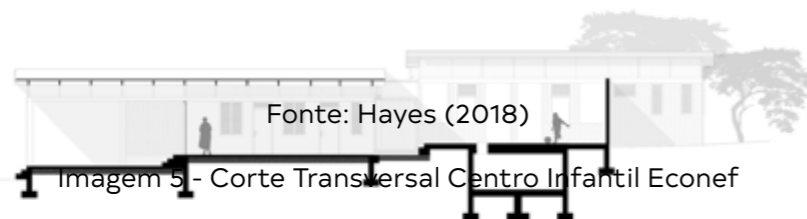


Imagem 3 - Planta Baixa Centro Infantil Econef



Fonte: Hayes (2018)

Imagem 4 - Corte Longitudinal Centro Infantil Econef



Fonte: Hayes (2018)

Imagem 5 - Corte Transversal Centro Infantil Econef



adaptação de água da chuva e ventilação natural foram integrados ao projeto arquitetônico.

tetônico em vista da redução das despesas do Econef, a solução de cobertura se dá a partir de uma estrutura de madeira que eleva o telhado superior de aço corrugado do projeto para criar um fluxo de ar entre o telhado e o forro interno.

Imagem 6 - Pátio Coberto Centro Infantil Econef



Fonte: Hayes (2018)

Além disso, as janelas com aletas bloqueiam o sol do meio-dia, mas ainda deixam entrar bastante luz natural. Vale ressaltar que iniciativas de aproveitamento energético e melhorias no conforto térmico de maneira natural são de extrema valia, uma vez que irão influenciar diretamente numa melhor sustentabilidade econômica e ambiental da instalação, além de proporcionar ao usuário um maior conforto dentro dos ambientes (CENTRO..., 2019).



Imagem 7 - Dormitórios com detalhes para esquadrias



Fonte: Hayes (2018)

Quanto aos materiais de construção, eles são locais e as técnicas construtivas são baseadas nas tradicionais para minimizar a necessidade de conhecimento externo em construção e os custos excessivos de transporte. Diante disso, o resultado é de um projeto com aparência simples porém altamente sustentável (Centro..., 2019), o que é importante ressaltar que a utilização de arquitetura vernacular é um dos pontos de interesse deste projeto no estudo do abrigo-escola zeLAR.

Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

A Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro é uma casa de acolhimento e centro de atenção 24 horas voltado para crianças e adolescentes que vivem às margens da sociedade com problemas de saúde mental e social. O projeto foi desenvolvido, no ano de 2014, pela equipe de arquitetos do escritório CEBRA em um terreno de área de 1.500m² na cidade de Kerteminde, na Dinamarca, possuindo 4 blocos interconectados (ArchDaily, 2015).

Imagem 8 - Planta Baixa Implantação.



Fonte: La casa... (2014)

Apesar da diferença no que diz respeito ao público-alvo desse projeto em relação ao estudo que será desenvolvido, a instalação dinamarquesa traz contribuições valiosas, uma vez que, assim como o abrigo-escola zeLAR, busca proporcionar, por meio da arquitetura, um ambiente seguro e acolhedor semelhante à moradia tradicional para os seus usuários. A Casa de Acolhimento



para Crianças do Futuro procura fortalecer as relações sociais das crianças ao mesmo tempo que proporciona ludicidade em ambientes multifuncionais (ArchDaily , 2015).

O desenho para o lar das crianças utiliza as formas básicas da típica casa dinamarquesa, com telhado de duas águas e sótão. É importante ressaltar neste ponto o desejo de manifestar a familiaridade do conceito de casa na aparência exterior da instalação, como nos desenhos feitos pelas crianças e na execução da volumetria adotada. Além disso, o telhado de duas águas também serviu para integrar a construção na área residencial próxima (ArchDaily , 2015).

Imagem 9 - Relação com o entorno



intuito de fugir dos grandes corredores de edifícios institucionais tradicionais e escolas de internato. Dessa forma, as alas foram separadas em pequenos edifícios conectados, formando uma edificação compacta com um jogo de volumes bem relacionados como pode ser visto nas imagens a seguir.

Imagem 10 - Vista Frontal Ressaltando as Casas unidas.



Fonte: Frost (2015)

Imagem 11 - Vista Fachada Sul



Fonte: Frost (2015)



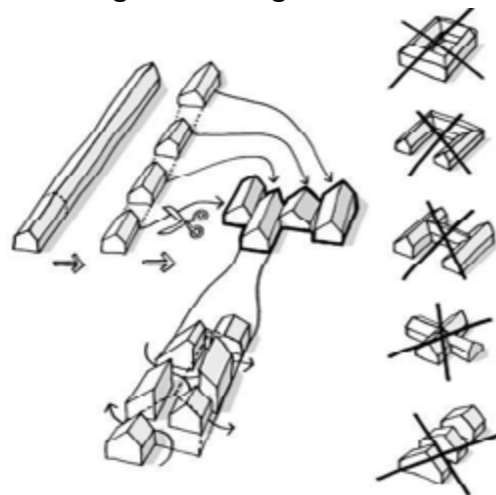
Imagem 12 - Fachadas Norte e Sul



Fonte: La casa... (2014)

O esquema ilustrativo abaixo divulgado pelos arquitetos demonstra a tentativa dos arquitetos de não desconsiderar a residência típica e continuar com semelhanças para atender a familiaridade das crianças com um lar, buscando atender ao programa de necessidades sem criar uma edificação com "cara" de instituição (ArchDaily, 2015).

Imagem 13 - Diagrama Formal



Fonte: Frost (2015)

Através da arquitetura, os profissionais conceberam o que talvez tenha sido o ponto mais relevante desse projeto, eles buscaram construir um ambiente seguro, semelhante ao da moradia tradicional, mas aberto a ideias pedagógicas, capazes de fortalecer as relações sociais da criança e o sentido de comunidade, mas respeitando as necessidades individuais de cada uma.

Com a adoção da construção de pequenas casas e complexos pequenos para diferentes grupos de residentes, a escala da construção se reduz e se torna autônoma. Cada grupo, de uma certa idade, possui seu próprio espaço destinado a um uso flexível em relação à unidade central. Essa disposição adotada pelo projeto tem um valor importantíssimo, pois busca proporcionar aos residentes um sentimento de pertencimento, com um lugar acolhedor em que possam ficar sozinhos ou em grupos menores.

Imagem 14 - Espaços Convidativos



Fonte: Frost (2015)



O projeto conta com um programa de necessidades comum de uma casa com dormitórios, banheiros, cozinha, área de serviço sala de estar, sala de jantar, além de ambientes como salas de estudos, sala de cinema/teatro, playground, quadra esportiva. Já as funções mais institucionais, como administração e espaço para os trabalhadores do complexo estão alocadas principalmente no sótão e no primeiro pavimento, para que eles possam obter uma visão geral da movimentação das crianças e reduzir a sensação de estar em uma instituição, garantindo que a rotina dos trabalhadores esteja incorporada à das crianças (ArchDaily , 2015).

Imagem 15 - Planta Baixa Pavimento Térreo



Fonte: La casa... (2014)

Imagem 16 - Planta Baixa Pavimento Superior



Fonte: La casa... (2014)

Os tamanhos e orientações diferentes dos blocos construtivos permitem a adaptação do programa de necessidades permitindo também que o usuário dê sua identidade e personalização.

Assim como na instalação dinamarquesa, que para cada bloco adaptou a sua função a uma arquitetura singular, também o abrigo-escola zeLAR se apossou da utilização de elementos visíveis de fachada, por meio da adoção de esquadrias e cores diferentes para representar as múltiplas funções dos seus blocos.



Imagem 17 - Diferentes formas para diferentes funções



Fonte: Frost (2015)

Além dos pontos de interesse já mencionados, a escolha desse projeto se deu devido ao seu aspecto formal que pretende passar aos usuários uma sensação de acolhimento e segurança por ser semelhante às tradicionais casas com telhados de duas águas, facilitando o pertencimento à nova moradia. Ademais, os blocos têm a capacidade de atender à diversas funções, permitindo uma grande variação do programa de necessidades.

Moradias Infantis

O projeto dos arquitetos Marcelo Rosenbaum e Aleph Zero, desenvolvido no ano de 2017, se configura como um equipamento de moradia para as crianças da escola Canuanã, transformando a ideia de que a escola seria um espaço somente de aprendizado para criar nela também o valor de lar. A instalação está inserida em um terreno de 23.344m² no Formoso do Araguaia, Tocantins, Brasil (ROSENBAUM®; + ALEPH ZERO, 2017).

Imagem 18 - Implantação do equipamento no terreno.



Fonte: Rosenbaum® e + Aleph Zero (2017)



Como mostra a imagem a seguir, o terreno implantado tem semelhança com o terreno de intervenção escolhido para implantação do projeto de pesquisa já que se encontra em uma área com o entorno não muito ocupado, rodeado por áreas verdes e livres.

Imagem 19 - Relação com o entorno.



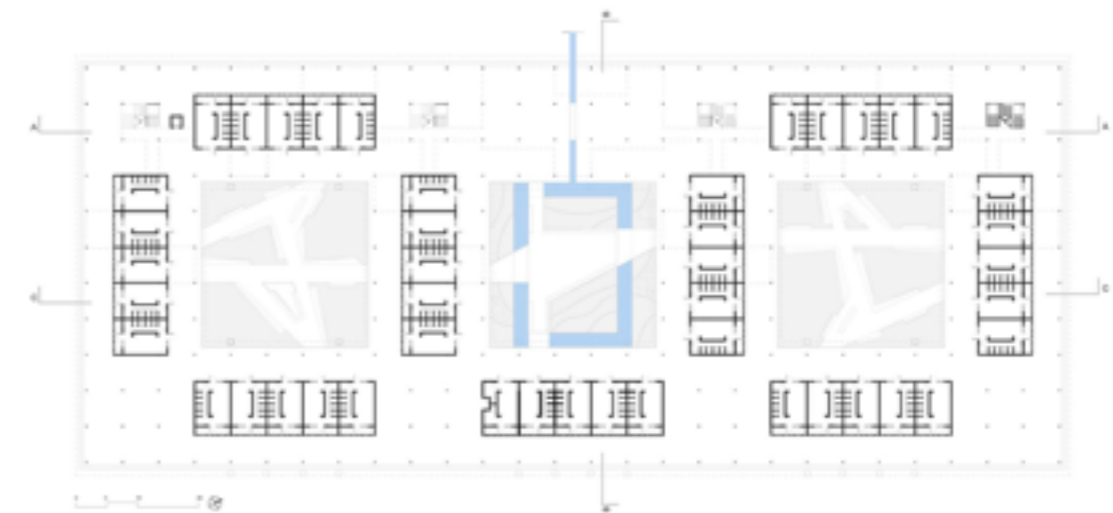
Fonte: Finotti (2017)

A intenção do projeto surgiu como uma forma de transformar o espaço para tentar resgatar a cultura indígena, de incentivar novas técnicas construtivas locais, de dar visibilidade para a beleza indígena e seus saberes e de favorecer a noção de pertencimento das crianças da escola Canuanã.

A organização do edifício foi conduzida com a construção de duas vilas, uma masculina e uma feminina, com dois pavimentos cada uma, conforme imagens a seguir. A separação já existia no antigo complexo que existia an-

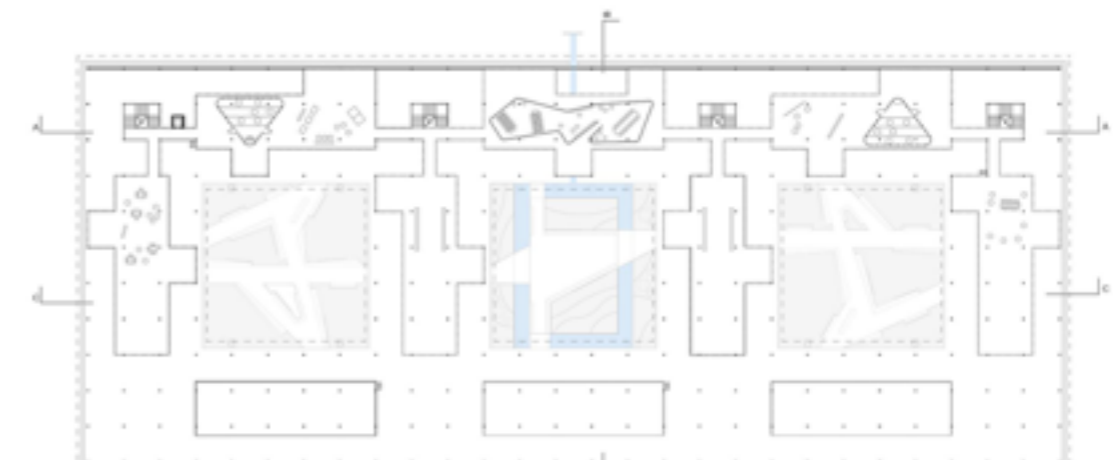
tes da reformulação de Rosenbaum e Aleph Zero e foi mantida por motivos claros, mas neste novo momento as moradias foram substituídas de grandes espaços de dormitórios por 45 unidades de 6 alunos cada (ROSENBAUM®; + ALEPH ZERO, 2017).

Imagem 20 - Planta Baixa Térreo



Fonte: Rosenbaum® e + Aleph Zero (2017)

Imagem 21 - Planta Baixa 1o Pavimento



Fonte: Rosenbaum® e + Aleph Zero (2017)

A intenção utilizada ao diminuir o número de alunos no dormitório foi estimular a individualidade, para que as crianças entendam que, apesar de



muitas delas dividirem aquele espaço, elas têm o seu ambiente individual e a sua personalidade própria, além disso, buscou-se proporcionar espaço para gerar melhor desempenho acadêmico. A perspectiva utilizada de criar alas separadas para meninos e meninas, de diminuir o número de crianças por dormitório e de favorecer o desenvolvimento de individualidade própria inspirou o projeto do abrigo-escola zeLAR na concepção das áreas internas dos blocos e no desenvolvimento de inspirações para os dormitórios.

Imagem 22 - Dormitórios



Fonte: Finotti (2017)

Junto aos dormitórios estão localizados os espaços de convívio como sala de TV, espaço para leitura, varandas, pátios, redários, entre outros. Todos estes novos programas complementares às moradas foram idealizados conjuntamente com os alunos no intuito de melhorar a qualidade de vida e refinar o laço entre alunos e escola.

Imagem 23 - Espaços de convívio



Fonte: Finotti (2017)

Assim como no abrigo-escola zeLar, o projeto Moradias Infantis buscou utilizar técnicas locais de construção, favorecendo a identificação das crianças com o espaço e criando uma ponte entre as técnicas vernaculares e um novo modelo de habitação adotado, por meio de materiais como tijolinhos e madeira, que, também, trazem uma sensação de acolhimento e conforto.

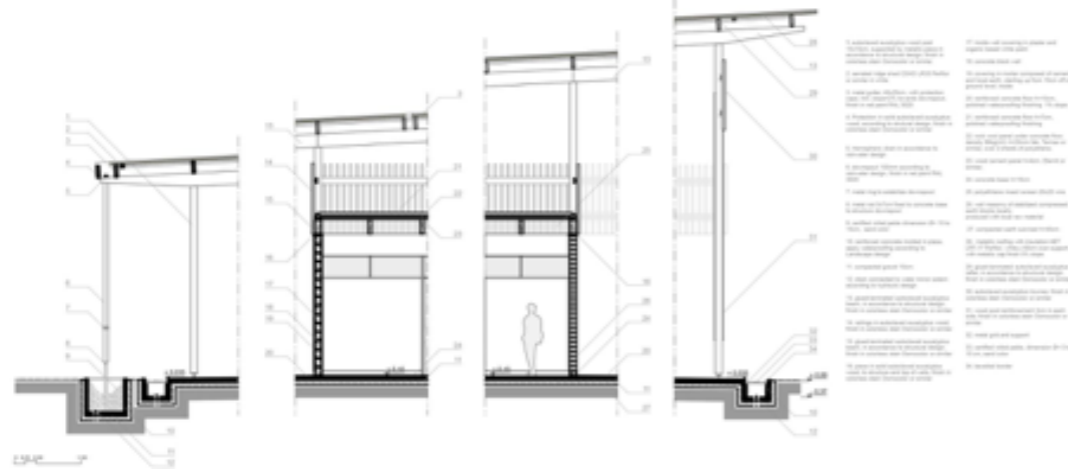
Imagem 24 - Revestimentos de fachada



Fonte: Finotti (2017)



Imagem 25 - Detalhes construtivos



Fonte: Rosenbaum® e + Aleph Zero (2017)

O projeto das Moradias Infantis foi escolhido como referência principalmente pela aplicação de um pátio central que une as diversas funções do programa de necessidades, como mostram as imagens a seguir.

Imagem 26 - Pátio central.



Fonte: Finotti (2017)





**Se o mal é contagioso, o bem também é.
Deixemo-nos contagiar pelo bem**

Papa Francisco

Diagnóstico **4**



Diagnóstico

O diagnóstico em questão pretende analisar a área de intervenção escolhida de acordo com aspectos socioeconômicos, climáticos, físicos e legislativos a fim de produzir uma análise crítica quanto as potencialidades e aos problemas encontrados com o intuito de criar soluções de projeto que atendam a demanda do terreno caracterizado.

A escolha do terreno se deu, principalmente, por meio de critérios como a proximidade com o complexo de reabilitação dos adultos, já que assim facilita o encontro e a manutenção dos vínculos familiares, além disso, esse terreno já é pertencente à Obra Lumen de Evangelização, viabilizando a construção do projeto.

Contextualização e perfil dos usuários

O público alvo desse abrigo-escola consiste em crianças de 2 a 10 anos que estavam em situação de rua e cujos pais possuem algum tipo de dependência química. Este equipamento estará aliado ao complexo de reabilitação da Obra Lumen de Evangelização presente no Condomínio Espiritual Uirapuru que atende cerca de 50 mulheres inseridas em um processo de recuperação da toxicodependência.

A delimitação da idade iniciou com a premissa do ECA (1990), que diz que é considerada criança todo ser humano até 12 anos incompletos, porém, segundo pesquisa realizada com crianças e adolescentes em situação de rua,



muitas crianças iniciam o uso das drogas com 11 anos, sendo o álcool a porta de entrada para a dependência (OLIVEIRA et al., 2016). Tratando-se de filhos de dependentes químicos o risco é aumentado já que estes possuem a presença de fatores preocupantes no âmbito ambiental, biológico, social e psicológico, tornando-se mais suscetíveis ao uso precoce de substâncias ilícitas (FIGLIE et al., 2004).

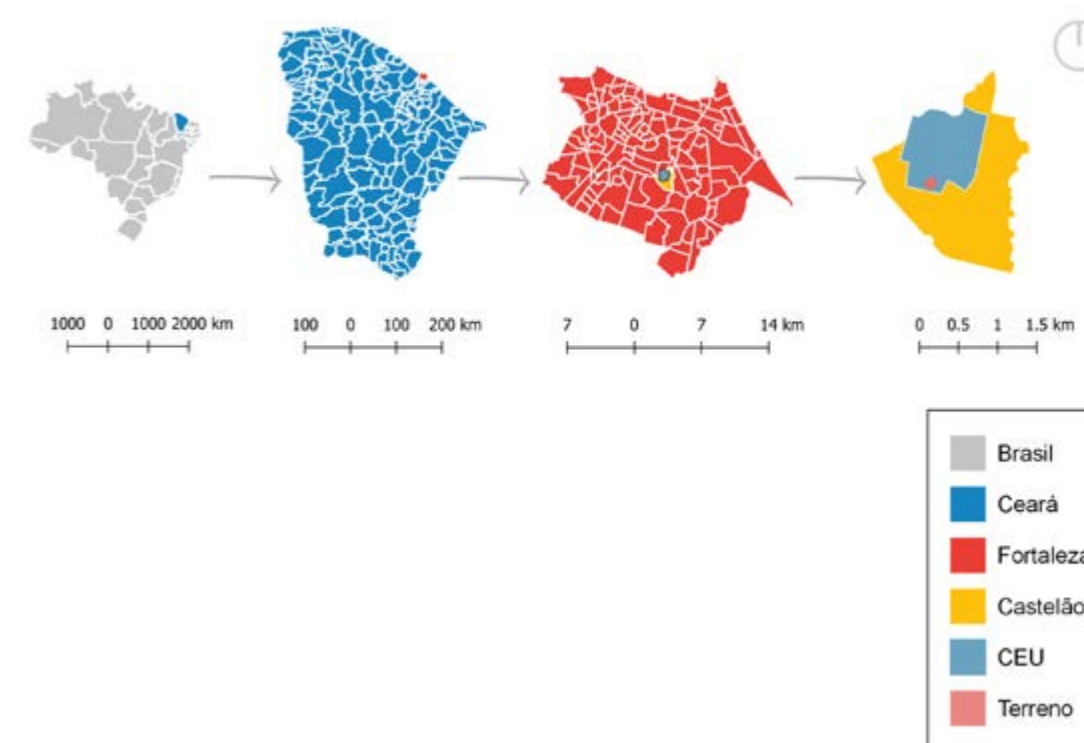
Diante disso, o público-alvo é marcado por uma infância bastante conturbada, com valores comprometidos e comportamentos diversos, que necessitam ter sua dignidade restaurada para que sua identidade não seja completamente corrompida. Por isso surge a necessidade de pensar em um local que promova bem-estar e sentimento de pertencimento dos usuários, promovendo espaços de acolhimento, lazer, educação, apoio psicológico e espiritual, já que projetar uma arquitetura que restaure os valores da criança, é garantir um futuro melhor, não só para elas, mas para suas famílias e para a sociedade.

Localização e delimitação da área de intervenção

A cidade na qual se localizará o abrigo-escola para crianças em situação de vulnerabilidade social é Fortaleza, localizada no Estado do Ceará, no Brasil. Cidade em que vivem aproximadamente 2.669.342 pessoas, onde, segundo o IBGE (2010), cerca de 62,5% da população vive em baixa ou baixíssima condição de vida, resultando, em muitos casos, considerar a rua seu local de moradia, assim, necessita-se de um olhar cauteloso a essa parcela da população da cidade.

Além disso, a Obra Lumen, comunidade a qual o equipamento está vinculado, foi fundada em Fortaleza e, apesar de já ter se espalhado para outros locais do Brasil e do mundo, é em Fortaleza que acontece o maior número de atividades pertencentes a entidade católica, incluindo o complexo que acolhe homens e mulheres que desejam passar por um tratamento de reabilitação, sendo a área de intervenção escolhida próxima a este complexo, localizado no Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU), no bairro Castelão.

Mapa 1 - Localização

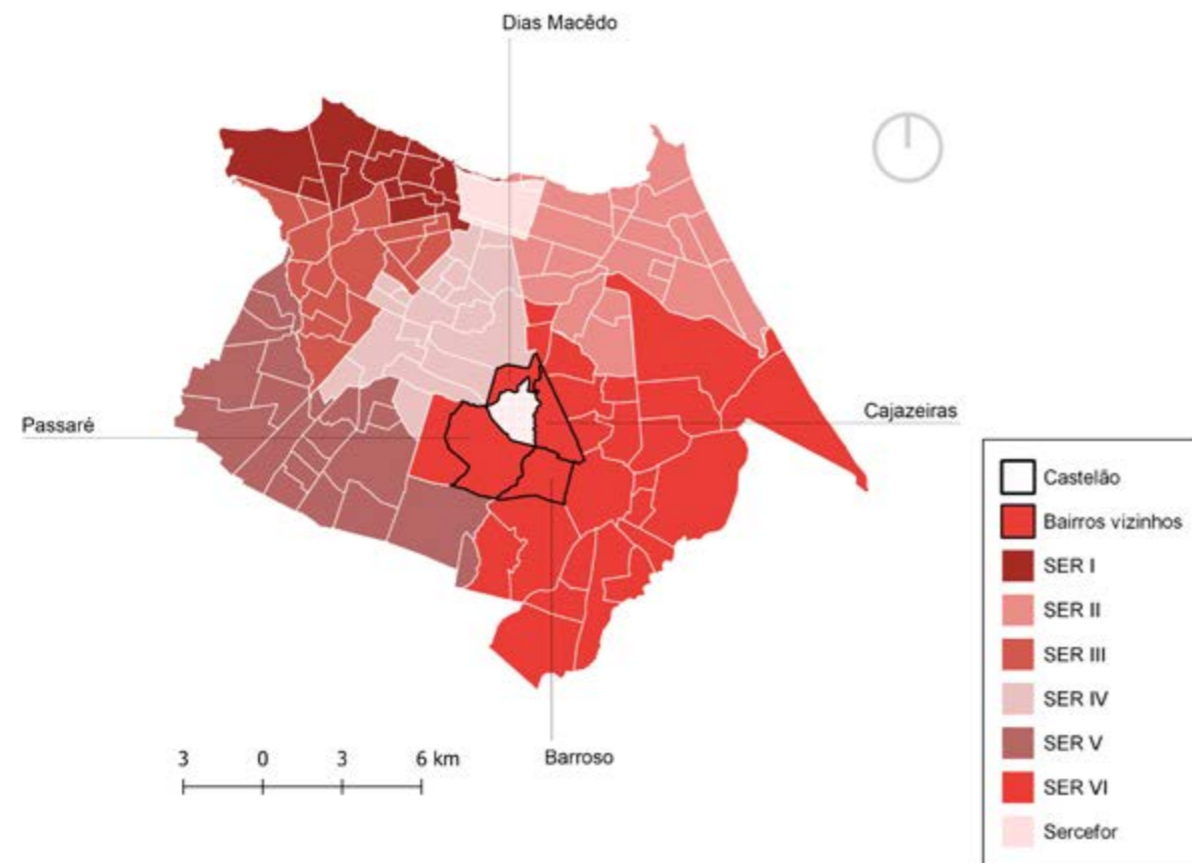


Fonte: O autor (2020)

O bairro fica situado na Regional VI, no sudeste do município de Fortaleza. Esta regional é caracterizada por possuir a maior área territorial, com 12.430 hectares, devido à baixa densidade dos bairros inseridos nela, sendo os bairros que fazem fronteira o bairro Dias Macêdo, Passaré, Cajazeiras e Barroso.

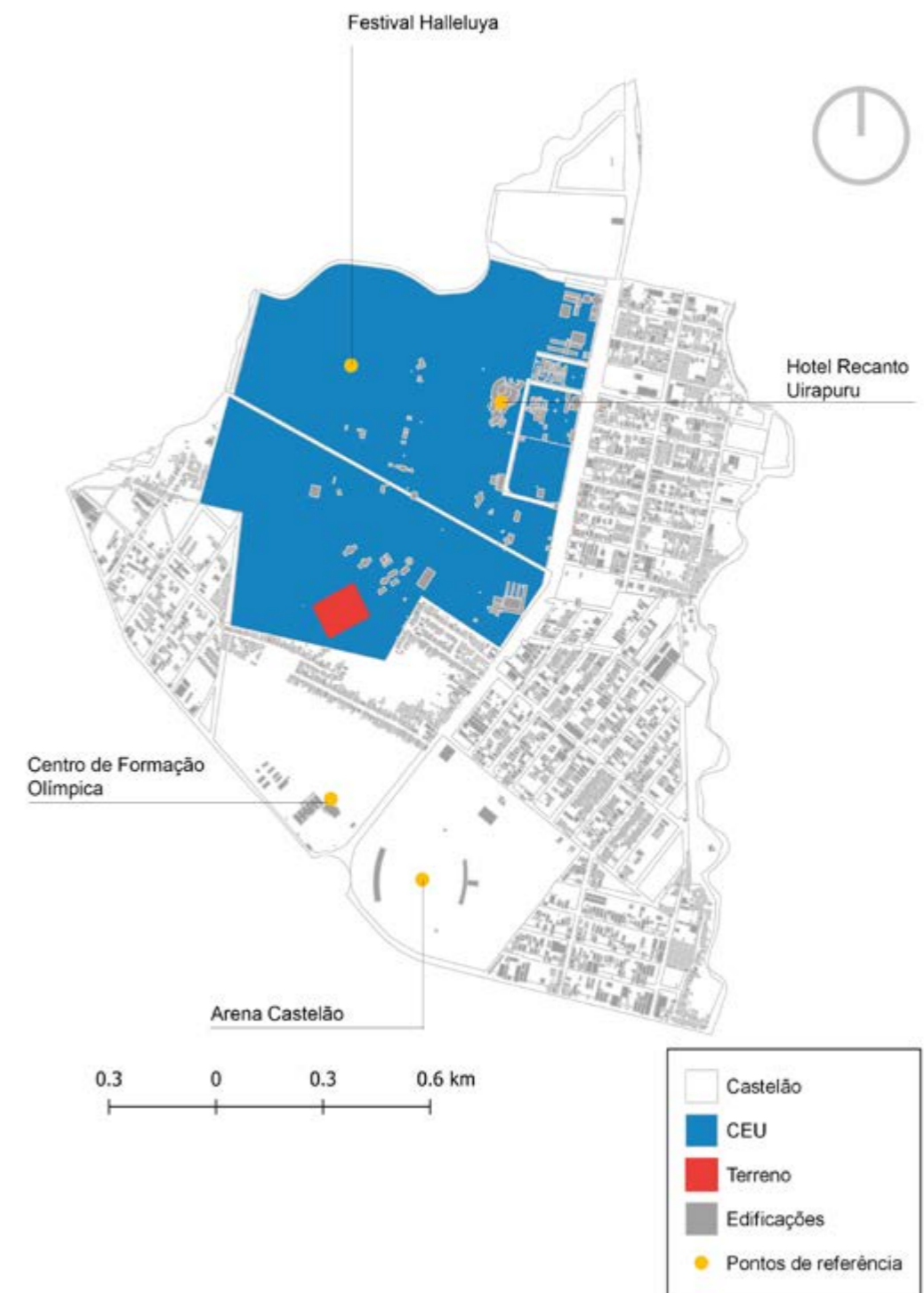


Mapa 2 - Regionais de Fortaleza e Entorno imediato.



O terreno está próximo a Arena Castelão, ao Centro de Formação Olímpica e dentro da delimitação do CEU, portanto, próximo ao Hotel Recanto Uirapuru e do local onde acontece o festival Halleluya, o que influencia na circulação de carros e pessoas ao longo do dia e da noite na região. Além disso, possui também certa proximidade com o Aeroporto Internacional Pinto Martins (cerca de 6 km de distância).

Mapa 3 - Pontos de Referência



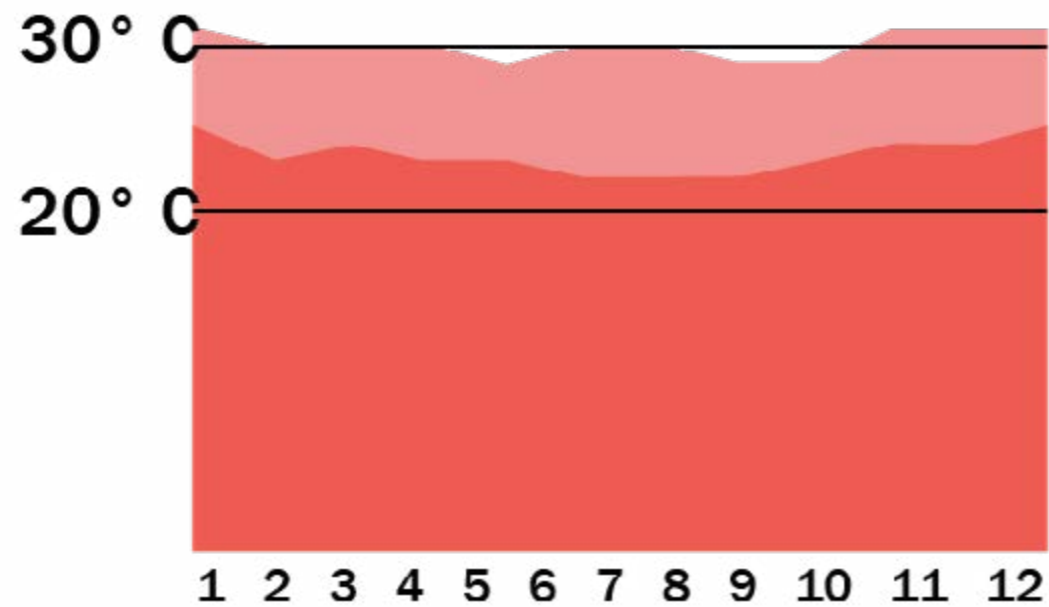
Fonte: O autor (2020)



Análise do terreno

Em Fortaleza o clima é predominantemente tropical e quente, sofrendo pequenas variações, com temperatura mínima de 24oC e máxima de 30oC, como é apresentado no gráfico a seguir. Diante disso, percebemos que a temperatura durante o ano inteiro é bem constante e predominantemente quente, principalmente durante o dia.

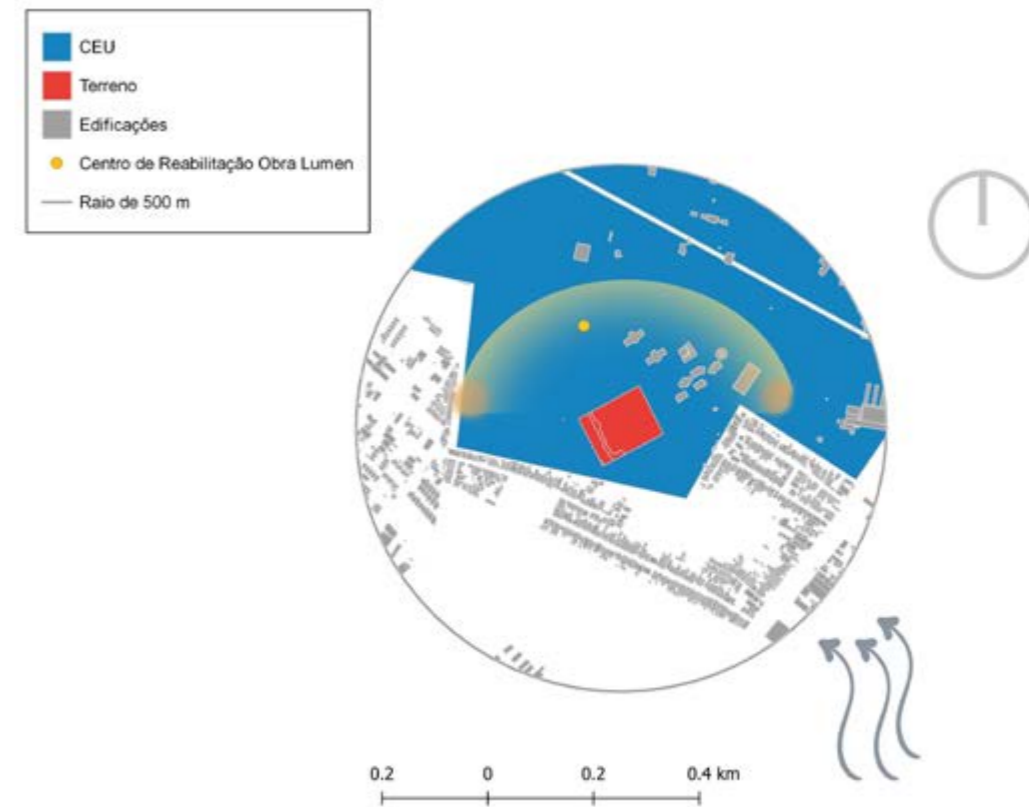
Gráfico 3 - Média da temperatura ao longo do ano.



Fonte: O autor (2020)

No tocante a corrente de ventos, na cidade de Fortaleza a ventilação vem predominantemente do sudoeste, como exposto na imagem a seguir, sendo crucial na tomada de decisão da implantação da edificação, a fim de projetar um ambiente que atenda aos padrões de conforto ambiental.

Mapa 4 - Orientação do Sol e Ventilação no Terreno.



Fonte: O autor (2020)

O terreno está situado na porção Sul do Condomínio Espiritual Uirapuru e possui uma área de 37.804m², doado à Obra Lumen de Evangelização em novembro de 2016 durante a assembleia geral do CEU. Nesta porção de terra será implantado tanto o complexo de reabilitação como o projeto da pesquisa em estudo, sendo a parcela destinada ao abrigo-escola composta por cerca de 14.000m².

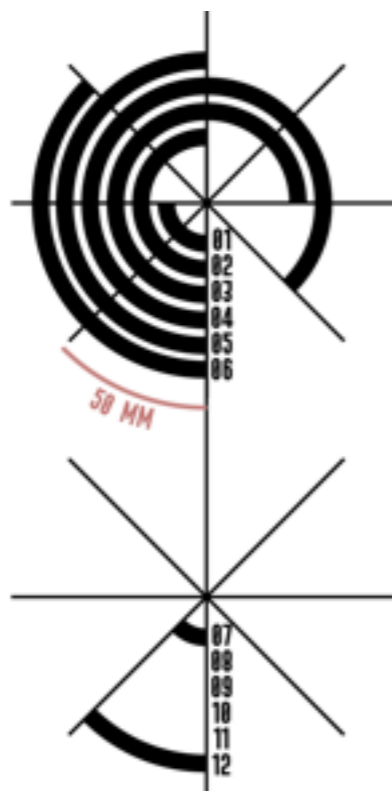
No início de 2019, deu-se início a obra do complexo de reabilitação situado em uma parcela do terreno, por isso a escolha do terreno ao lado a fim de a casa de acolhimento para as crianças estar associada ao equipamento voltado para os adultos, proporcionando o convívio dos pais e filhos e contribuindo para a integração e ressignificação dos laços familiares.



O entorno imediato não possui muitas edificações já que se encontra ao lado de uma APP, área onde a taxa de permeabilidade deve ser de 100% segundo a LUOS (2017), deixando o terreno mais isolado, ao lado apenas de edificações dentro dos limites do CEU como a Casa do Menor.

O terreno possui proximidade com um corpo d'água o que ocasiona alguns pontos de alagamento, já que não possui uma topografia muito acidentada como visto no mapa acima, com apenas duas curvas de nível passando pelo terreno, acumulando água nessa porção de terra durante o período chuvoso e, assim, inviabilizando a construção nessa porção de terra, já que na região possui uma grande incidência de chuvas no primeiro semestre do ano, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 4 - Índice Pluviométrico



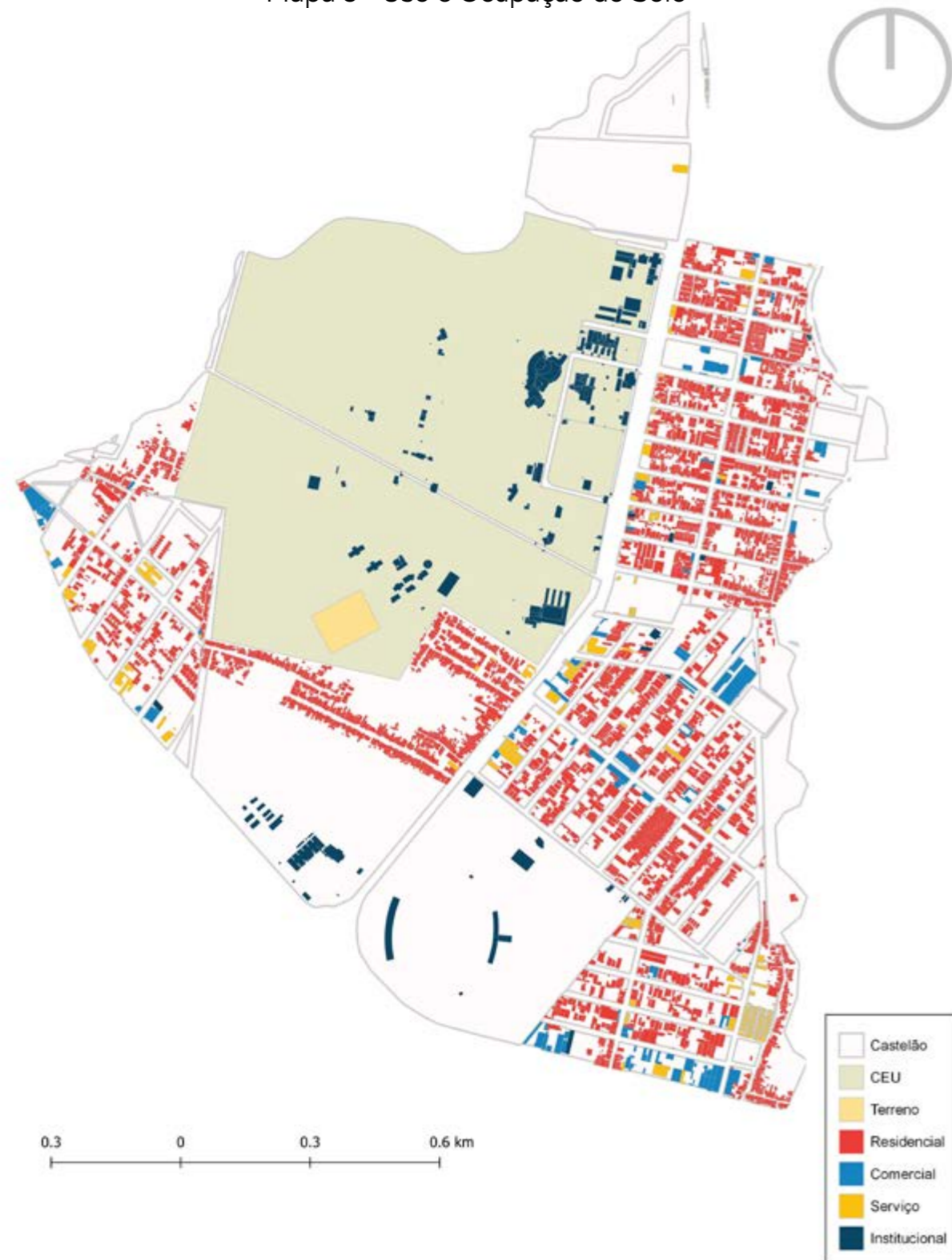
Fonte: Adaptado pela autora com base na SEMACE (2015)

Perfil socioeconômico e a infraestrutura do bairro

O terreno de intervenção está inserido em um bairro de 320.42 hectares com 6.262 habitantes de acordo com o censo da SEFIN/MPF de 2015, onde 52.39% são mulheres e 47.61% são homens, conforme mostra o IBGE. Também de acordo com último censo do IBGE (2010), percebe-se que a população é majoritariamente jovem/adulto (67.7%) no entanto, a população infantil compõe 27.6% dos entrevistados pela pesquisa, sendo ainda um número alto para um bairro pouco populoso. Essa densidade justifica-se também com a ocupação do solo, que de acordo com o mapa a seguir possui dois grandes equipamentos esportivos e o próprio CEU, que ocupa a maior parte do terreno, fazendo com que o bairro não se torne muito residencial.



Mapa 5 - Uso e Ocupação do Solo



Fonte: O autor (2020)

Os dados do censo do IBGE indicam que a renda média da área de estudo era de R\$ 578,46, um pouco mais da metade de um salário mínimo (R\$ 1.045,00 atualmente), identificando um perfil de baixa renda, o que ainda demonstra uma supremacia em relação ao público alvo, que vive em estado de extrema vulnerabilidade social e pobreza. Tal indicativo mostra a relação com a quantidade de assentamentos precários existentes no bairro, caracterizados como favelas inseridas parcialmente ou totalmente em áreas de preservação.

No tocante aos indicadores de infraestrutura, o bairro está bem servido de água, chegando a 97,85% dos domicílios servidos com abastecimento de água pela rede geral, segundo o censo de 2010 do IBGE. A coleta de lixo atinge aproximadamente 99,42% dos domicílios e a energia elétrica fornecida pela rede geral chega a 99,21% dos domicílios.

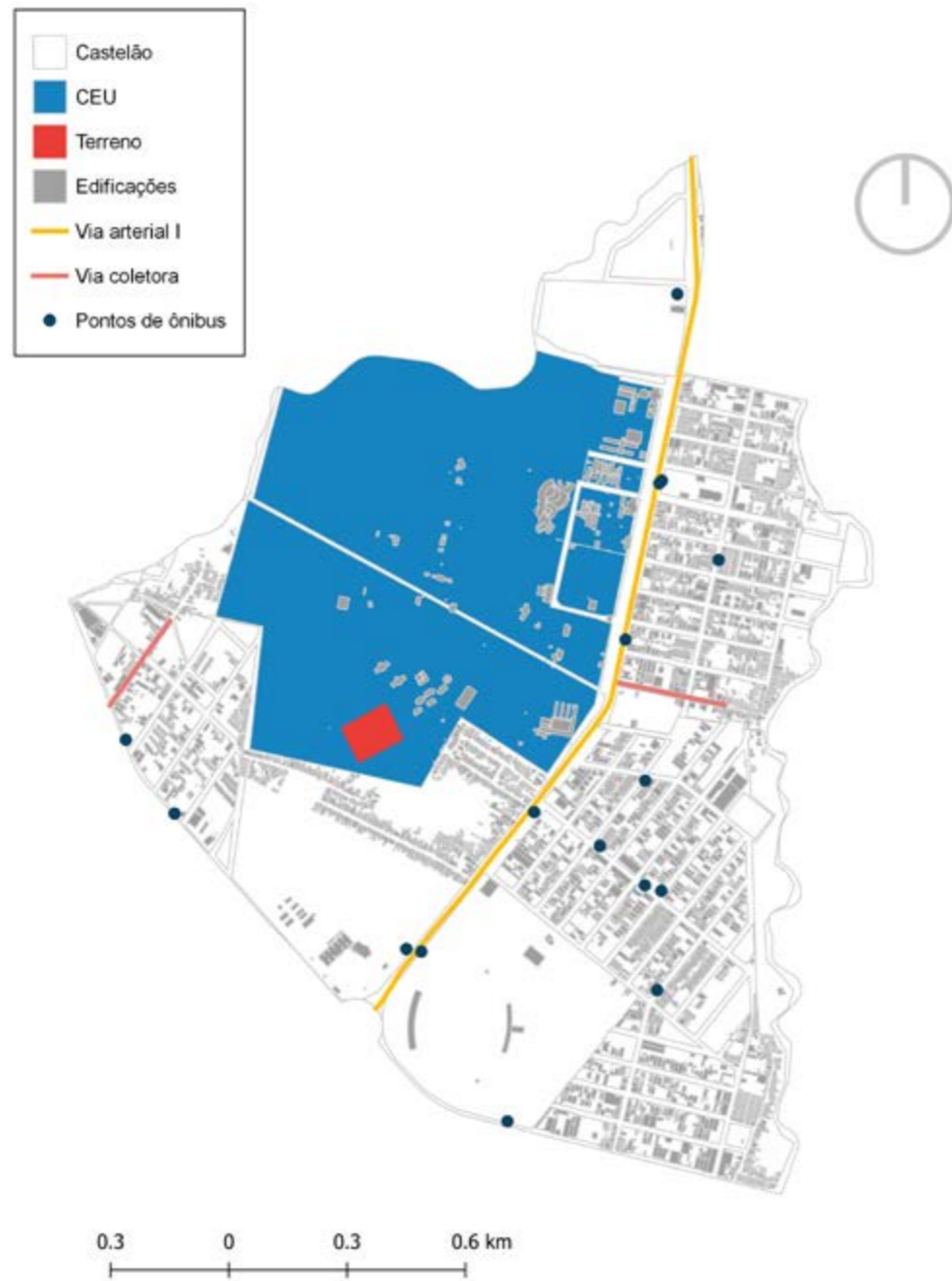
O indicador mais preocupante é o esgotamento sanitário, que soma somente 6,29% dos domicílios ligados a rede de geral de coleta de esgoto, sendo esse o principal problema infraestrutural da região, apontando a existência de esgotos a céu aberto, principalmente no entorno da Arena Casteloão. Além disso, alguns utilizam formas de despejo prejudiciais ao meio ambiente, fato decorrente de não possuírem condições de financiar um despejo adequado.

O acesso ao CEU se dá pela Avenida Alberto Craveiro, que possui iluminação pública satisfatória e é classificada segundo a LUOS como Via Arterial I, possuindo um intenso fluxo de veículos e um grande número de paradas de ônibus. No entanto, o acesso ao terreno é por meio de vias locais presentes dentro do CEU.

As Vias Arteriais também têm como principal característica o tráfego de passagem, porém estas possuem interrupções, o controle de acesso é parcial e as interseções são em nível e espaçadas, uma vez que quanto maior o espaçamento, maior a eficiência do trânsito (LUOS, 2017).



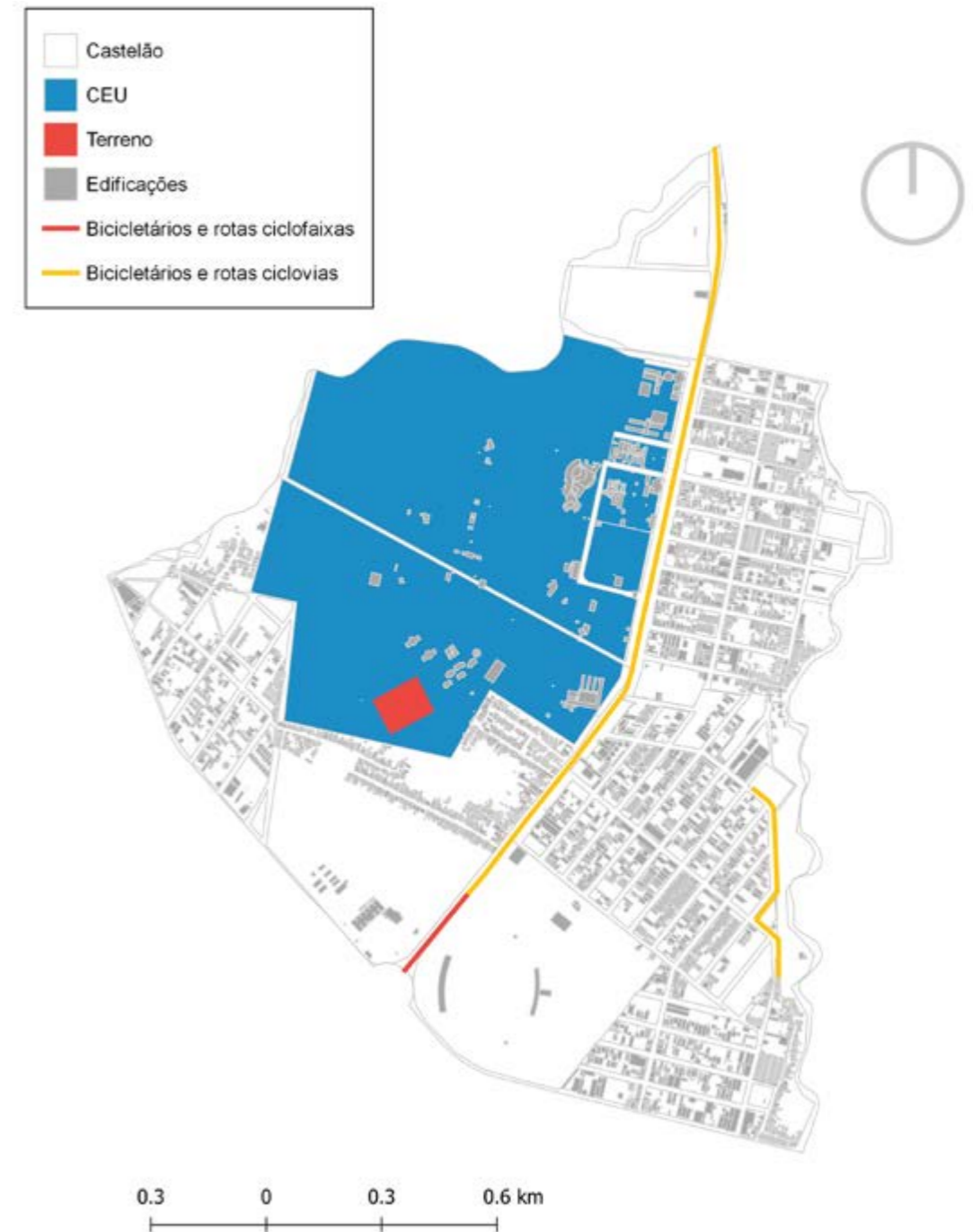
Mapa 6 - Classificação viária do Bairro



Fonte: Adaptado pela Autora (2020) com base nos dados da LUOS (2017)

Além do acesso de veículos por meio da Avenida Alberto Craveiro, o trecho apresenta ciclovias e ciclofaixas, facilitando o acesso também por meio de outros modais.

Mapa 7 - Ciclovias e Ciclofaixas dentro do Bairro.



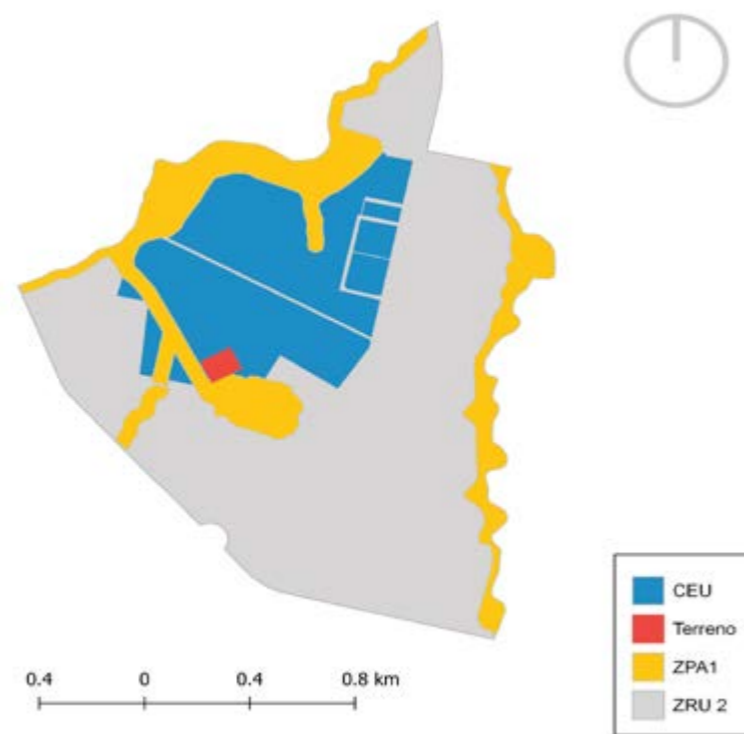
Fonte: Adaptado pela Autora (2020) com base nos dados da LUOS (2017)



Legislação Pertinente

De acordo com o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP-FOR 2009), o terreno está localizado, em sua maioria, na Zona de Requalificação Urbana 2, caracterizada como, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo V - Zona de Requalificação Urbana 2 (ZRU 2) - caracteriza-se pela insuficiência ou precariedade da infraestrutura e dos serviços urbanos, principalmente de saneamento ambiental, carência de equipamentos e espaços públicos e a incidência de núcleos habitacionais de interesse social precários, destinando-se à requalificação urbanística e ambiental e à adequação das condições de habitabilidade, acessibilidade e mobilidade; (LUOS, 2017)

Mapa 8 - Macrozoneamento na escala do Bairro.



Fonte: Adaptado pela Autora (2020) com base nos dados da LUOS (2017)

É importante salientar que o terreno em estudo está sujeito aos índices urbanísticos expostos na tabela retirada do Anexo 4 presente na LUOS:

Tabela 1 - Parâmetros Urbanísticos de acordo com a Zona.

Zonas de Ocupação		Zona de Requalificação Urbana	
Taxa de Permeabilidade			30%
Taxa de Ocupação	Solo		60%
	Subsolo		60%
Índice de Aproveitamento	Básico		1,5
	Mínimo		0,1
	Máximo		1,5
Altura Máxima da Edificação			48,00m
Dimensões Mínimas do Lotes	Testada (m)		5
	Profundidade (m)		25
	Área (m ²)		125
Fração do Lote	Áreas de aplicação	1	x
		2	45
		3	60
		4	75
		5	100

Fonte: Adaptado pela Autora (2020) com base nos dados da LUOS (2017)

Outro importante quesito em relação à legislação é a caracterização quanto a atividade que será desenvolvida no equipamento, e no caso do projeto em questão, caracteriza-se por um Serviço, de subgrupo Serviços de Saúde e Serviço de Educação, enquadrado no ponto 85.31.63 como Albergue assistencial, classificado como Projeto Especial, e no ponto 80.13.60/80.14.60 Creche e Escola.



Tabela 2 - Classificação de Grupo e Subgrupo

ANEXO 5: CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES POR GRUPO E SUBGRUPO: SERVIÇOS

TABELA 5.11 - SUBGRUPO SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO - SE

CÓDIGO	ATIVIDADE	CLASSE SE	PORTE m ²	NÚMERO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO
80.13.60	Creche	1	Até 1000 (obs.2)	1 vaga / 100m ² A.C.C.
		PGV1	1001 a 2500 (obs.2)	Será definido pelo RIST.
		PGV2-EIV	Acima de 2500 (obs.2)	
80.14.40	Escola de Educação Infantil - Pré-escola	1	Até 1000 (obs.2)	1 vaga / 100m ² A.C.C.
		PGV1	1001 a 2500 (obs.2)	Será definido pelo RIST.
		PGV2-EIV	Acima de 2500 (obs.2)	
80.15.20	Ensino Fundamental (1o grau)	1	Até 1000 (obs.2)	1 vaga / 100m ² A.C.C.
		PGV1	1001 a 2500 (obs.2)	Será definido pelo RIST.
		PGV2-EIV	Acima de 2500 (obs.2)	

TABELA 5.12 - SUBGRUPO SERVIÇOS DE SAÚDE - SS

CÓDIGO	ATIVIDADE	CLASSE SS	PORTE m ²	NÚMERO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO
85.31.63	Albergues Assistenciais	4PE	Qualquer.	Será objeto de estudo.

Fonte: Adaptado pela Autora (2020) com base nos dados da LUOS (2017)

Diante disso, devido a classificação mista prevalece na hierarquia os parâmetros para recuos e vagas de estacionamento do Projeto Especial, sendo então objeto de estudo.

Além de estar inserido em uma ZRU2, toda a extensão do condomínio é

considerada, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, uma Zona Especial Institucional desde que foi reconhecida pela Lei Complementar 0041 de 2007, criada e sancionada pela Prefeitura de Fortaleza.

De acordo com a Lei, no artigo 8, item VI, as Zonas Especiais Institucionais (ZEI) são aquelas cujas edificações abrigam atividades do Grupo Institucional nos setores de administração, defesa, segurança, saneamento, transportes, cultura, esporte, lazer, abastecimento e do Grupo Serviços, Subgrupo – Serviços de Educação (Universidades), que pelo porte e natureza das atividades são considerados projetos especiais.

Nesse contexto, de acordo com o exposto no Artigo 167 da LUOS

A regulamentação do parcelamento, uso e ocupação das Zonas Especiais Institucionais (ZEI) será estabelecida por Plano Diretor Físico específico, a ser submetido à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) e aprovado pela Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor (CPPD). (LUOS, 2017).

Apesar de ainda não estar em vigência, o CEU possui um Plano Diretor que delimita os lotes e prevê as novas vias locais de acesso aos terrenos.

Com isso, no CEU realizam-se atividades sem fins lucrativos, realizados por entidades que tenham o intuito de promover atividades que atendam demandas sociais dedicando-se à recuperação de dependência química; acolhimento a crianças e jovens em situação de risco; adultos e crianças portadoras do vírus HIV; realização de eventos, atividades educacionais e culturais; aconselhamentos e encontros de espiritualidade. Dessa forma, percebe-se que a implantação do equipamento no local está de acordo com as exigências expostas pela LUOS devido ao seu caráter essencial de tratamento dessa parcela desamparada pela sociedade e ainda não representada na diversidade de atividades instaladas no CEU.





**O que você pode fazer para mudar o mundo?
Amar. O amor pode, sim, vencer o egoísmo.
Santa Dulce dos Pobres**

**Projeto e a proposta
de intervenção**

5



Cliente

O público alvo do abrigo-escola será composto principalmente por crianças de 2 a 10 anos que se encontravam em situação de rua e cujos pais desejam passar por um tratamento contra a dependência química.

Além da utilização das crianças, o equipamento também contará com a ajuda de voluntários da comunidade e professores e profissionais que desejem fazer parte da educação e reinserção dessas crianças que possuem sua infância marcada por um cenário de extrema vulnerabilidade.

O equipamento terá a capacidade de atender até 100 crianças e 20 cuidadores em tempo integral, além de visitantes e profissionais nos horários comerciais e de visitas.

Programa de necessidades e fluxograma

Com base no público alvo, nas suas necessidades e nos projetos de referências apresentados, o programa foi desenvolvido em cima de cinco eixos: íntimo, social, administrativo, serviços e pedagógico, com as diversas salas e espaços que uma criança necessita para seu desenvolvimento pessoal, social, intelectual e espiritual.

O projeto foi desenvolvido pensando na melhor maneira de conectar os setores com o espaço externo, não deixando-as presas em apenas um bloco, já que quando estavam em situação de rua possuíam uma grande liberdade em transitar nos espaços. Além disso, foi desenvolvido de maneira a deixar clara sua localização e função a fim de facilitar a apropriação das crianças no espaço.



Imagem 27 - Fluxograma

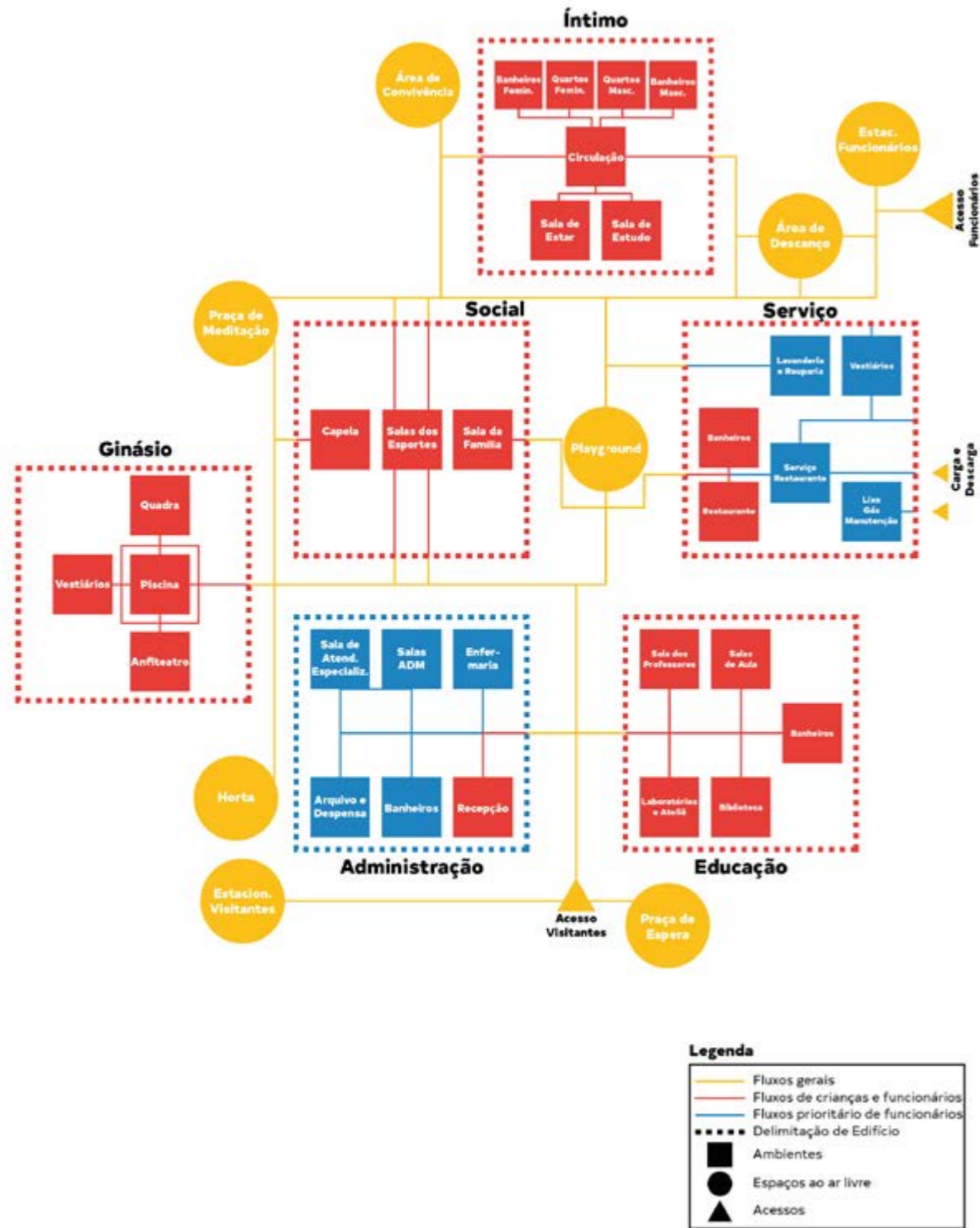


Tabela 3 - Programa de Necessidades

Programa de Necessidades			
Setor	Ambiente	Área	Quantidade
Bloco Social	Capela	64,96 m2	1
	Sala de Dança	35,54 m2	1
	Sala de Karatê	35,54 m2	1
	Brinquedoteca	35,62 m2	1
	Sala de Jogos	35,62 m3	1
	Sala de Encontro com a Família	61,99 m2	1
	WC Acessível	4,67 m2	2
Ginásio	Anfiteatro	124,73 m2	1
	Piscina	204,46 m2	1
	WC	28,23 m2	2
	DML/DME	2,32 m2	2
	Quadra	567 m2	1
	Horta	156 m2	1
Bloco Administrativo	Sala de Serviço Social e Apoio Psicológico	18,46 m2	1
	Sala de Assessoria Jurídica	20,94 m2	1
	Sala de Atendimento	21,38 m2	1
	Arquivo	15,79 m2	1
	Sala da Diretoria	16,99 m2	1
	WC Diretoria	1,35 m2	1
	WC	22,12 m2	2
	Despensa	5,07 m2	1
	Enfermaria	14,35 m2	1
	WC Enfermaria	2,63 m2	1
	Espera Infantil	13,92 m2	1
	WC Acessível	4,36 m2	2
	Recepção	46,21 m2	1
	Sala de Reuniões	35,10 m2	1
	Sala de doações	21,38 m2	1
	Coordenação	20,94 m2	1
Secretaria e Tesouraria	18,46 m2	1	



	Sala de doações	21,38 m ²	1
	Coordenação	20,94 m ²	1
	Secretaria e Tesouraria	18,46 m ²	1
	DML	4,86 m ²	1
	Circulação	76,78 m ²	1
Bloco Pedagógico	Sala dos Professores	29,63 m ²	1
	Sala Infantil I	24,69 m ²	1
	Sala Infantil II	24,69 m ²	1
	Sala Infantil III	24,40 m ²	1
	Sala 1 ano	24,40 m ²	1
	Sala 2 ano	24,40 m ²	1
	Sala 3 ano	24,11 m ²	1
	Laboratório de Artes	29,63 m ²	1
	WC	29,62 m ²	4
	Biblioteca	99,83 m ²	1
	Laboratório de Informática	49,62 m ²	1
	Laboratório de Ciências	49,62 m ²	1
	Sala 5 ano	49,62 m ²	1
	Sala 4 ano	50,21m ²	1
	Circulação	208,91 m ²	1
Bloco Íntimo	Sala de Estar	39,19 m ²	1
	Sala de Estudos	16,06 m ²	1
	Lavabo Acessível	4,06 m ²	2
	Circulação	76,20 m ²	1
Ala Feminina	WC Acessível	5,38 m ²	2
	WC	28,60 m ²	2
	DML	3,58 m ²	1
	Quarto para 6 crianças	20,11 m ²	6
	Quarto para 4 crianças	19,20 m ²	4
	Circulação	97,71 m ²	1
Ala Masculina	WC Acessível	5,38 m ²	2
	WC	28,60 m ²	2
	DML	3,58 m ²	1

Ala Masculina	Quarto p 6 crianças	20,11 m ²	6
	Quarto p 4 crianças	19,20 m ²	4
	Circulação	97,71 m ²	1
Bloco Serviços	Refeitório	347,41 m ²	1
	WC Crianças	19,58 m ²	2
	WC Acessível	4,00 m ²	1
	Despensa	3,70m ²	1
	Cocção	115,33m ²	1
	Sala do Nutricionista	7,66m ²	1
	Lavagem de Utensílios	9,83m ²	1
	Guarda de Utensílios	9,83m ²	1
	Antecâmara	9,37 m ²	1
	Câmara Fria	10,44 m ²	1
	Câmara Congelada	19,64 m ²	1
	Despensa Seca	11,88 m ²	1
	Manutenção	22,35 m ²	1
	Saída de Alimentos	31,18 m ²	1
	Sala de Controle	16,24 m ²	1
	Carga e Descarga	29,19 m ²	1
	Circulação Vestiários	18,43m ²	1
	Vestiário Funcionários	37,65m ²	2
	Lavanderia	24,40m ²	1
	Rouparia	8,90m ²	1
	Lixo	18,45m ²	1
	Gás	18,45m ²	1



Conceito e Partido Arquitetônico

Le Corbusier declarou em seu texto seminal *Towards a New Architecture*, que "o homem olha para a criação da arquitetura com seus olhos, que estão a 1,70 metros do chão", e é a partir desse conceito que todo o projeto será pensado. É necessário, porém, mudar os padrões quando o olhar do usuário mais importante para o projeto é o olhar de uma criança, com os anseios e necessidades típicas da pouca idade (DOBBINS, 2017).

A fim de projetar um espaço voltado especialmente para o público infantil, em especial para aqueles que tiveram parte de sua vida marcada por um cenário de extrema vulnerabilidade, o projeto será desenvolvido com base em cinco atributos que, segundo Dobbins (2018), são essenciais para realizar um bom projeto voltado às crianças: segurança, adaptabilidade, entendimento, liberdade e diversão.

A partir dos conceitos de Dobbins (2018), o projeto em estudo optou pela escolha das palavras acolhimento, ludicidade e dinamismo para a construção subjetiva do seu conceito.

A ideia do projeto é proporcionar à criança que utilizar o espaço o sentimento de pertencimento a partir da apropriação do ambiente, concedendo acolhimento e refletindo diretamente no seu comportamento e na melhoria da sua qualidade de vida. Esse acolhimento virá sem tirar a liberdade intrínseca de quem já morou na rua, mas trazendo percepções positivas às crianças por meio da utilização de fachadas lúdicas, com o intuito de lentamente fazer com que elas pertençam ao ambiente projetado assim como um dia pertenceram à rua.

O projeto busca, ainda, a integração com a natureza, uma vez que esta tem benefícios diretos no conforto das pessoas, sendo expressa por meio de

fachadas que utilizarão elementos de ventilação natural, como esquadrias e brises móveis, dando um dinamismo às fachadas, além de elementos zenitais, a fim de aproveitar a insolação para criar visuais diferentes nos blocos ao longo do dia trazendo "vida" ao equipamento.

Para uma melhor adaptação das crianças, optou-se por utilizar formas simples e fachadas com cores primárias vivas, trazendo o dinamismo, a ludicidade e a alegria aos pequenos usuários da edificação. No complexo, as atividades desenvolvidas em cada um dos blocos, construídos de acordo com a função a qual são destinados, se relacionam e, uma vez entrelaçados, podem formar um organismo potente, como um quebra-cabeça ou blocos de montar, brincadeiras muito presentes no dia a dia de uma criança, capaz de contribuir na restauração dos valores perdidos pelas crianças na situação em que viviam.

A fim de gerar uma melhor organização e harmonia entre as edificações, elegeu-se pela criação de praças nos espaços vazios que interligam todos os blocos por meio dos caminhos.

Quanto à disposição dos blocos, é importante salientar que o terreno foi dividido a partir de uma análise climática, deixando os blocos mais utilizados pelas crianças - blocos do setor íntimo e pedagógico - voltados para o leste, nascente, e com uma maior captação dos ventos vindos do sudeste. O bloco de serviço, pela sua necessidade de acesso frequente de profissionais e grande fluxo de carga e descarga fica próximo ao acesso de veículos e estacionamento, direcionando os usuários ao bloco central.

Quanto ao bloco central, este tem vista para a área do terreno que é alagável durante os meses chuvosos a fim de criar um espaço livre de lazer, que traga a natureza para perto do convívio das crianças.



Imagem 28 - Estudo de massas



Fonte: O autor (2020)

Memorial de Projeto

O abrigo-escola zeLAR se propõe a ser um equipamento capaz de acolher e educar as crianças, ressignificando a sua relação com o ambiente construído. O espaço busca atender as necessidades infantis no âmbito educacional e de acolhimento de maneira funcional e dinâmica por meio da utilização de elementos arquitetônicos em sua construção.

A primeira premissa utilizada para a criação do projeto foi a criação de condições que aproximassem as crianças do equipamento, fazendo com que elas se sentissem pertencentes ao local e se apropriassem dele como lugar

de moradia, educação e lazer. Para isso, optou-se pela cobertura de duas águas com tesouras em madeira e telha ecológica, a fim de remeter ao desenho de casa comumente desenhado pelas crianças. O desenho foi utilizado em todos os blocos, mas disposto de maneira singular no bloco íntimo, garantindo ainda mais a diferenciação do setor.

De forma complementar, a escolha dos materiais se deu com o intuito de garantir uma simplicidade arquitetônica e construtiva, com o uso do tijolo ecológico aparente, da telha colonial, de madeira em toda extensão do equipamento e da estrutura aparente de concreto, a fim de contribuir na identificação da criança com o espaço, além de diminuir os custos e de manter uma harmonização com o entorno ainda não consolidado do CEU, resultando, dessa forma, em uma arquitetura integrada, real e compatível com a realidade em que está inserida.

Buscou-se também uma implantação que valorizasse a ventilação e iluminação natural, dispondo os blocos no sentido sudeste e noroeste, onde a fachada mais prejudicada, presente no noroeste do bloco íntimo conta com uma fachada ventilada de brises verticais móveis para formar uma espécie de cortina no edifício. Além disso, esse bloco de 2 pavimentos proporciona um maior sombreamento nos demais blocos.

Para o bloco íntimo, optou-se por dividi-lo em dois setores, a ala feminina e a ala masculina, favorecendo a liberdade entre as crianças do mesmo sexo e evitando atos libidinosos precoces entre os usuários do sexo oposto.

Já no bloco pedagógico, criou-se um espaço personalizado para cada ano letivo a fim de atender as necessidades e as demandas de cada idade, contribuindo para a aprendizagem e a adaptação das crianças no ambiente escolar.



A integração com a natureza também foi determinante para o projeto, já que nas ruas as crianças têm esse contato direto com o meio ambiente. Diante disso, romper completamente com plantas e vegetações poderia ser prejudicial na permanência das crianças no abrigo, portanto, para favorecer esse ponto foram adotadas praças centrais entre os blocos para proporcionar o lazer e a convivência entre os usuários do equipamento e para auxiliar na sustentabilidade econômica do terreno, gerando áreas permeáveis e favorecendo um maior conforto e melhoria do microclima local.

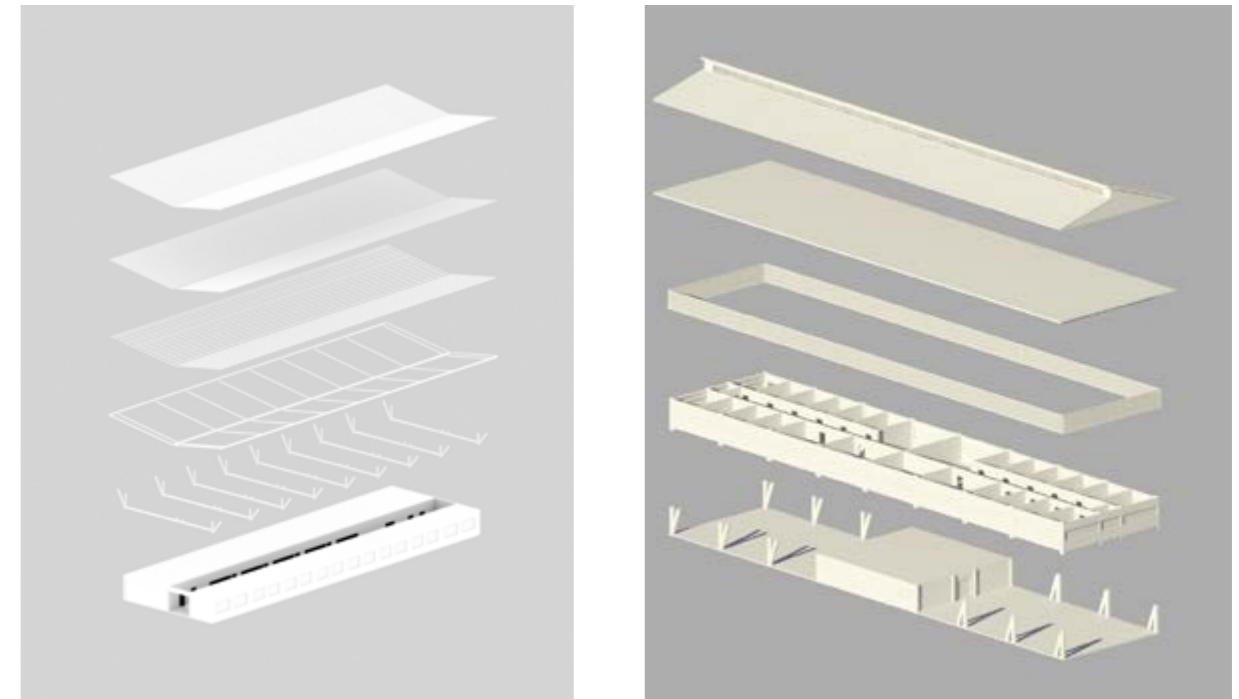
Outro aspecto importante que deve ser ressaltado é que este equipamento também atende às necessidades de pessoas com deficiências físicas, já que é um espaço que pretende incluir e acolher a todos os seus usuários, priorizando a acessibilidade em todos os ambientes construídos.

A solução estrutural adotada no projeto consiste em um sistema estrutural formado por pilares, vigas e lajes maciças de concreto, lançada por meio de uma malha estrutural que varia de 6 a 8 metros de distância entre eixos. Esta estrutura serve também para apoiar o madeiramento adotado na cobertura, tanto na cobertura de duas águas com o elemento de shed, quanto na cobertura tipo borboleta. Essa escolha se deu devido a praticidade, facilidade de manutenção e durabilidade. A escolha do concreto também foi determinante para a estética do equipamento, complementando os tijolos ecológicos aparentes, resultando numa arquitetura mais simples e popular.

As cobertas são sustentadas por um sistema convencional de madeira compostas por tesouras, ripas e caibros de madeira, e com um fechamento de telhas ecológicas de inclinação variável, além disso, nas cobertas tipo borboleta contém calhas metálicas envoltas por caixotes de madeira para o escoamento da água.

Estas cobertas contribuem para o conforto ambiental dos ambientes, sendo utilizadas como uma forma de exaustão do ar quente, além disso, possuem beirais de 1,20m contribuindo para o sombreamento dos caminhos entre os blocos.

Imagem 29 e 30 - Esquema estrutural dos blocos pedagógico e íntimo



Fonte: O autor (2020)



Implantação

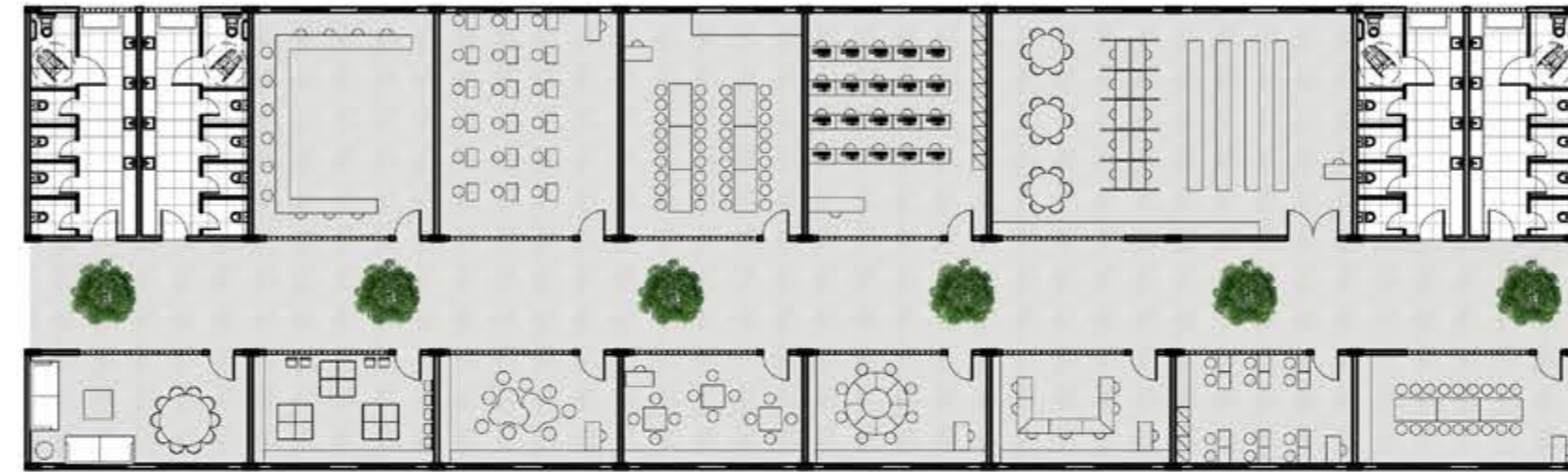
1. Implantação



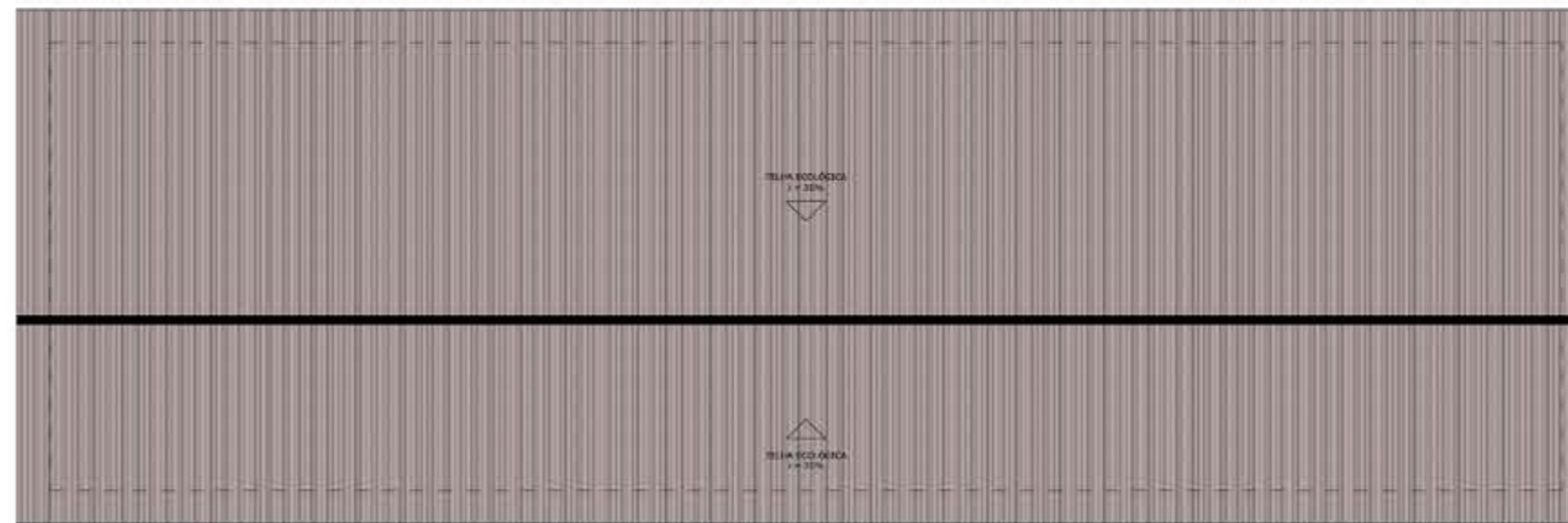
Bloco Pedagógico

- 1. Planta de Layout Térreo
- 2. Planta de Coberta

①



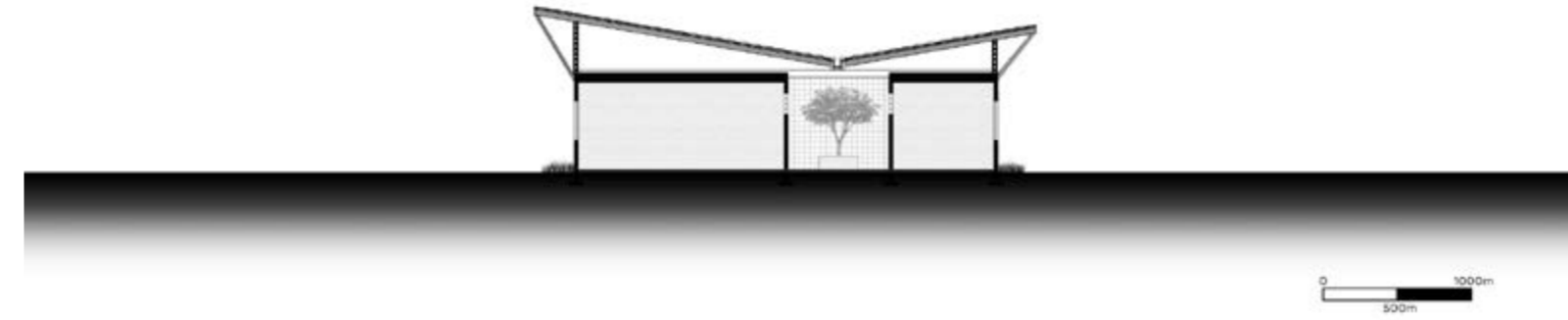
②



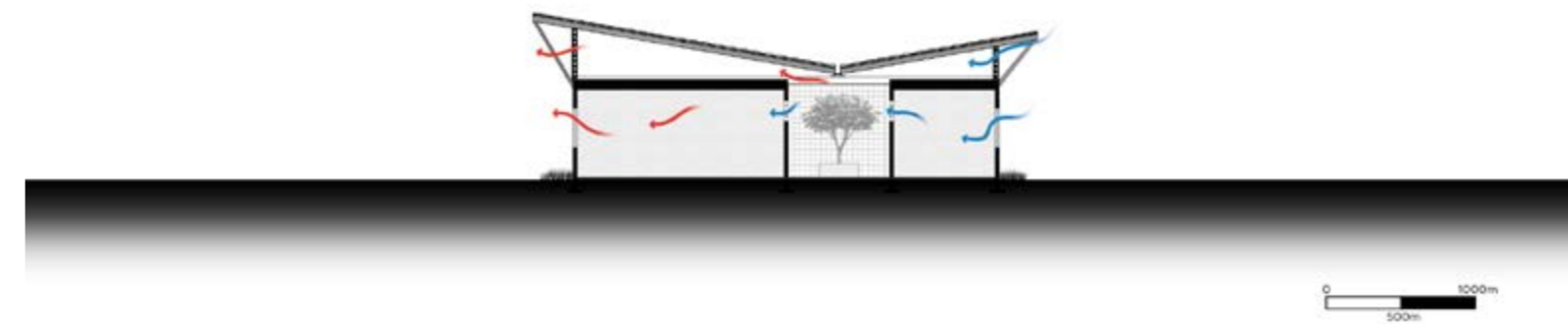
Bloco Pedagógico

1. Corte G
2. Corte G Esquemático - ventilação

①

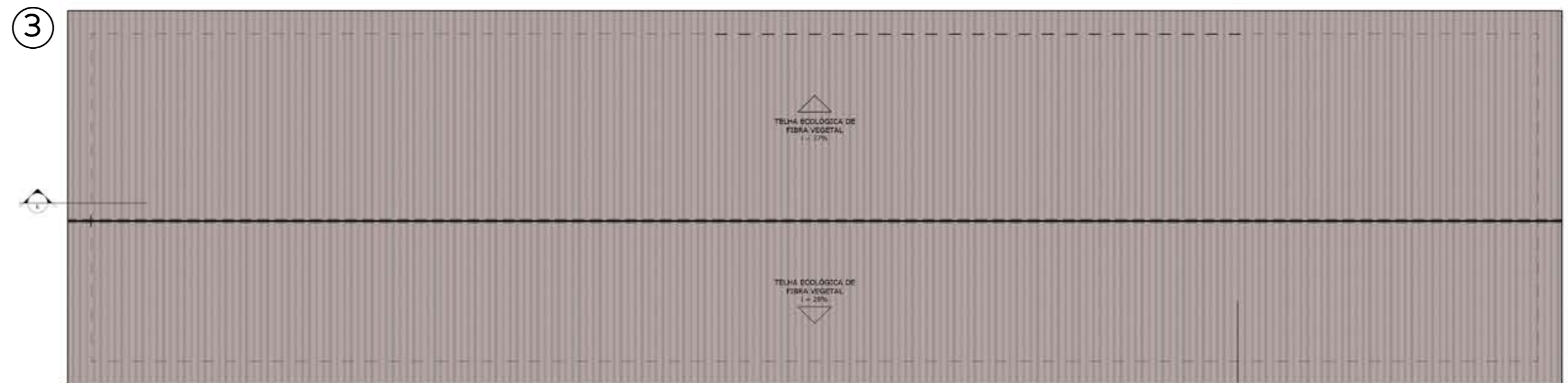
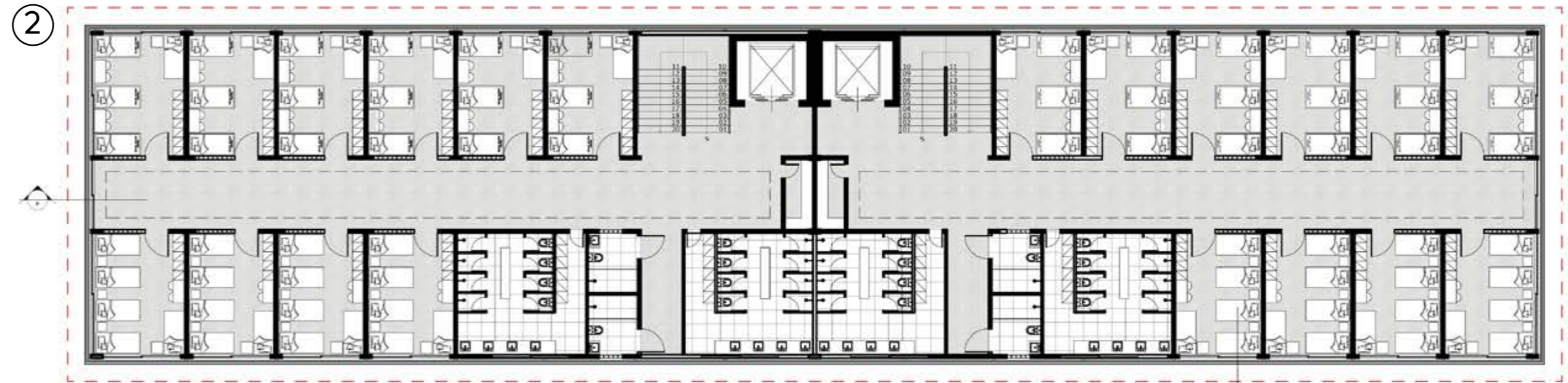


②



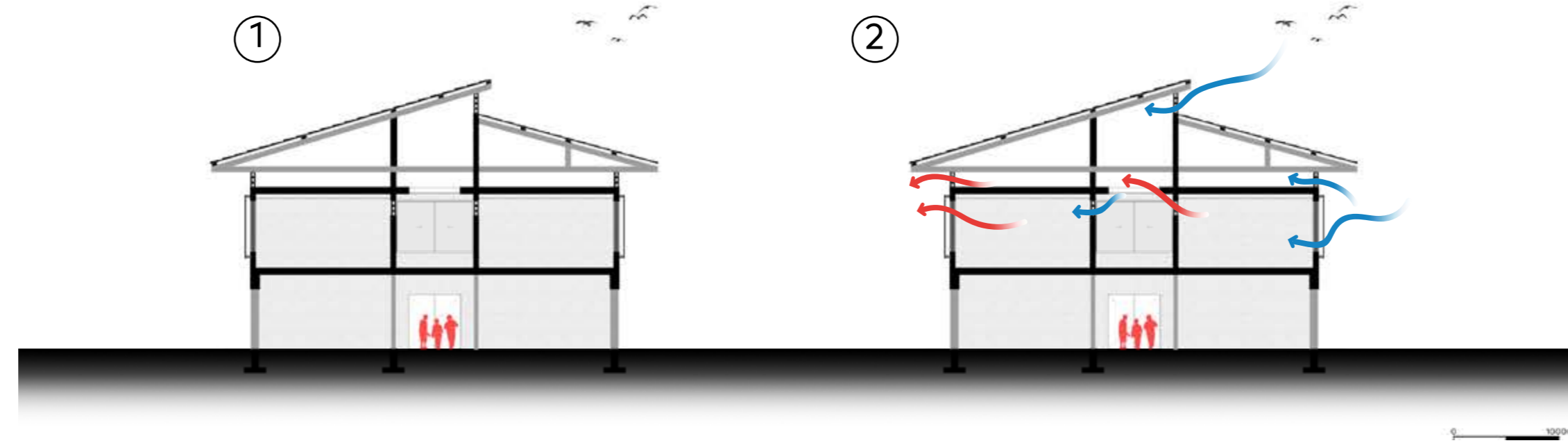
Bloco Íntimo

1. Planta de Layout Térreo
2. Planta de Layout 1º Pavimento
3. Planta de Coberta



Bloco Íntimo

1. Corte E
2. Corte E esquemático - ventilação
3. Detalhe Brises
4. Fachada



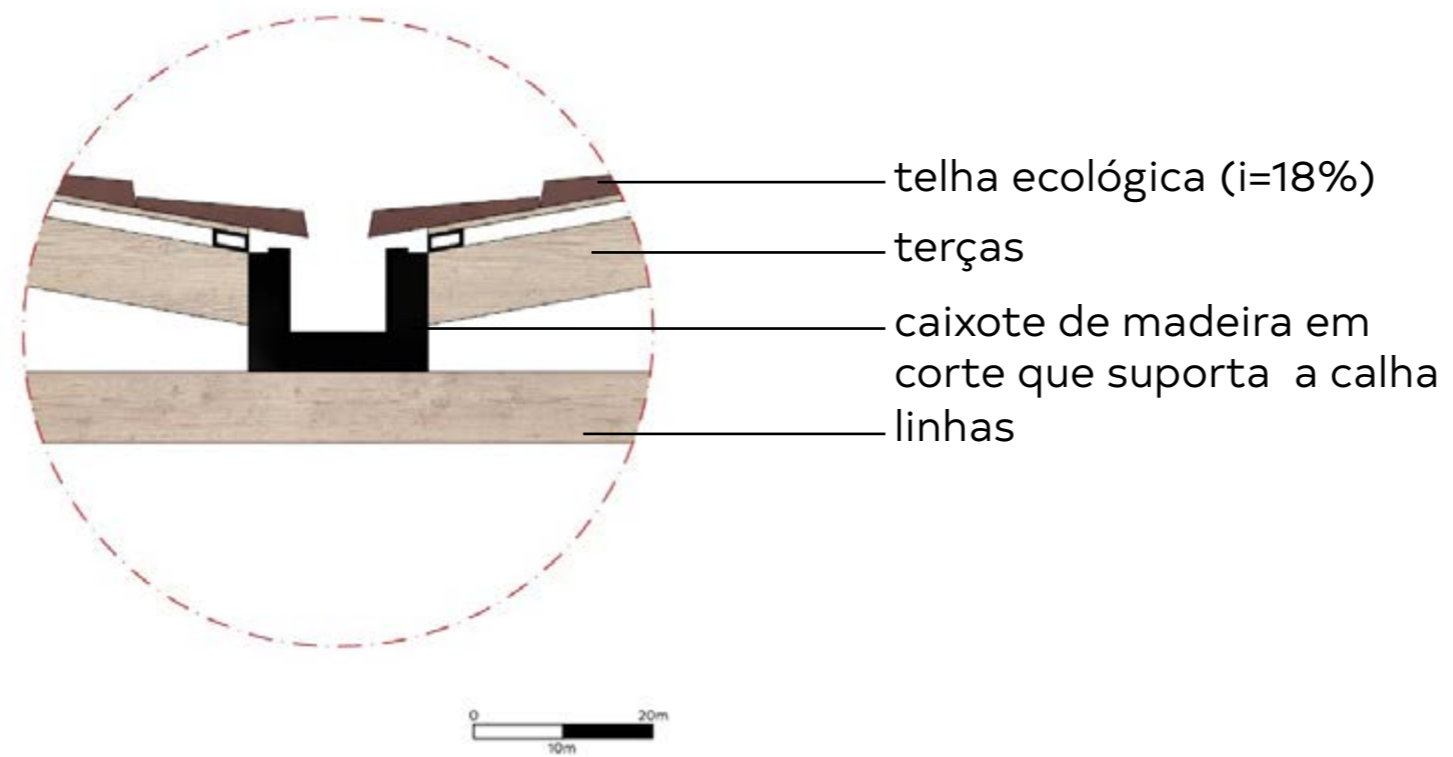
4



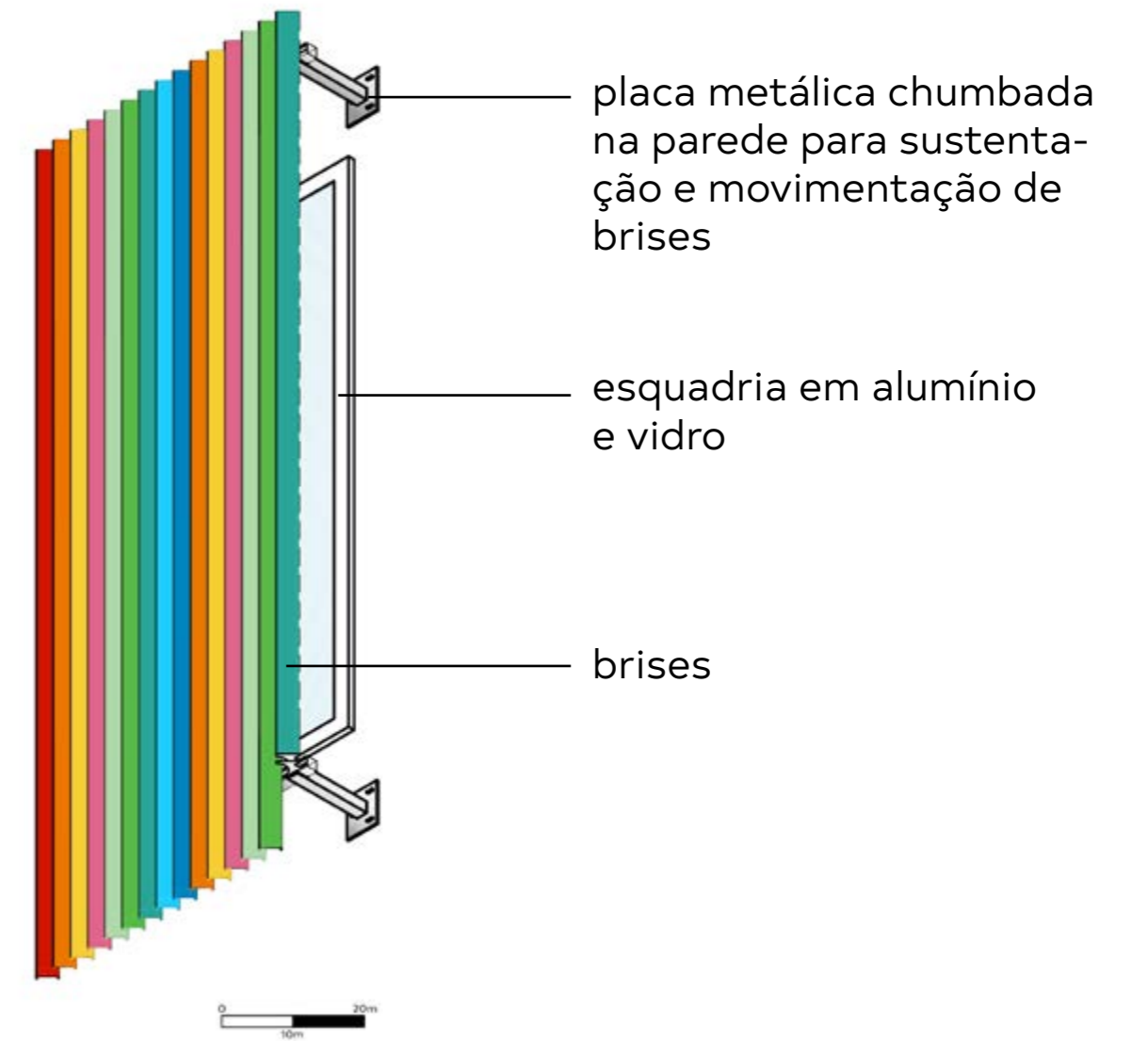
Detalhes Construtivos

1. Detalhe de cobertura - calha
2. Detalhe brises

①

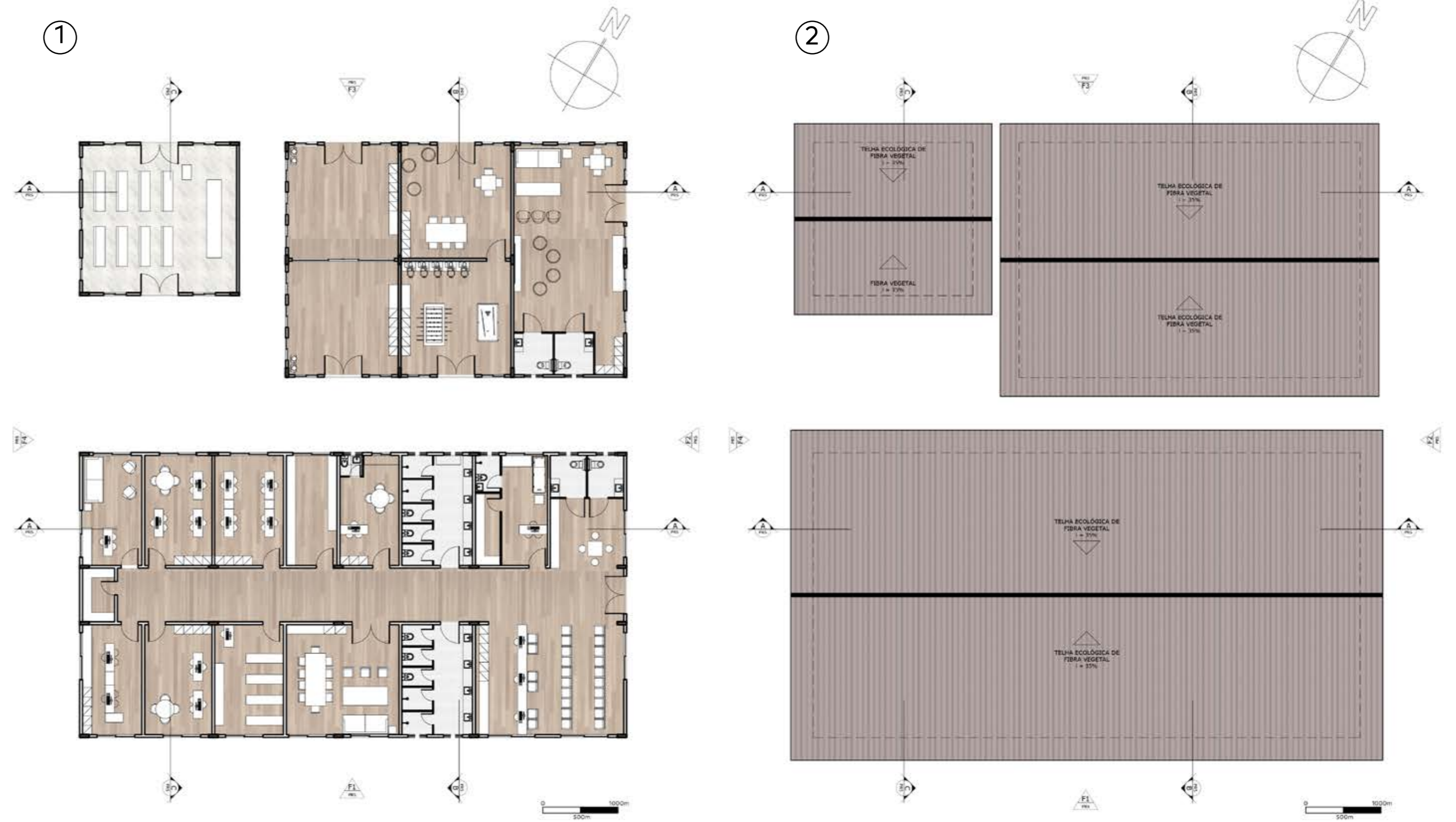


②



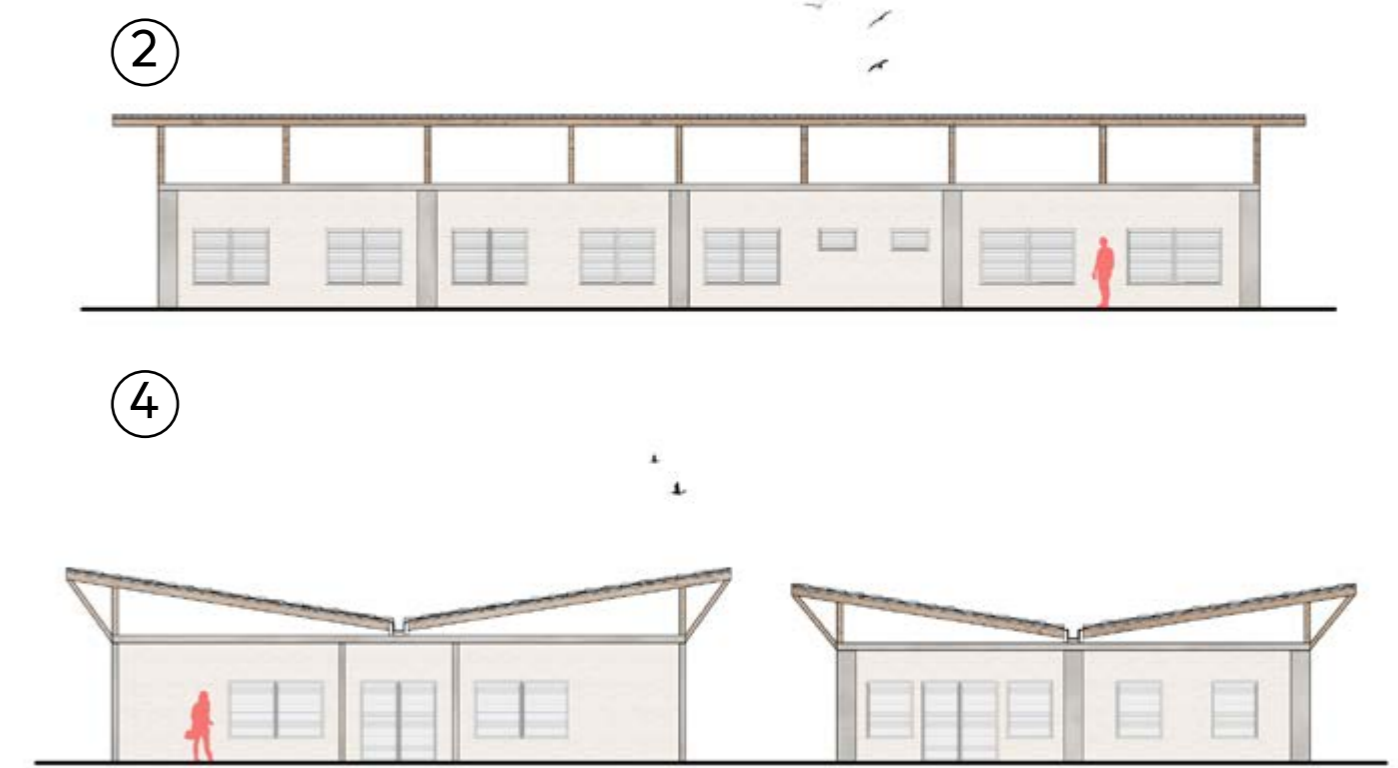
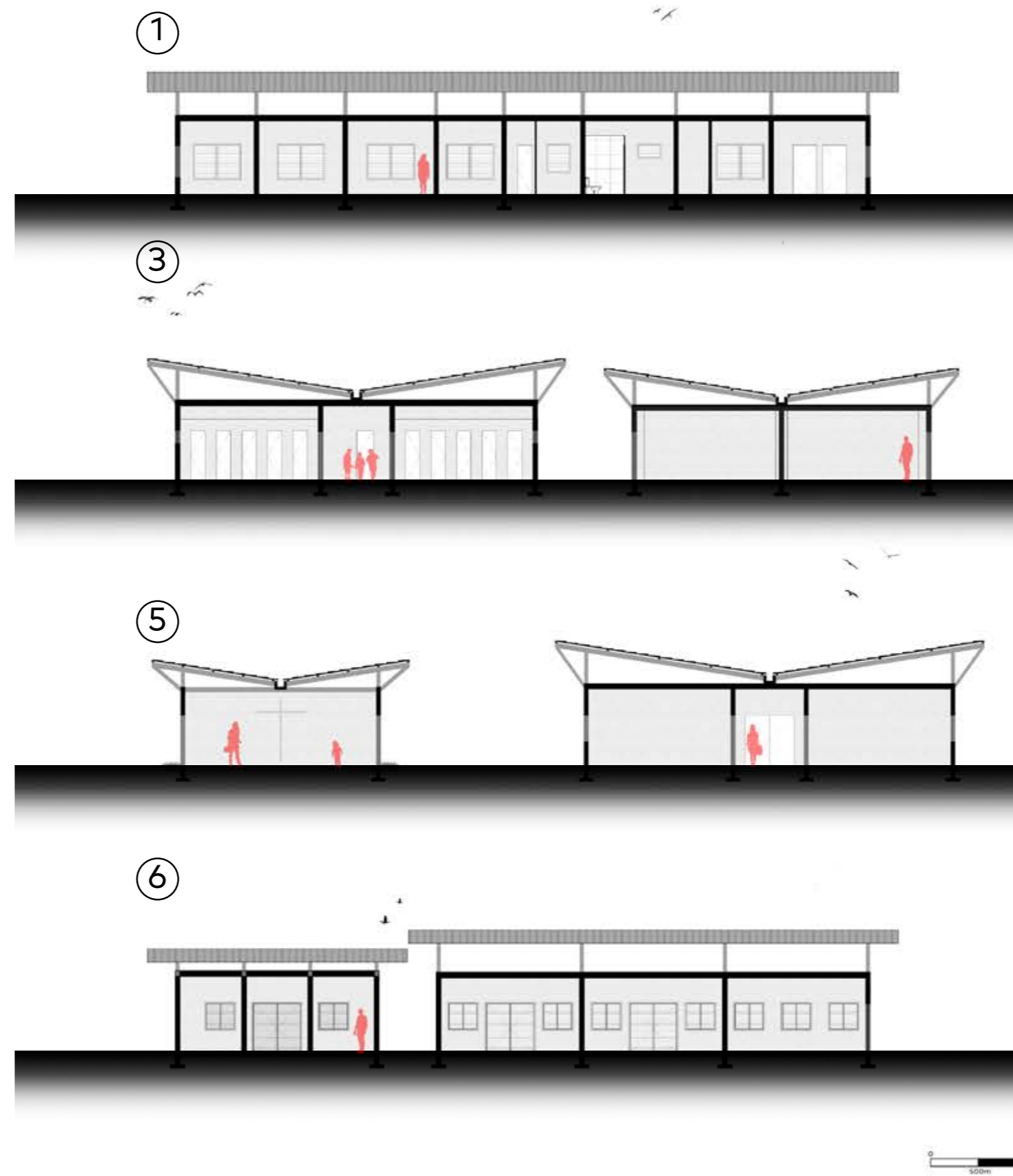
Bloco Social, Administrativo e Capela

1. Planta de Layout
2. Planta de Coberta



Bloco Social, Administrativo e Capela

1. Corte A
2. Fachada A
3. Corte B
4. Fachada B
5. Corte C
6. Corte D



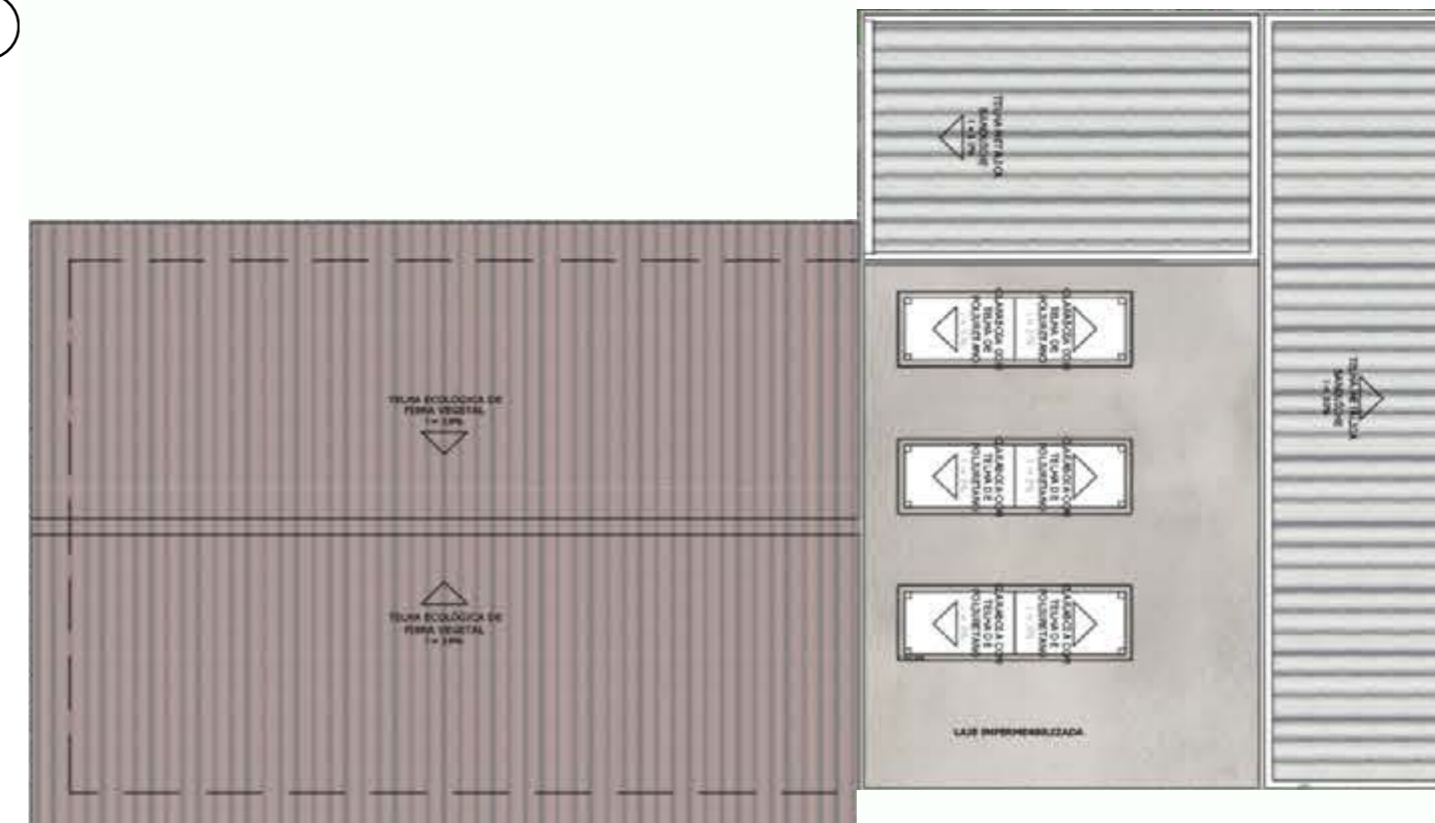
Bloco de Serviços

- 1. Planta de Layout
- 2. Planta de Coberta

①

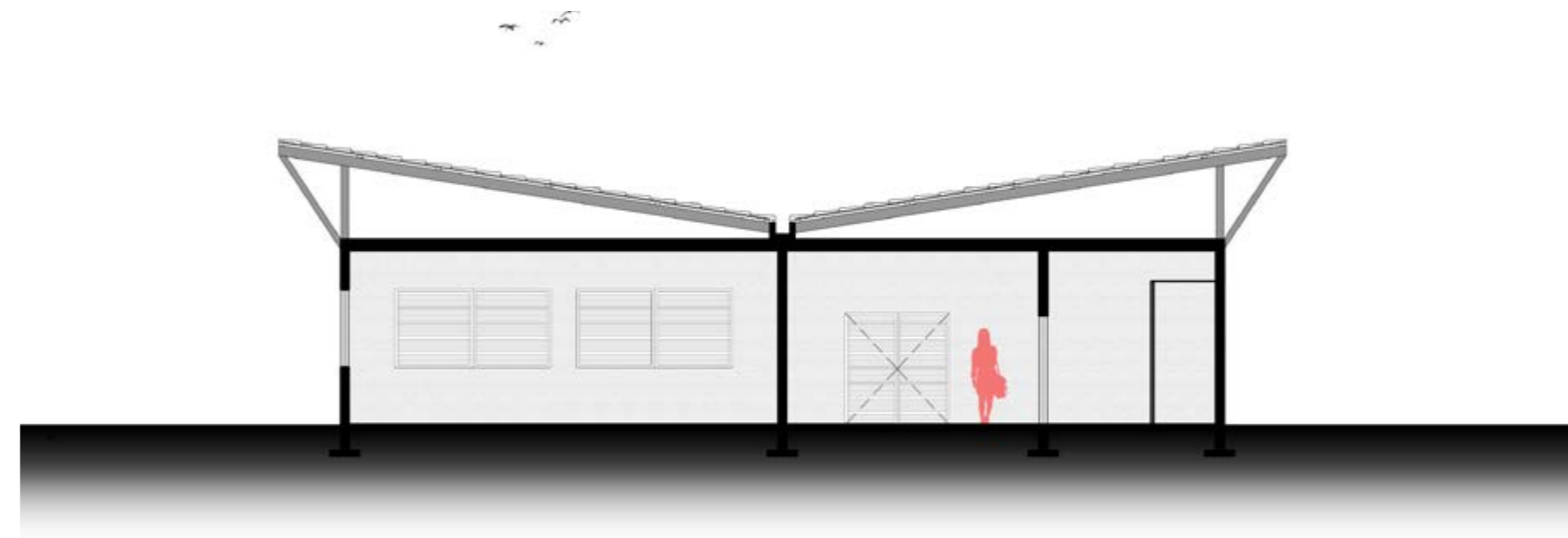
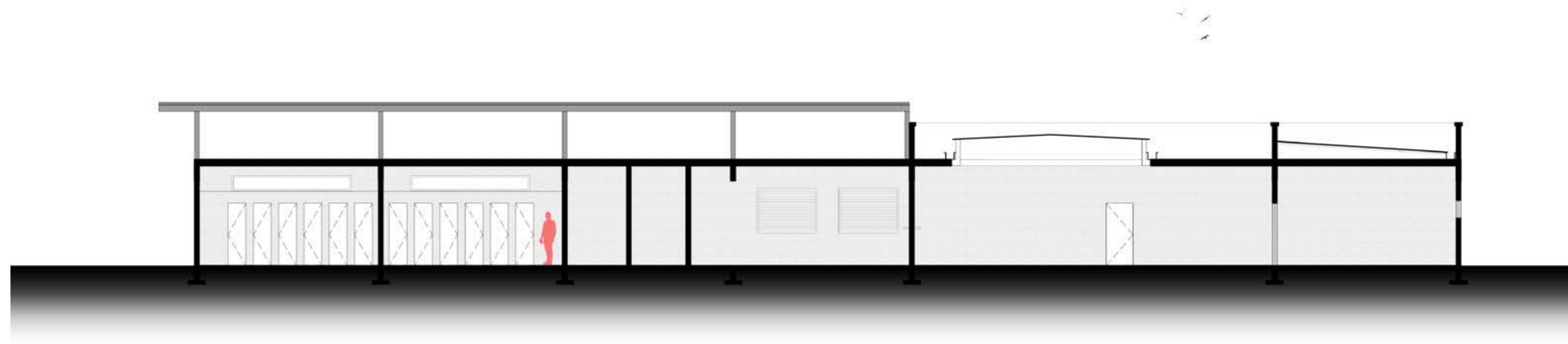


②



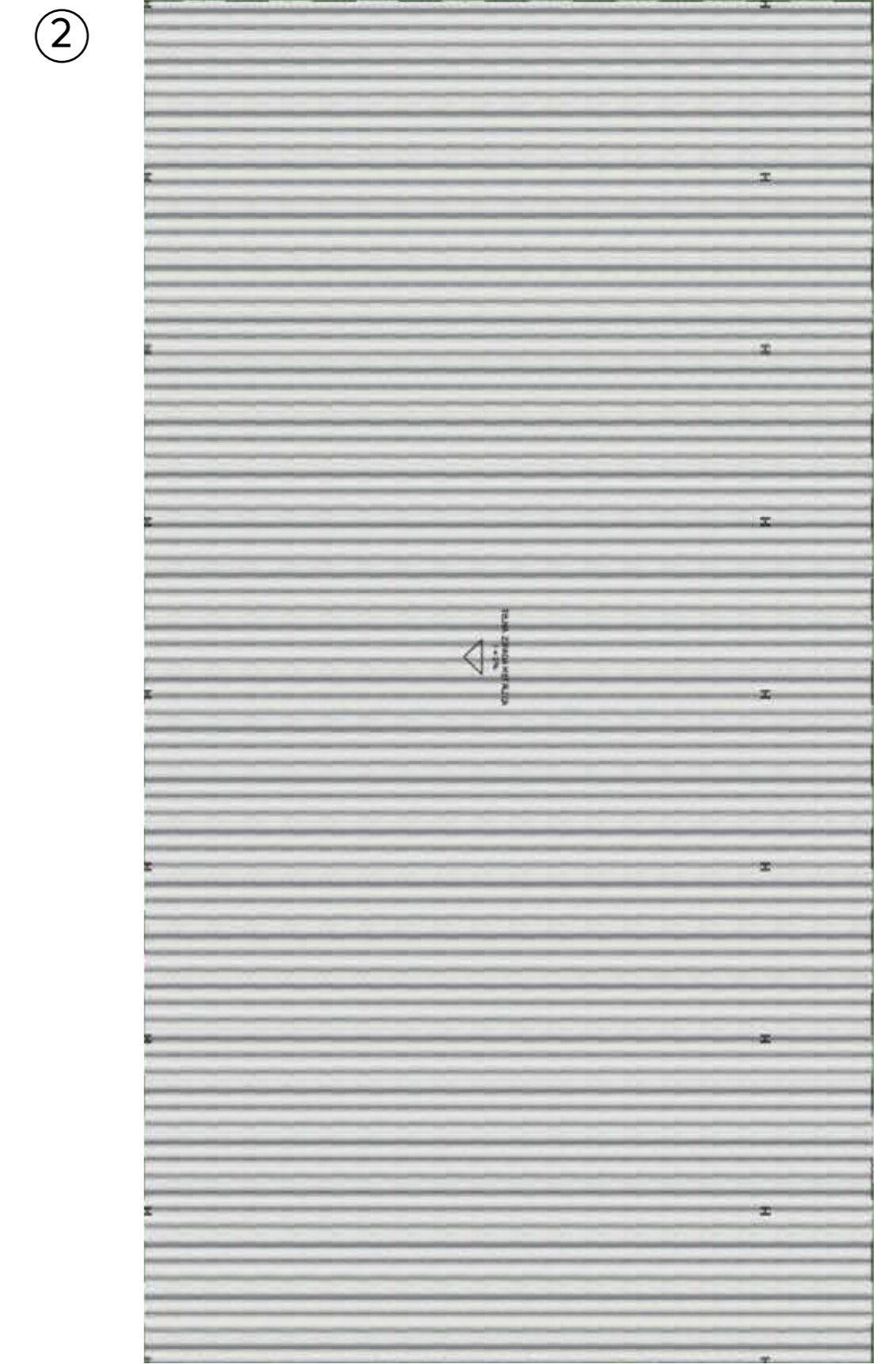
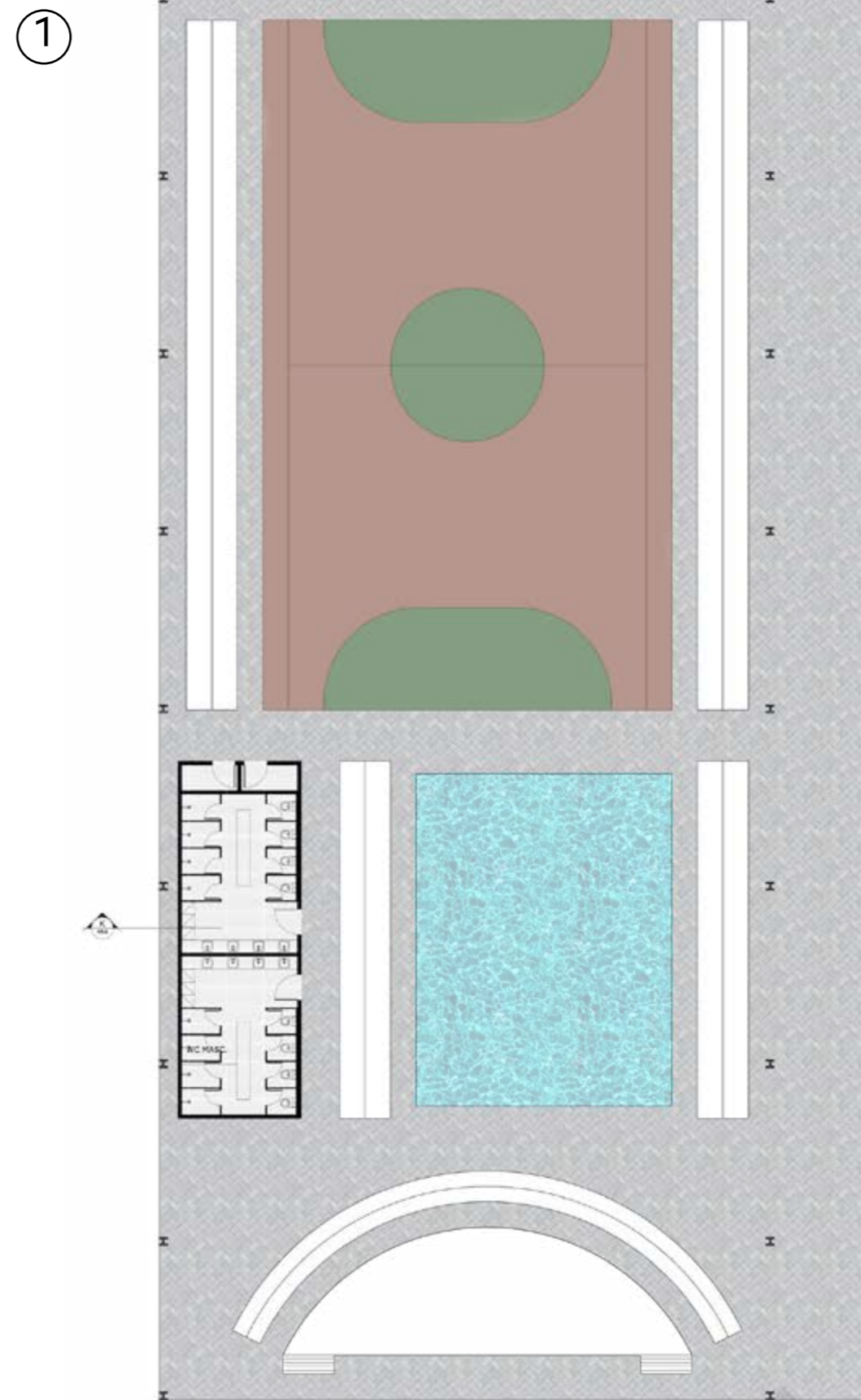
Bloco de Serviços

- 1. Corte I
- 2. Corte J



Ginásio

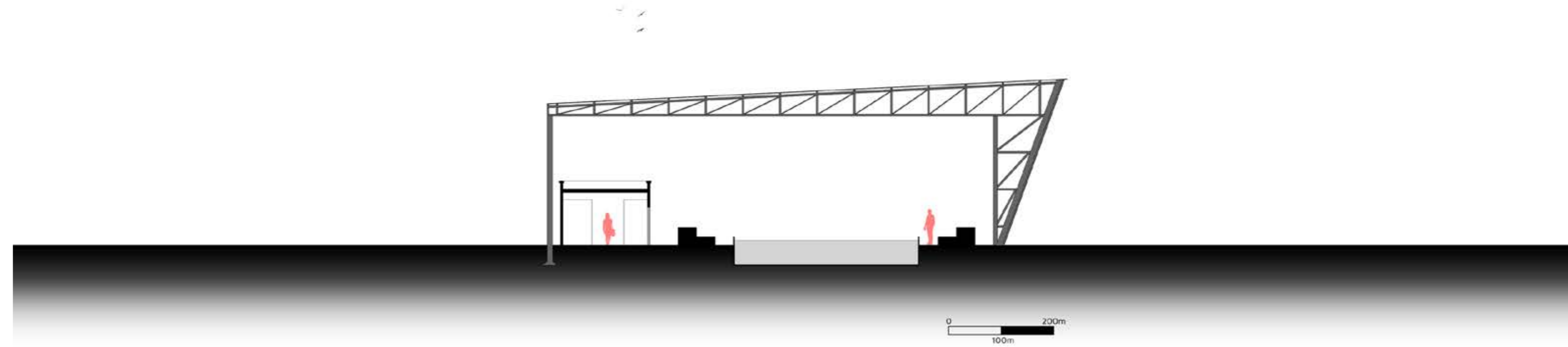
- 1. Planta de Layout
- 2. Planta de Coberta



Ginásio

1. Corte K

①



Perspectiva 01



Perspectiva 02



Perspectiva 03



Perspectiva 04



Perspectiva 05



Perspectiva 06



Perspectiva 07



Perspectiva 08



Perspectiva 09



Perspectiva 10



Perspectiva 11





Sempre que puder, fale de amor e com amor para alguém. Faz bem aos ouvidos de quem ouve e à alma de quem fala.

Santa Dulce dos Pobres

Conclusão 6



Considerações Finais

Este trabalho surgiu a partir da necessidade de criação de um lugar voltado ao acolhimento e à educação de crianças em situação de vulnerabilidade social da cidade de Fortaleza. A iniciativa voltada para os pequenos e exposta aqui está em consonância com os trabalhos de reabilitação e ressocialização realizados pela Obra Lumen com homens e mulheres adultos que desejam sair da situação de rua e que, por vezes, não podiam aderir ao tratamento de recuperação da toxicodependência por não quererem se separar os seus filhos.

A arquitetura surge como uma ferramenta valiosa que pode e deve ser um agente que coloque como prioridade as necessidades desse público infantil, oferecendo-lhes espaços de qualidade para que possam crescer e se desenvolver de maneira saudável.

Como explicado, o equipamento aqui desenvolvido visa zelar pelo bem estar dessas crianças enquanto seus pais e/ou responsáveis se encontram em processo de reabilitação, atuando como um lugar provisório que favoreça e busque o fortalecimento desses laços familiares.

Dessa forma, o abrigo-escola vai além do sentido simples de morar e de aprender, mas surge como um lugar que busca restabelecer a relação da criança com o espaço de habitação e de ensino, ressignificando esses conceitos e devolvendo a elas esses seus direitos tão prematuramente violados.

Tendo em vista esses pontos, pensou-se e projetou-se um lugar acolhedor, considerando as demandas reais, onde as crianças possam se apropriar do espaço e restabelecer esses vínculos, utilizando uma arquitetura real e próxima à realidade desses pequenos indivíduos a fim de proporcionar uma estadia digna a essas crianças, sonhando e buscando, junto com elas, com um futuro melhor.



Referências Bibliográficas

Legislativo. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) n. Lei Federal n 8069. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 14 Jun. 2020.

AGAZZI, Aldo. Psicologia da Criança e da Escola. Record, 1966. 269 p. Tradução de: Psicologia del Niño.

ARCHDAILY . Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA . 2015. Tradução de: Children's Home / CEBRA. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>. Acesso em: 20 Out. 2019.

B. ALVIM, Maria Rosilene; VALLADORE, Lícia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise de literatura. 1988.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. Tradução Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. 1974, p. 181-349.

BORSA, Juliane Callegaro. O Papel da Escola no Processo de Socialização Infantil. O portal dos Psicólogos. 2007. 5 p. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf>. Acesso em: 14 Jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil. Brasília, 2006. Disponível em: . Acesso em: 14 Jun. 2020.

BRASIL. Constituição 1988. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 14 Jun. 2020.

Brasília. Governo Federal. Política Nacional para Inclusão Social da População de Rua. Registro em: 1 Mai. 2008.



CENTRO Infantil Econef / Asante Architecture&Design + Lönnqvist & Vanamo Architects. ArchDaily. 2019. Tradução de: Econef Children's Center / Asante Architecture&Design + Lönnqvist & Vanamo Architects. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925985/centro-infantil-econef-asante-architecture-and-design-plus-lonnqvist-and-vanamo-architects>. Acesso em: 1 Mai. 2020.

CHPS, Collaborative for High Performance Schools. Best Practices Manual. California US, v. 1 a 6, 2006.

Comunicação CEU. Condomínio Espiritual Uirapuru. Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://www.ceufortaleza.org.br/>. Acesso em: 14 Jun. 2020.

COSTA, Ana Paula . População em Situação de Rua: Contextualização e Caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos. 2005. Disponível em: . Acesso em: 25 Set. 2019.

DA SILVA, José Afonso. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo da Democracia.. Revista de Direito Administrativo, v. 212, p. 89 - 94, 1998.

DE CASTRO, Angelita Gomes Freitas; DOS SANTOS, Eduardo Rodrigues. O Princípio Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana como Elemento Estruturante do Sistema de Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira de 1988 e o Direito Fundamental à Cultura.. 2012. 27 p. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0c74b7f78409a402>. Acesso em: 30 Out. 2019.

DE MOURA, Yone Gonçalves et al. Uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua: o que ajuda?. 2012. 10 p. Disponível em: . Acesso em: 14 Jun. 2020.

DELIBERADOR, Marcella Savioli. Parâmetros da Arquitetura Escolar e o Jogo de Cartas como Ferramenta de apoio ao Desenvolvimento do Programa Ar-

quitetônico. Campinas, São Paulo, 2016. 338 p. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Campinas.

DESIGN, Innovative. Sustainable Schools Guide. 2012. Disponível em: www.innovativedesign.net.. Acesso em: 15 Mar. 2020.

DOBBINS, Tom . Moldando o futuro: o que considerar ao projetar para crianças. ArchDaily. Tradução Matheus Pereira. 2018. Tradução de: Shaping the Future: What to Consider When Designing for Children. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/902198/moldando-o-futuro-o-que-considerar-ao-projetar-para-criancas>. Acesso em: 9 Dez. 2019.

DOBBINS, Tom. Moldando o futuro: o que considerar ao projetar para crianças. ArchDaily. Tradução Matheus Pereira. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/902198/moldando-o-futuro-o-que-considerar-ao-projetar-para-criancas>. Acesso em: 10 Dez. 2019.

ELALI, Gleice Azambuja. Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. Estudos de Psicologia (Natal). 1997. Disponível em: . Acesso em: 14 Jun. 2020.

FIGLIE, Neliana et al. Filhos de dependentes químicos com fatores de risco bio-psicossociais: necessitam de um olhar especial?. Revista Psiquiatria Clínica, p. 53-62, 2004.

FINOTTI, Leonardo. Moradias Infantis. ArchDaily. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero>. Acesso em: 25 Out. 2019.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza. Lei Complementar n 236 - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, de 11 de agosto de 2017. Diário Oficial. Fortaleza, 11 de agosto de 2017.

Fortaleza. Secretaria Municipal de Trabalho. Censo e Pesquisa Municipal So-



bre População em Situação de Rua. Registro em: 25 Out. 2006.

FREIRES, Gabriel. Uma reflexão sobre crianças e adolescentes em situação de rua. 2016. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/colunistas/uma-reflexao-sobre-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 20 Set. 2019.

FROST, Mikkel. Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA. ArchDaily. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>. Acesso em: 14 Jun. 2020.

FROST, Mikkel. Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA. ArchDaily. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>. Acesso em: 14 Jun. 2020.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em Situação de Vulnerabilidade Social: Uma questão de políticas Públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, p. 357-363, 2005.

GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Crianças e Adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. *Ciência e Saúde*, v. 14, p. 467-475, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200015>. Acesso em: 5 Ago. 2019.

GRESSLER, Sandra Christina; GÜNTHER, Isolda de Araújo. Ambientes restauradores: Definição, histórico, abordagens e pesquisas. *Estudos de Psicologia*, p. 487-495, 2013.

GUNTHER, Harmut. Affordance. In: CAVALCANTE, Sylvia (Org.); ELALI, Gleice (Org.). *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011. cap. 1, p. 21-27.

GUNTHER, Hartmut; PINHEIRO, Jose Q; GUZZO, Raquel S. Lobo. *Psicologia*

ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente. 2004.

HAYES, Robin. Centro Infantil Econef / Asante Architecture&Design + Lönnqvist & Vanamo Architects. ArchDaily. 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925985/centro-infantil-econef-asante-architecture-and-design-plus-lonnqvist-and-vanamo-architects>. Acesso em: 14 Jun. 2020.

HIGUCHI; THEODOROVITZ. Territorialidades. In: CAVALCANTE, Sylvia (Org.); ELALI, Gleice (Org.). *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis, 2018. cap. 21, p. 228-236.

HUTZ, Claudio Simon; KOOLER, Silvia Helena . Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, v. 2, p. 175-197, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100011>. Acesso em: 22 Ago. 2019.

KANT, Immanuel. *Fundamentações da Metafísica dos Costumes*. Tradução Paulo Quintella. Editora Berlim, v. IV, 1992. Disponível em: . Acesso em: 10 Set. 2019.

KUHNEN, A.; BIANCHI, A. S.; ALVES, R. B.. Percepção de risco. In: CAVALCANTE, Sylvia (Org.); ELALI, Gleice A. (Org.). *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente..* Petrópolis, v. 1, 2018. cap. 16, p. 177-185.

LA CASA dei bambini. *Domus*. 2014. Disponível em: https://www.domusweb.it/it/architettura/2014/11/28/the_children_s_home.html. Acesso em: 12 Mai. 2020.

LACKNEY, J. A.. *Educational Facilities: The Impact and Role of the Physical Environment of the School on Teaching, Learning and Educational Outcomes*. Univ of Wisconsin Milwaukee: Center for Architecture and Urban Planning Research, 2000. Disponível em: . Acesso em: 14 Jun. 2020.

LUMEN, Obra. *Lumen Vita: Estatuto Geral da Comunidade*. Fortaleza, 2017.



56 p.

LUMEN, Obra. Lumen Vita: Estatuto Geral da Comunidade. Fortaleza, 2017.

56 p.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S. O adolescente e o uso de drogas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 2000. Disponível em: . Acesso em: 14 Jun. 2020.

MATARAZZO, Anne Ketherine. a sensação é o momento de percepção do espaço: estudo de novas abordagens. São Paulo, 2010. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Daniela Tavares ; MEDEIROS, Marcelo . Crianças e Adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14, p. 467-475, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200015>. Acesso em: 20 Ago. 2019.

MENEZES, Deise Matos do Amparo; BRASIL, Kátia Cristina T.. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200011> . Acesso em: 15 Ago. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME.. 1o Censo e Pesquisa Sobre População em Situação de Rua.: Rua Aprendendo a Contar. Brasília, 2009. 240 p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 18 Set. 2019.

OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de et al. Perfil das crianças e adolescentes em situação de rua e usuários de drogas. *Revista de Enfermagem*. Recife, 2016. 10 p. Disponível em: . Acesso em: 10 Out. 2019.

PAES, Rosângela F. S.; BASTOS, Leopoldo E. G.. Qualidade ambiental na edificação: o caso das escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro. In: XII ENCONTRO NACIONAL E VIII LATINOAMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO. 2013. 2014. 10 p.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena . Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia e Sociedade*, p. 42-52, 2008.

Paris. Assembleia Geral da ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Registro em: 10 Dez. 1948.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Fortaleza em Mapas. Disponível em: <https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/#/>. Acesso em: 10 Out. 2019.

ROSENBAUM®; + ALEPH ZERO. Moradias Infantis. *ArchDaily*. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero>. Acesso em: 20 Out. 2019.

SANTANA, Juliana Prates et al. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, p. 59-70, 2004.

TAYLOR, Anne; ENGGASS , Katherine. *Linking Architecture and Education: Sustainable Design of Learning Environments*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2008.

WALDEN, Rotraut . *Schools for the Future: Design Proposals from Architectural Psychology*. Germany: Springer, 2009.

WALDEN, Rotraut . *Schools for the Future: Design Proposals from Architectural Psychology*. Germany: Springer, 2009.





Parâmetro Urbanísticos - ZRU 2			Quadro de Áreas	
	LUOS	PROJETO	BLOCO ADMINISTRATIVO	440,85m ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	60% OU 8.772,33m ²	33,48% ou 4895,00m ²	BLOCO PEDAGÓGICO	880,20m ²
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO BÁSICO	1,5 = 21.930,82m ²	0,25 = 3746,60m ²	BLOCO SERVIÇO	870,55m ²
TAXA DE OCUPAÇÃO SUBSOLO	60%	-	BLOCO SOCIAL	227,00m ²
TAXA DE PERMEABILIDADE	30%	35,8% ou 5240,00m ²	CAPELA	70,00m ²
FRAÇÃO DO LOTE	100	-	GINÁSIO	1540,00m ²
GABARITO MÁXIMO	48 m	10,30 m	BLOCO ÍNTIMO TÉRREO	868,00m ²
RECUOS EDIFICAÇÃO (FRENTE - LATERAL - FUNDO)	10m	10m	BLOCO ÍNTIMO 1o PAV	868,00m ²
ÁREA TOTAL DO TERRENO	A=14.620,55m ²		ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	A=5764,60m ²



↑
ACESSO VISITANTES

↑
ACESSO PEDESTRES

1 **Planta Baixa Implantação**
ESCALA 1:250

Alameda São José

ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URUPURU	
CONTEÚDO PLANTA BAIXA IMPLANTAÇÃO COM COBERTA		ABRIGO-ESCOLA PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA	
ABRIGO ESCOLA ZELAR		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		DATA 19/06/2020 ESCALA 1:250	
		REVISÃO R00 PRANCHAS PR 01	

PRANCHAS FORMATO A1

Parâmetro Urbanísticos - ZRU 2			Quadro de Áreas	
	LUOS	PROJETO	BLOCO ADMINISTRATIVO	440,85m ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	60% OU 8.772,33m ²	33,48% ou 4895,00m ²	BLOCO PEDAGÓGICO	880,20m ²
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO BÁSICO	1,5 = 21.930,82m ²	0,25 = 3746,60m ²	BLOCO SERVIÇO	870,55m ²
TAXA DE OCUPAÇÃO SUBSOLO	60%	-	BLOCO SOCIAL	227,00m ²
TAXA DE PERMEABILIDADE	30%	35,8% ou 5240,00m ²	CAPELA	70,00m ²
FRAÇÃO DO LOTE	100	-	GINÁSIO	1540,00m ²
GABARITO MÁXIMO	48 m	10,30 m	BLOCO ÍNTIMO TÉRREO	868,00m ²
RECUOS EDIFICAÇÃO (FRENTE - LATERAL - FUNDO)	10m	10m	BLOCO ÍNTIMO 1o PAV	868,00m ²
ÁREA TOTAL DO TERRENO	A=14.620,55m ²		ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	A=5764,60m ²



↑
ACESSO VISITANTES

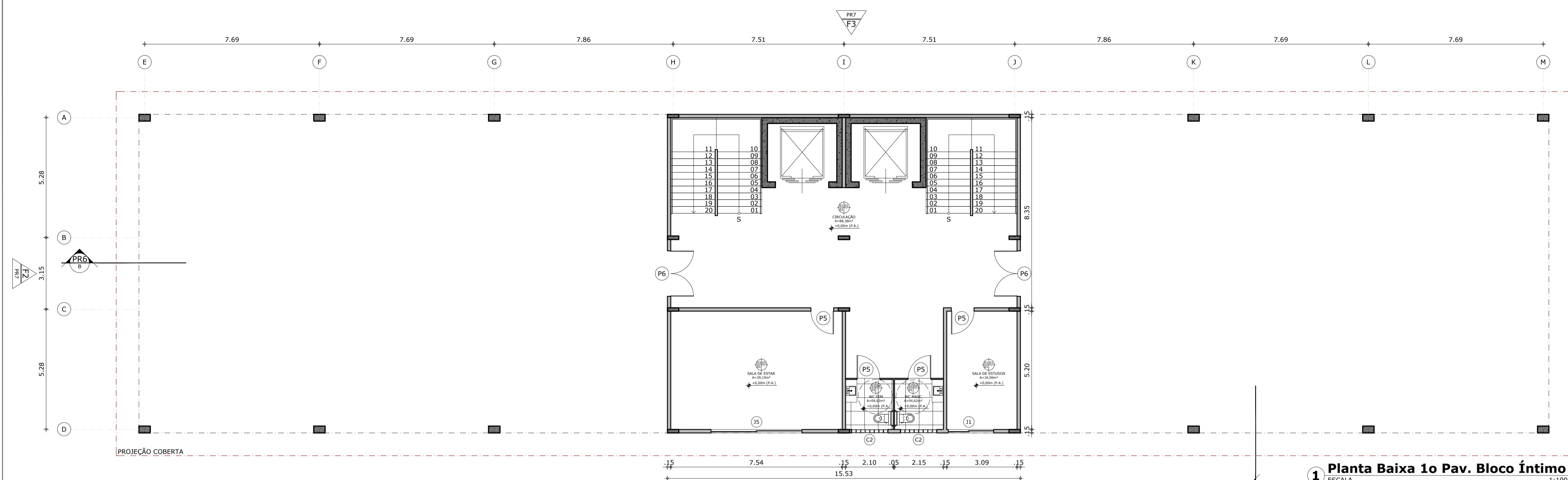
↑
ACESSO PEDESTRES

1 **Planta Baixa Implantação**
ESCALA 1:250

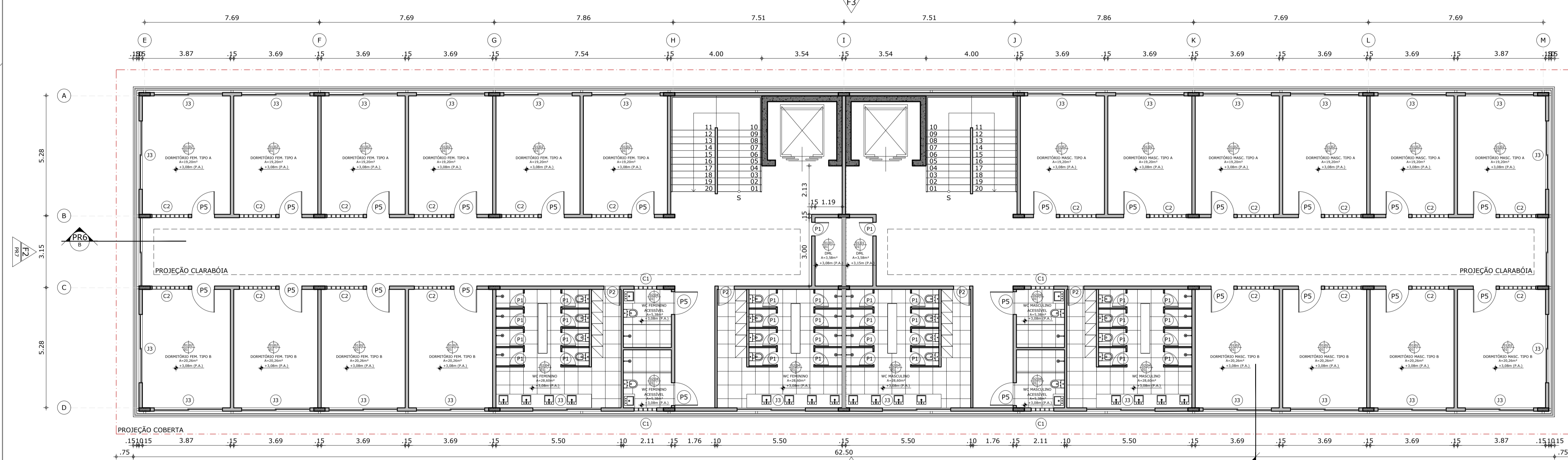
Alameda São José

ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA	ENDERECO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU
CONTÉUDO PLANTA BAIXA IMPLANTAÇÃO COM LAYOUT	ABRIGO-ESCOLA PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMĂRA
ABRIGO ESCOLA ZELAR	ORIENTADOR MARIANA COMELLI
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS	DATA 19/06/2020 ESCALA 1:250
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	REVISÃO R00 PRANCHIA PR 02

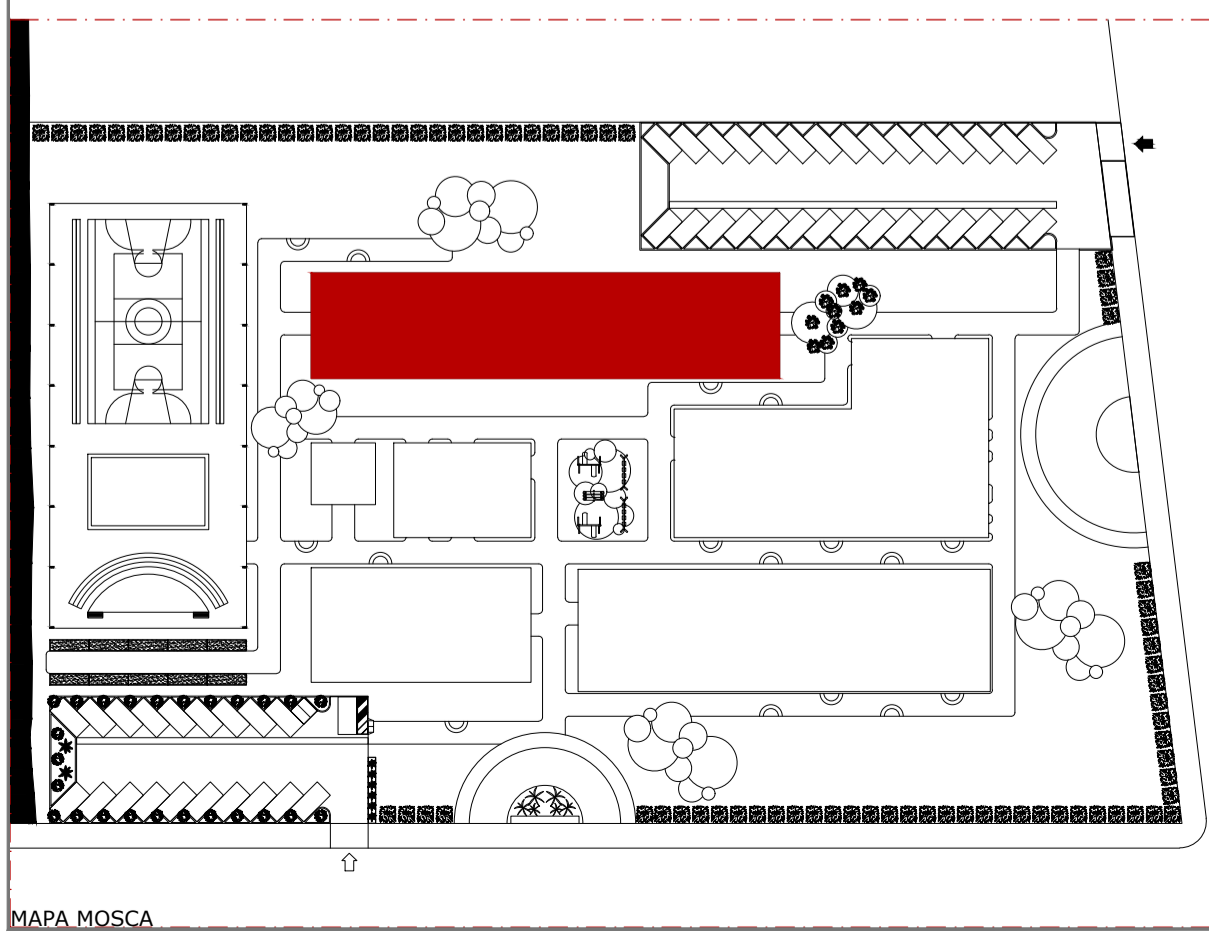
PRANCHIA FORMATO A1



1 Planta Baixa 1o Pav. Bloco Íntimo
ESCALA 1:100



2 Planta Baixa 2o Pav. Bloco Íntimo
ESCALA 1:100



LEGENDA PAGINAÇÃO

PISO	PAREDE	TETO	RODAPÉ	JANELA
01 PORCELANATO CIMENTÍCIO 90x90cm	02 CERÂMICA BEGE 60x60cm	03 PISO VINÍLICO MADEIRADO	01 PINTADA COM TINTA BRANCO NEVE ACETINADO	02 PINTADA COM TINTA CINZA PRATA ACETINADO
PAREDE				
01 PINTADA COM TINTA BRANCO NEVE ACETINADO				
02 PINTADA COM TINTA CINZA PRATA ACETINADO				
03 TIJOLINHO APARENTE				
04 CERÂMICA BEGE 60x60cm				
FORRO				
01 PINTADO COM TINTA BRANCO NEVE ACETINADO				
02 LAJE APARENTE				

QUADRO ESQUADRIAS

PORTAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
P1	.60X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	34
P2	.70X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	04
P5	1.00X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	28
P6	2.00X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	02

JANELAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
J2	2.00X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	01
J3	3.00X1.50	1.10	ALUMÍNIO E VIDRO	CORRER (2F)	28
J5	4.00X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	01

COBOGÓ					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
C1	1.00X0.60	1.60	CONCRETO	-	04
C2	2.00X0.60	2.00	CONCRETO	-	22

ANTE PROJETO TCC
ZE(LAR)
ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA

ENDERECO: CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URUPURU

CONTÍDUO: BLOCO ÍNTIMO PLANTA BAIXA

ABRIGO-ESCOLA

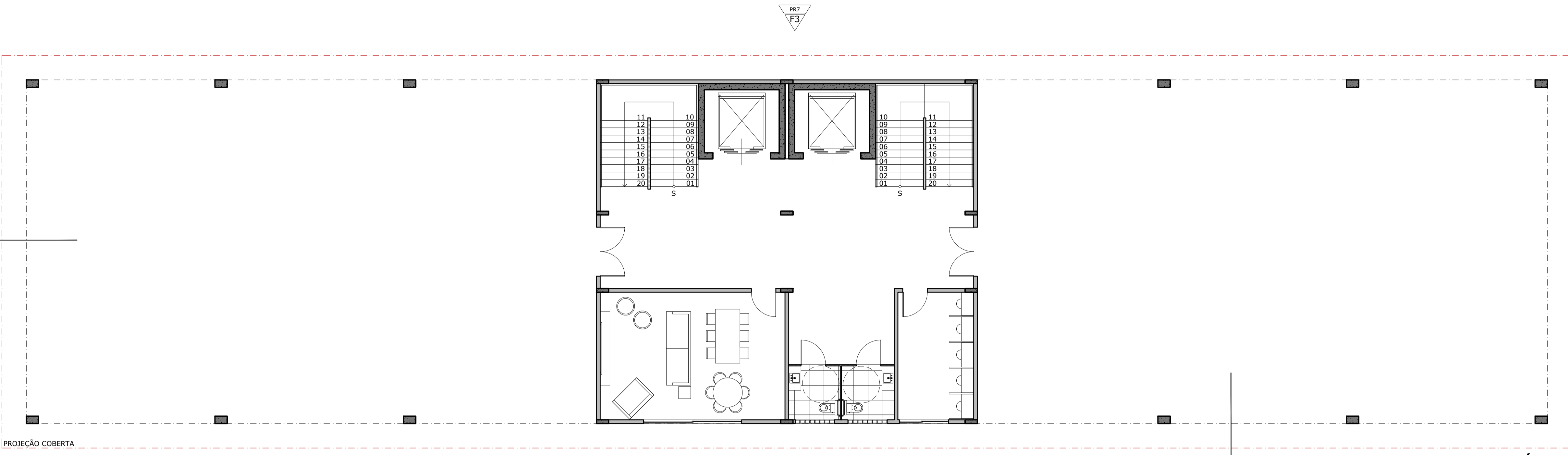
PROFESSOR DA DISCIPLINA: GERMANA CAMARA

ORIENTADOR: MARIANA COMELLI

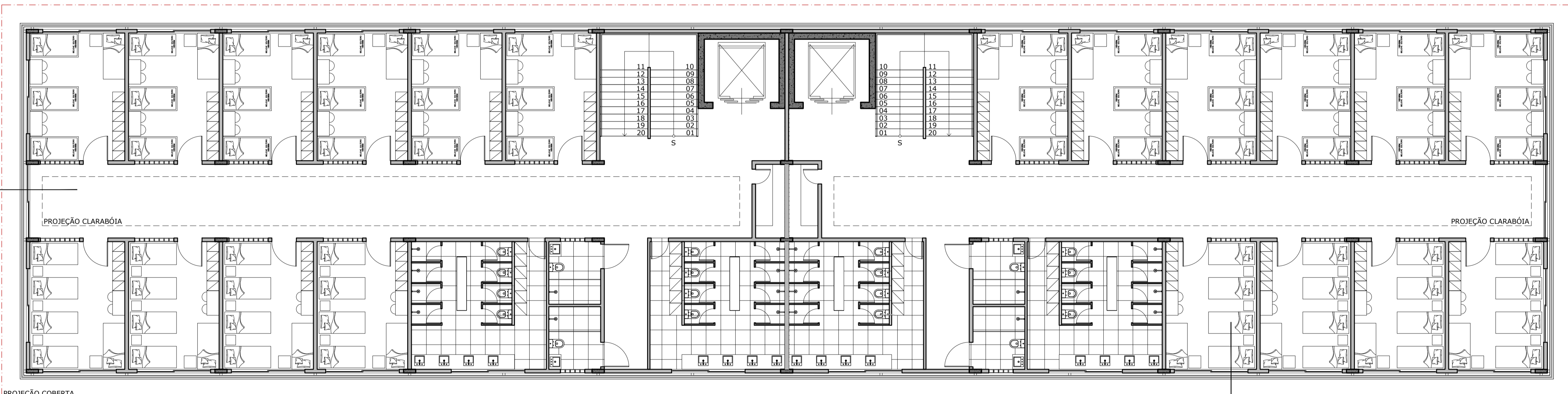
DATA: 19/06/2020
ESCALA: 1:100

ARQUITETURA E URBANISMO
CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

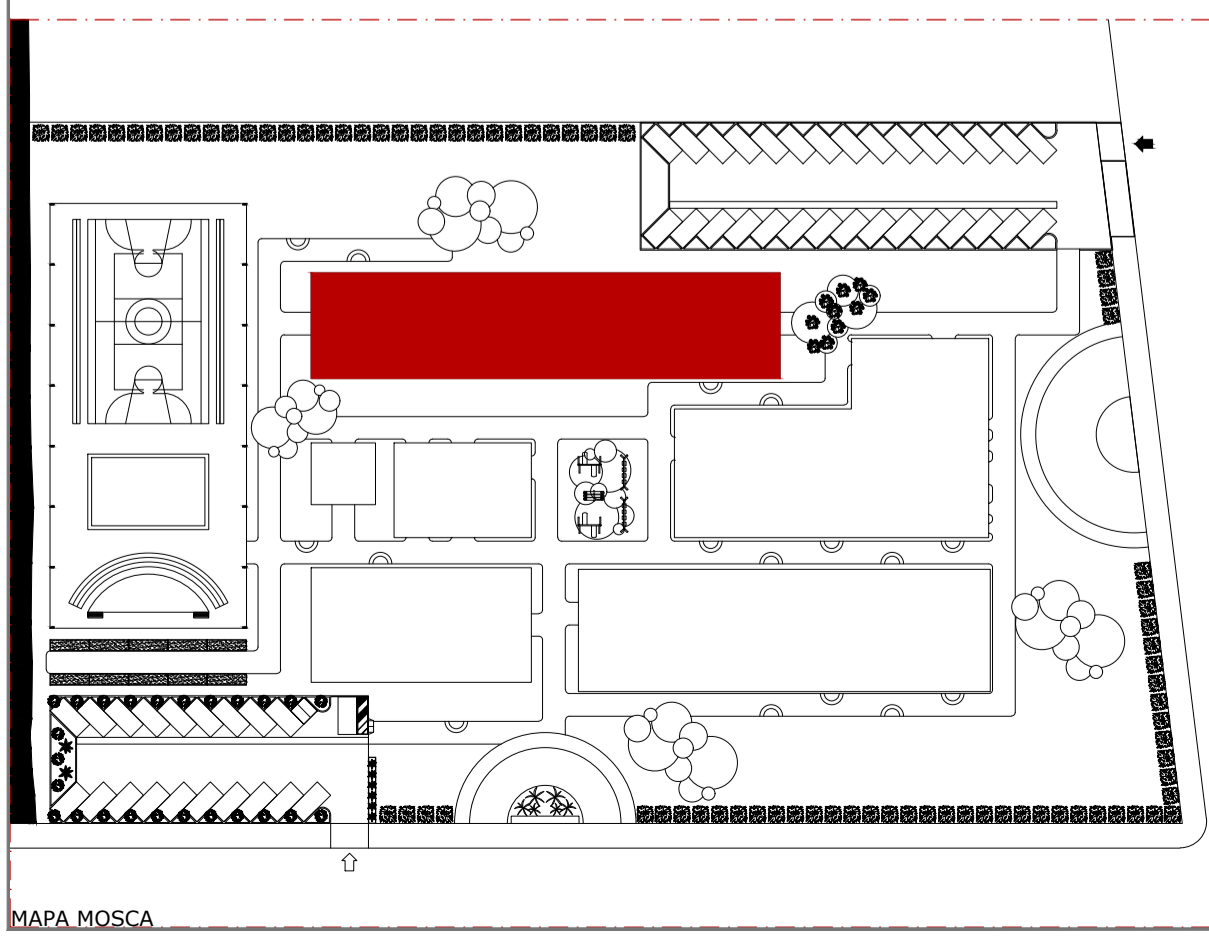
REVISÃO: R00
PRANCHA: PR 03



1 Planta Layout 1o Pav. Bloco Íntimo
ESCALA 1:100

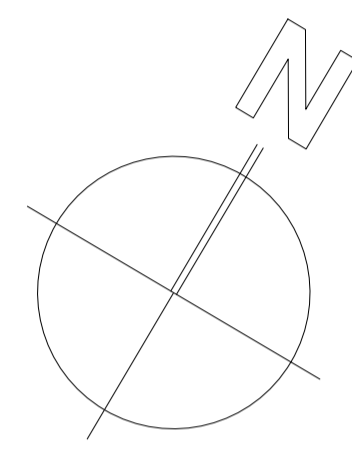


2 Planta Baixa 2o Pav. Bloco Íntimo
ESCALA 1:100



ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA	ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU
CONTEÚDO BLOCO ÍNTIMO - LAYOUT	ABRIGO-ESCOLA PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA
ABRIGO ESCOLA ZELAR	ORIENTADOR MARIANA COMELLI
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	DATA 19/06/2020 ESCALA 1:100 REVISÃO R00 PRANCHIA PR 04

PRANCHIA FORMATO A1
MAPA MOSCA



PR7
F3

1.50 65.00 62.00 1.50

TELHA ECOLÓGICA DE FIBRA VEGETAL
i = 37%

TELHA ECOLÓGICA DE FIBRA VEGETAL
i = 28%

1.50
8.00
9.50
17.00
6.00
7.50
1.50

F2
PR7

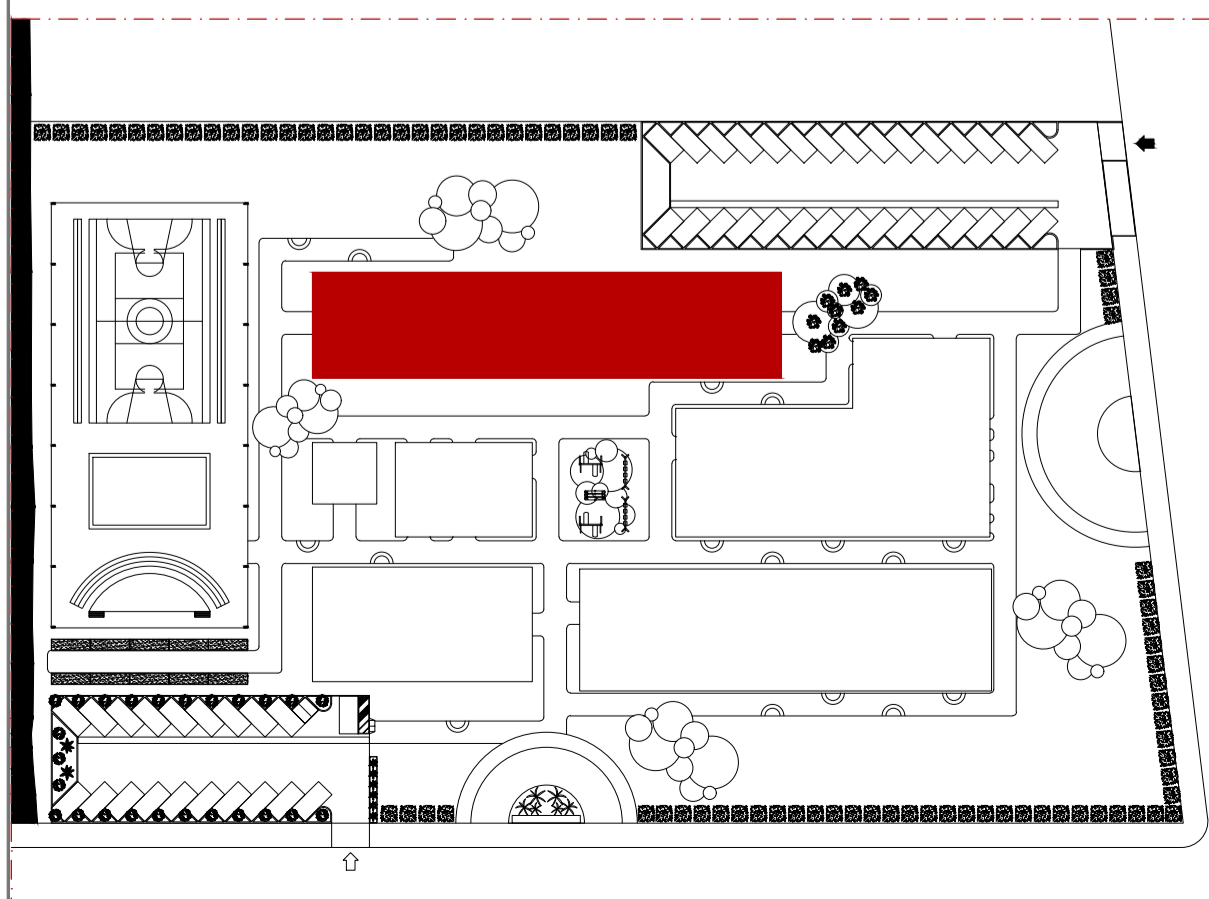
PR6
B

PROJEÇÃO EDIFICAÇÃO

PR6
A

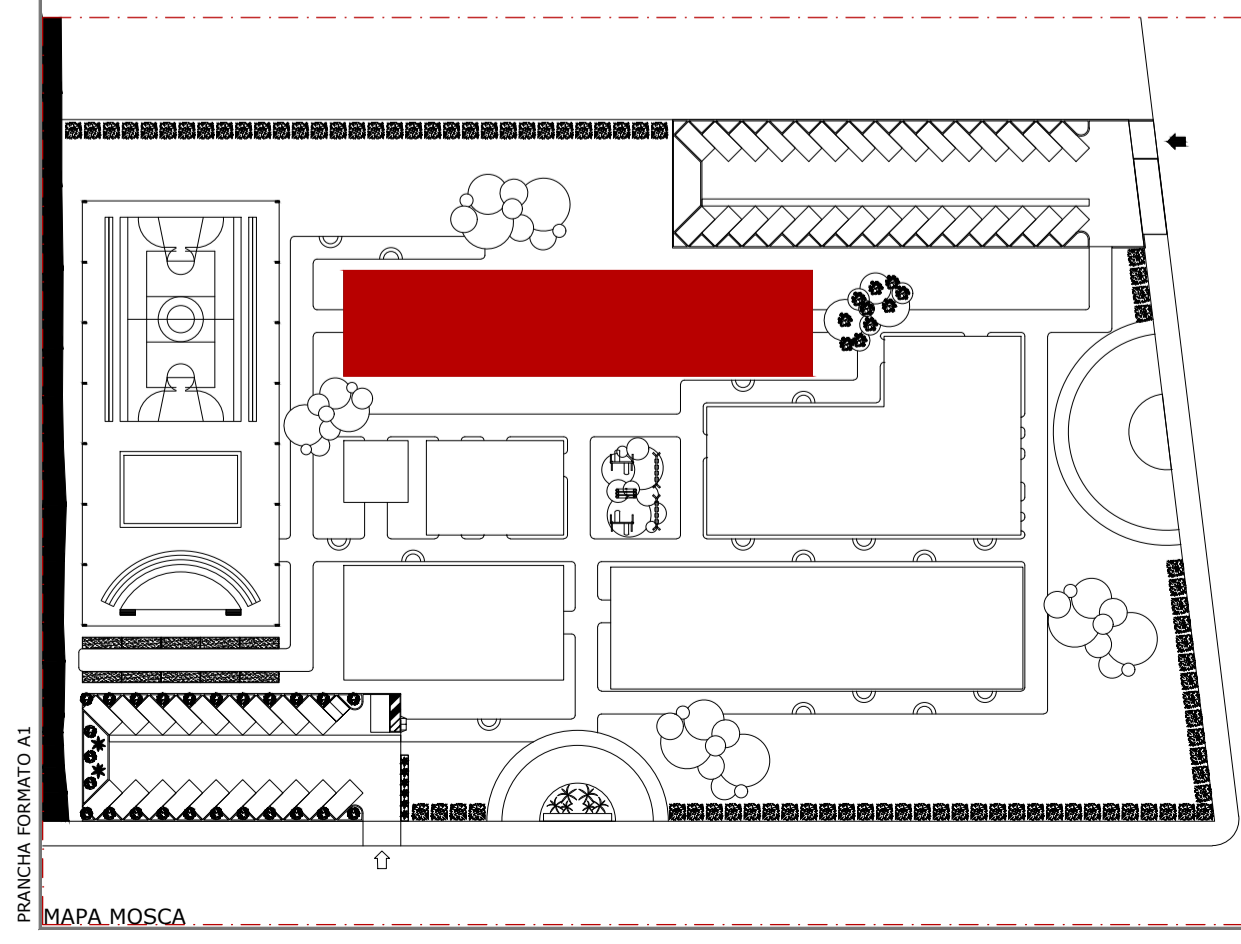
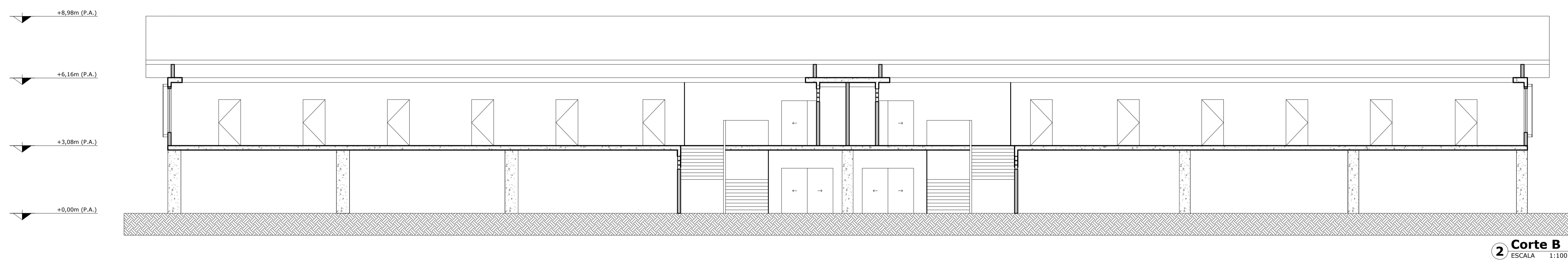
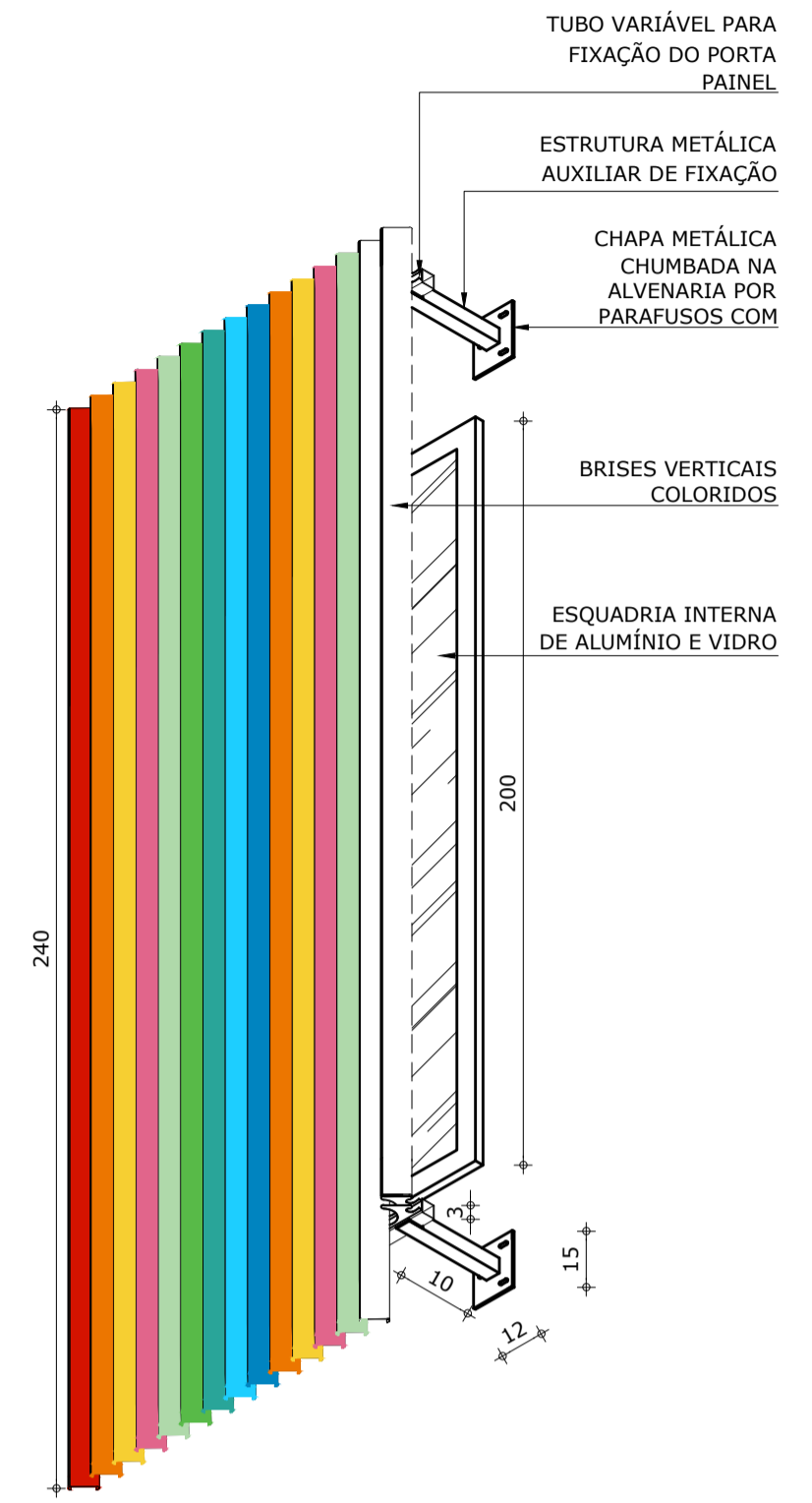
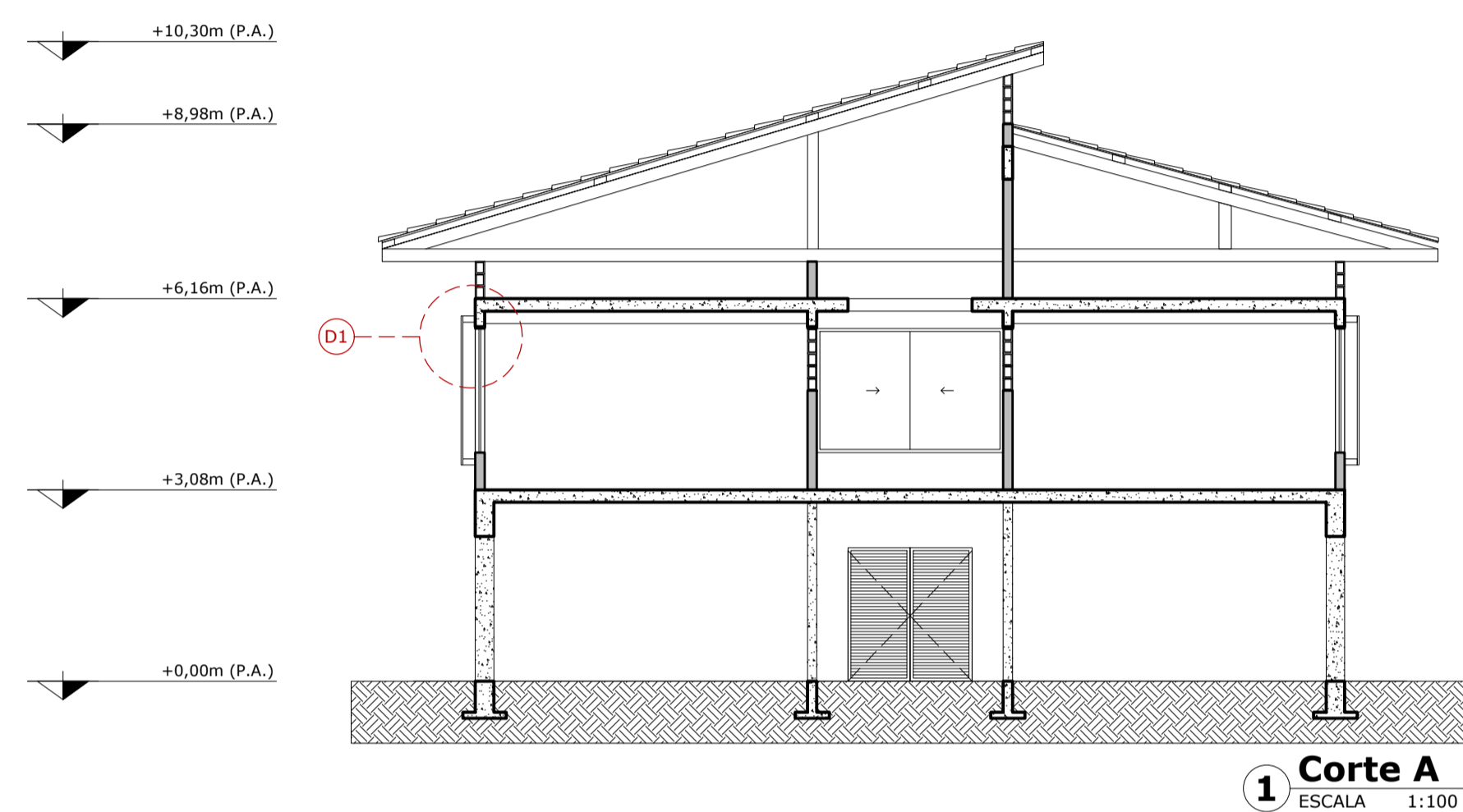
3 Planta Baixa Coberta Bloco Íntimo
ESCALA 1:100

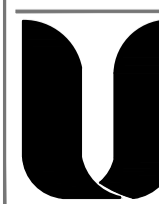
F1
PR7

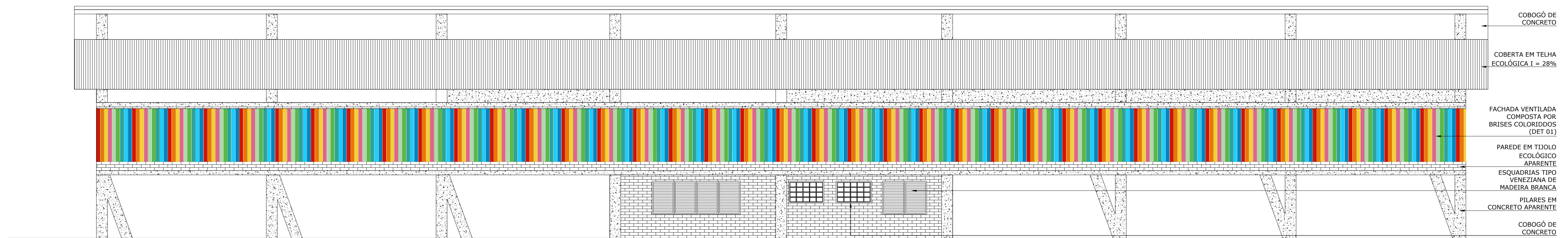


PRANCHIA FORMATO A1
MAPA MOSCA

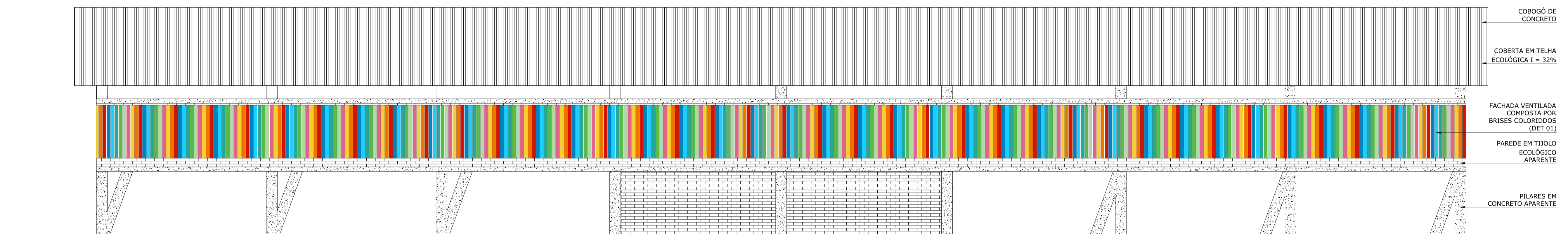
ANTE PROJETO TCC ZE(LAR)		ENDERECO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU	
ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA	
CONTÉUDO BLOCO ÍNTIMO COBERTA		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
ABRIGO ESCOLA ZELAR		DATA 19/06/2020	
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS		ESCALA 1:100	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		REVISÃO R00 PRANCHIA PR 05	



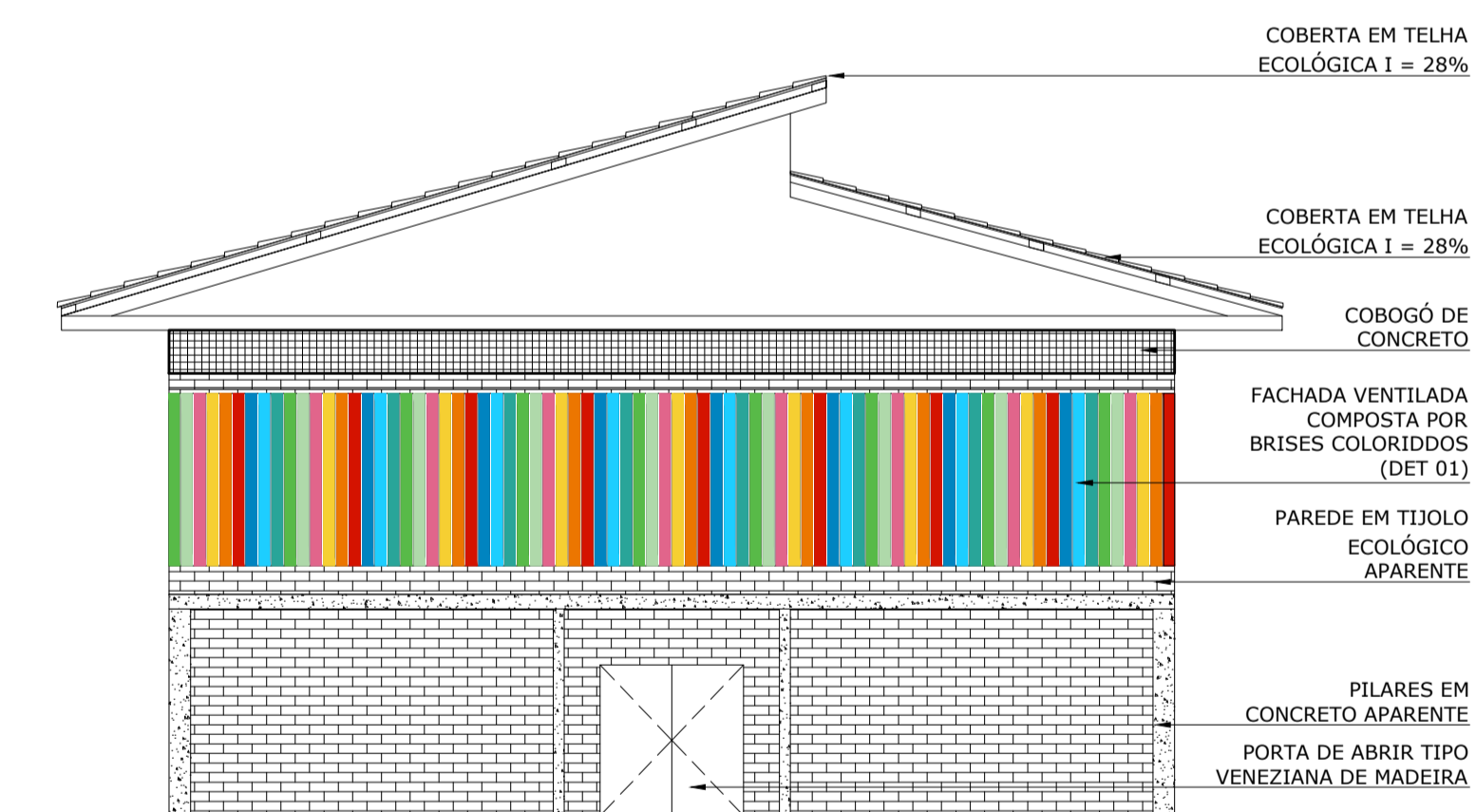
ANTE PROJETO TCC ZE(LAR)		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL UIRAPURU	
ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMARA	
CONTEÚDO DETALHE 01 CORTES BLOCO INTIMO ABRIGO ESCOLA ZELAR		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
		DATA 18/05/2020	
		ESCALA 1:100	
 ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			REVISÃO R00 PRANCHIA PR 06



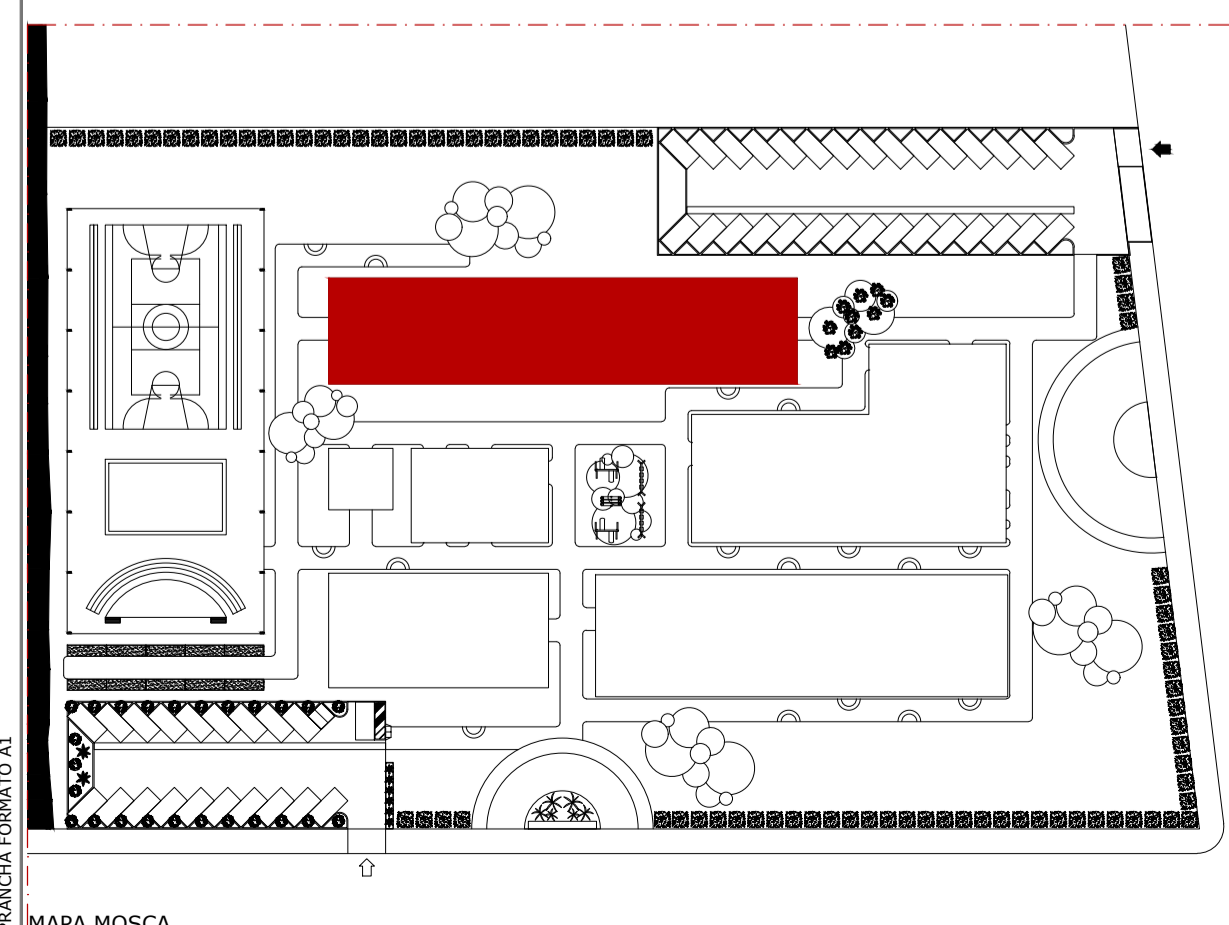
1 Fachada 01
ESCALA 1:100

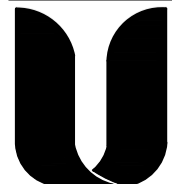


2 Fachada 03
ESCALA 1:100



3 Fachada 02
ESCALA 1:100



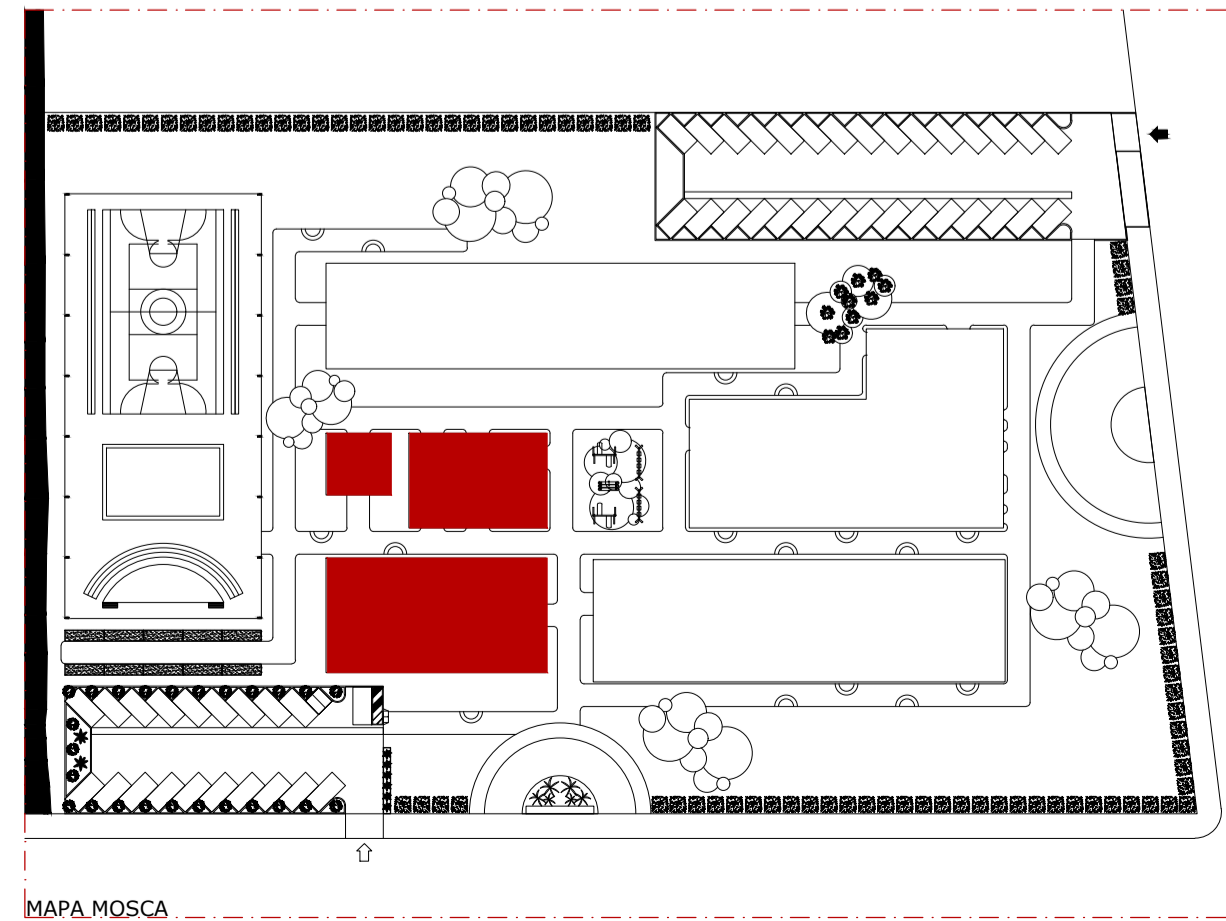
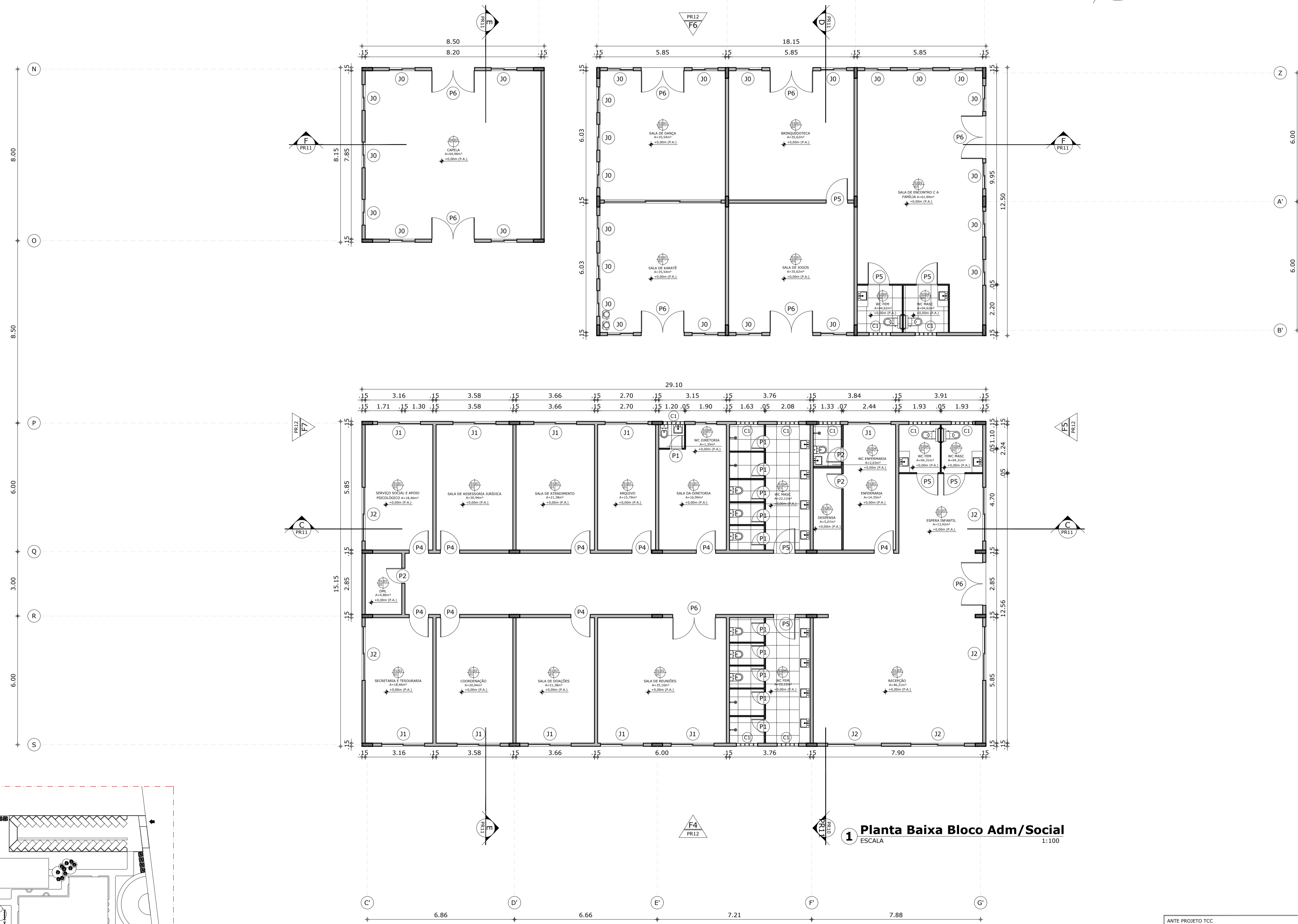
ANTE PROJETO TCC ZE(LAR)		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URUPURU	
ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA	
CONTÍDUO FACHADAS BLOCO INTIMO		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
ABRIGO ESCOLA ZELAR		DATA 19/06/2020	
		ESCALA 1:100	
 ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS			REVISÃO R00 PRANCHAS PR 07
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			

QUADRO ESQUADRIAS

PORTAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
P1	.60X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	11
P2	.70X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	03
P4	.90X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	09
P5	1.00X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	07
P6	2.00X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	09
JANELAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
J0	1.20X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	28
J1	2.00X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	10
J2	2.50X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	06
COBOGÓ					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
C1	1.00X0.60	1.60	CONCRETO	-	10

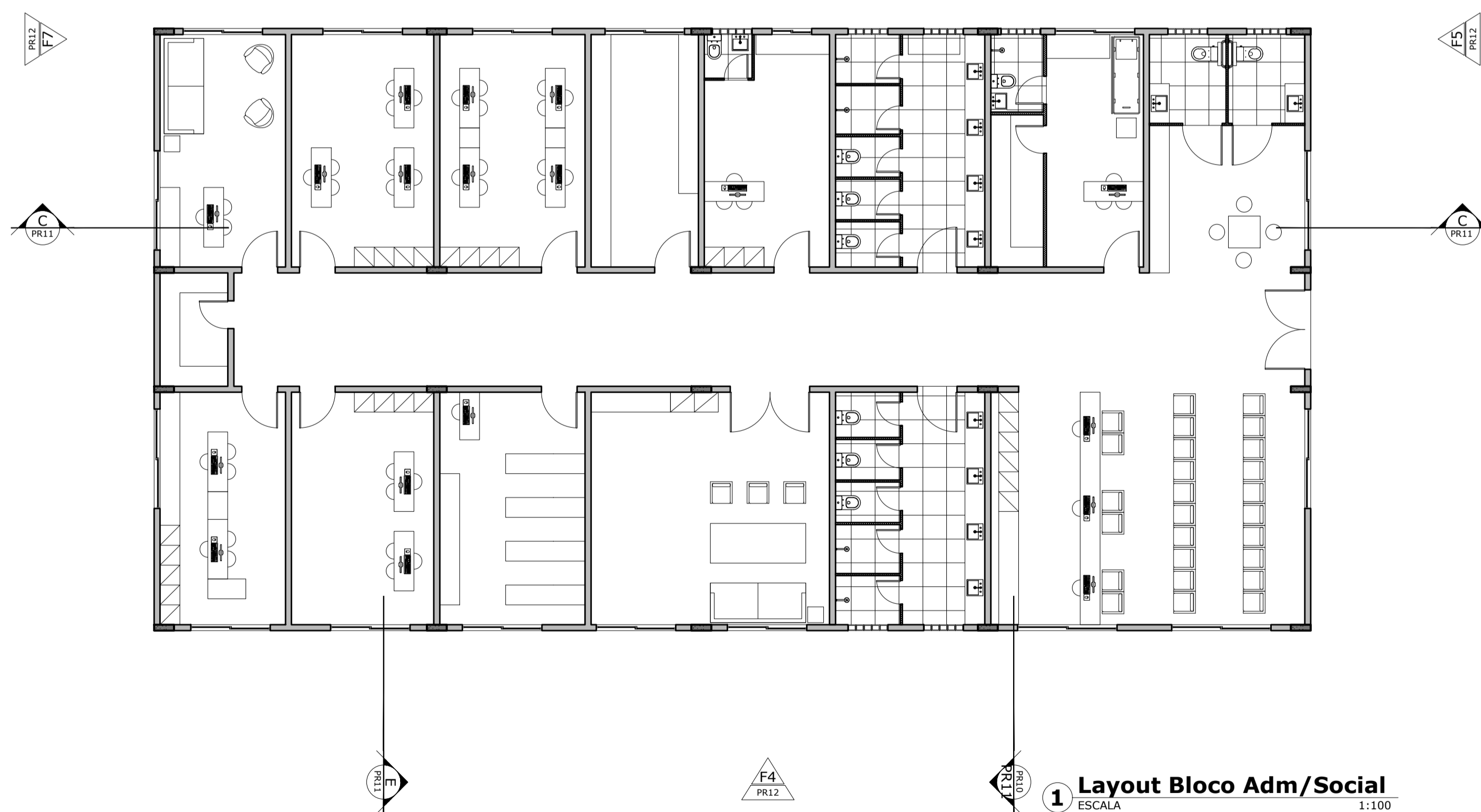
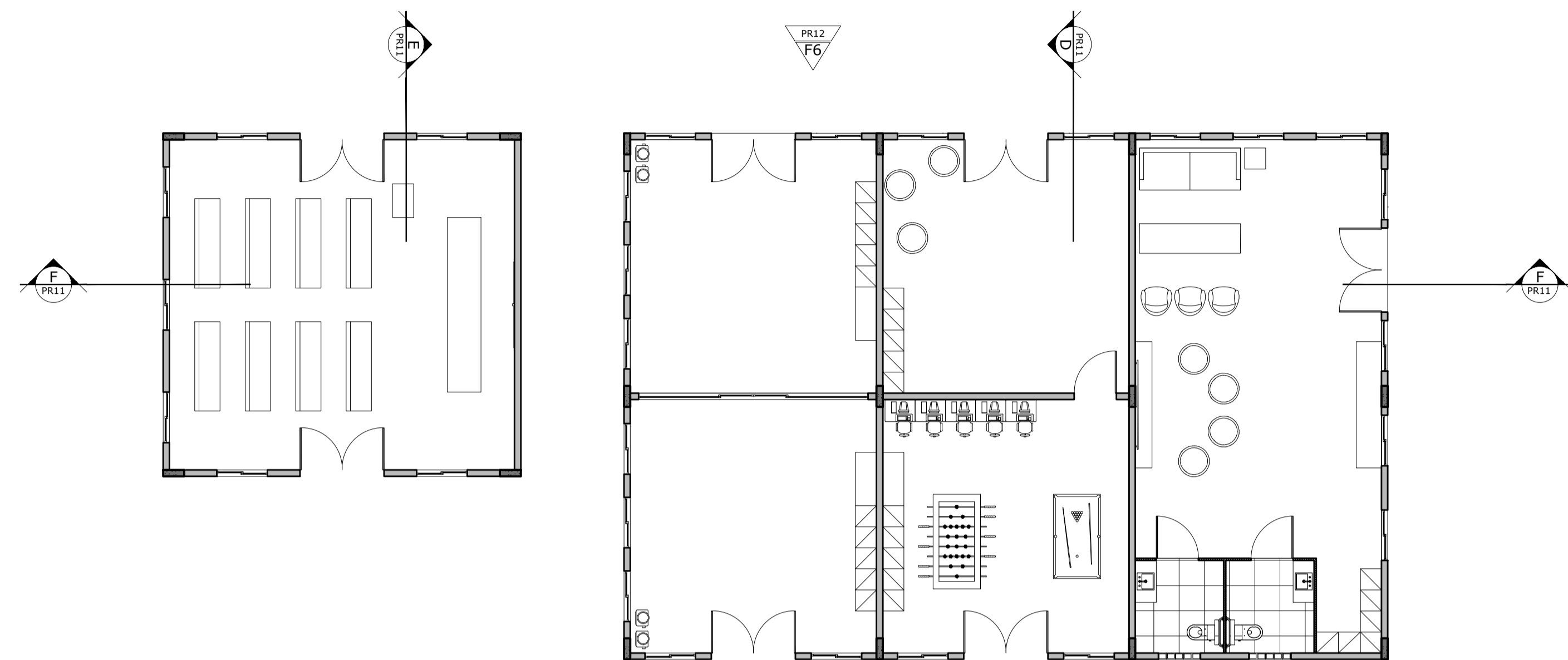
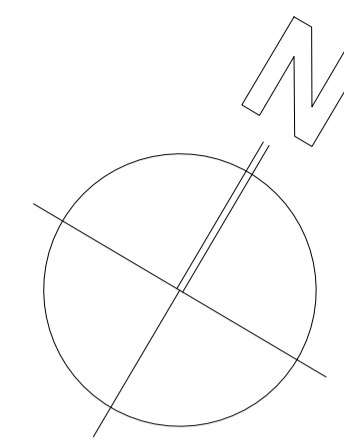
LEGENDA PAGINAÇÃO

PISO	
01	PORCELANATO CIMENTÍCIO 90x90cm
02	CERÂMICA BEGE 60x60cm
03	PISO VINÍLICO MADEIRADO
04	PORCELANATO MARMORIZADO
PAREDE	
01	PINTADA COM TINTA BRANCO NEVE ACETINADO
02	PINTADA COM TINTA CINZA PRATA ACETINADO
03	TIJOLINHO APARENTE
04	CERÂMICA BEGE 60x60cm
FORRO	
01	PINTADO COM TINTA BRANCO NEVE ACETINADO
02	LAJE APARENTE

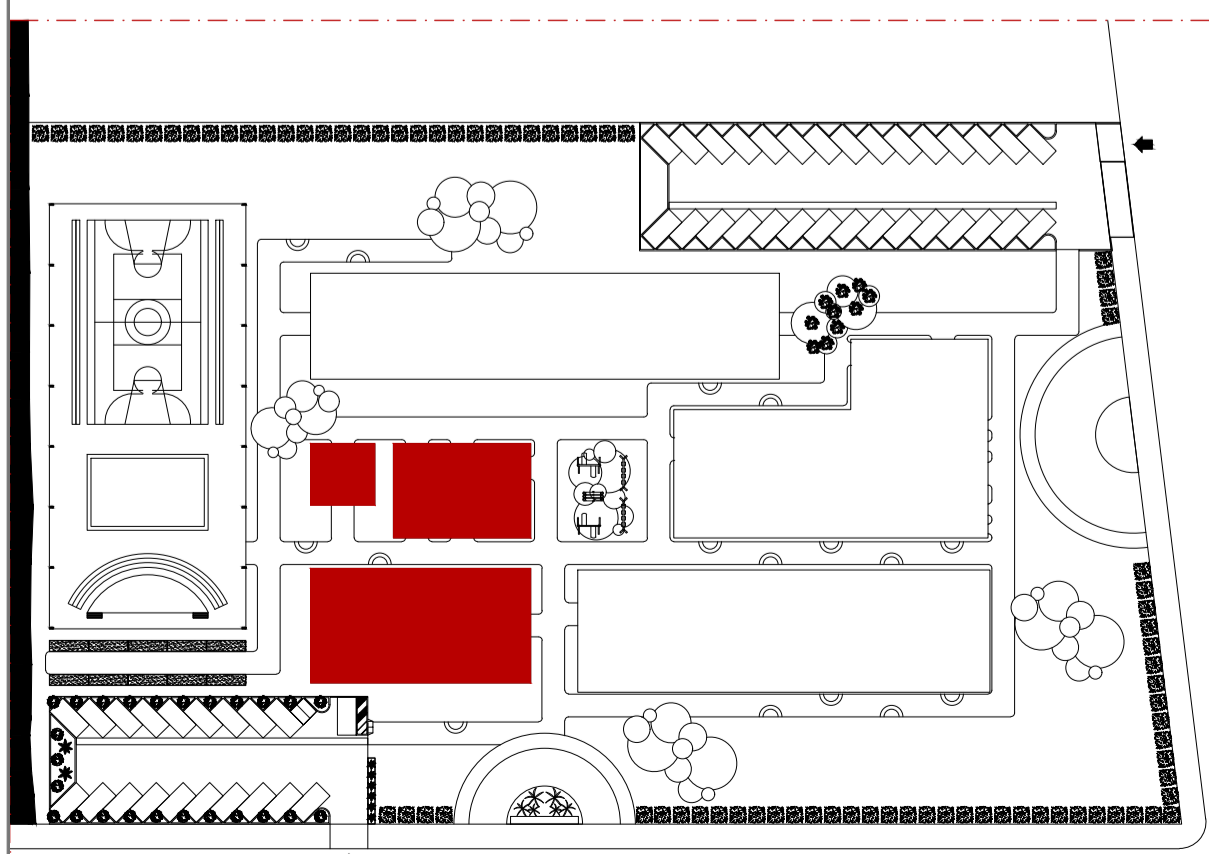


1 Planta Baixa Bloco Adm/Social
ESCALA 1:100

ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA	ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URUPURU
CONTÉUDO BLOCO ADM E SOCIAL PLANTA BAIXA	ABRIGO-ESCOLA GERMANA CAMARA
ABRIGO ESCOLA ZELAR	PROFESSOR DA DISCIPLINA MARIANA COMELLI
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	DATA 19/06/2020 ESCALA 1:100 REVISÃO R00 PRANCHIA PR 08

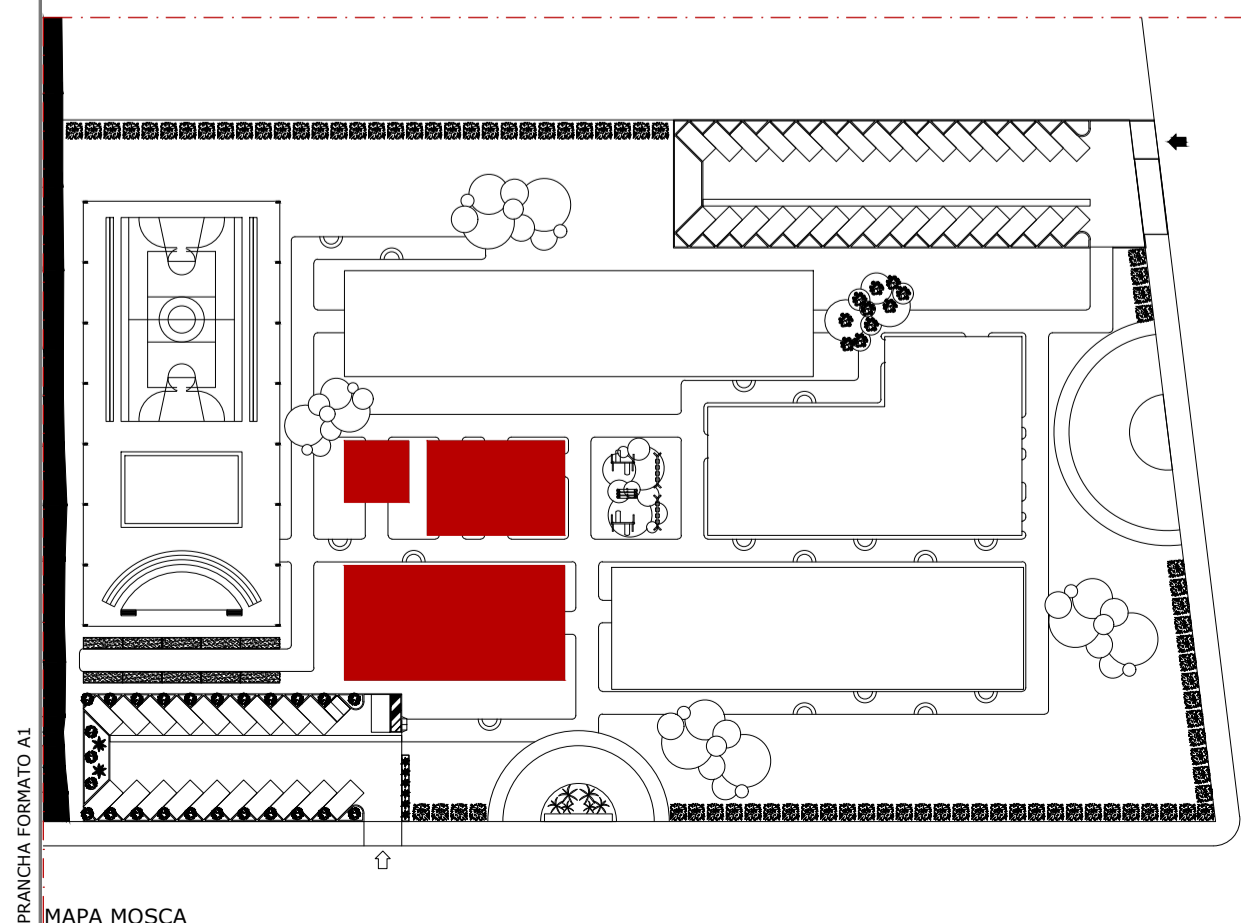
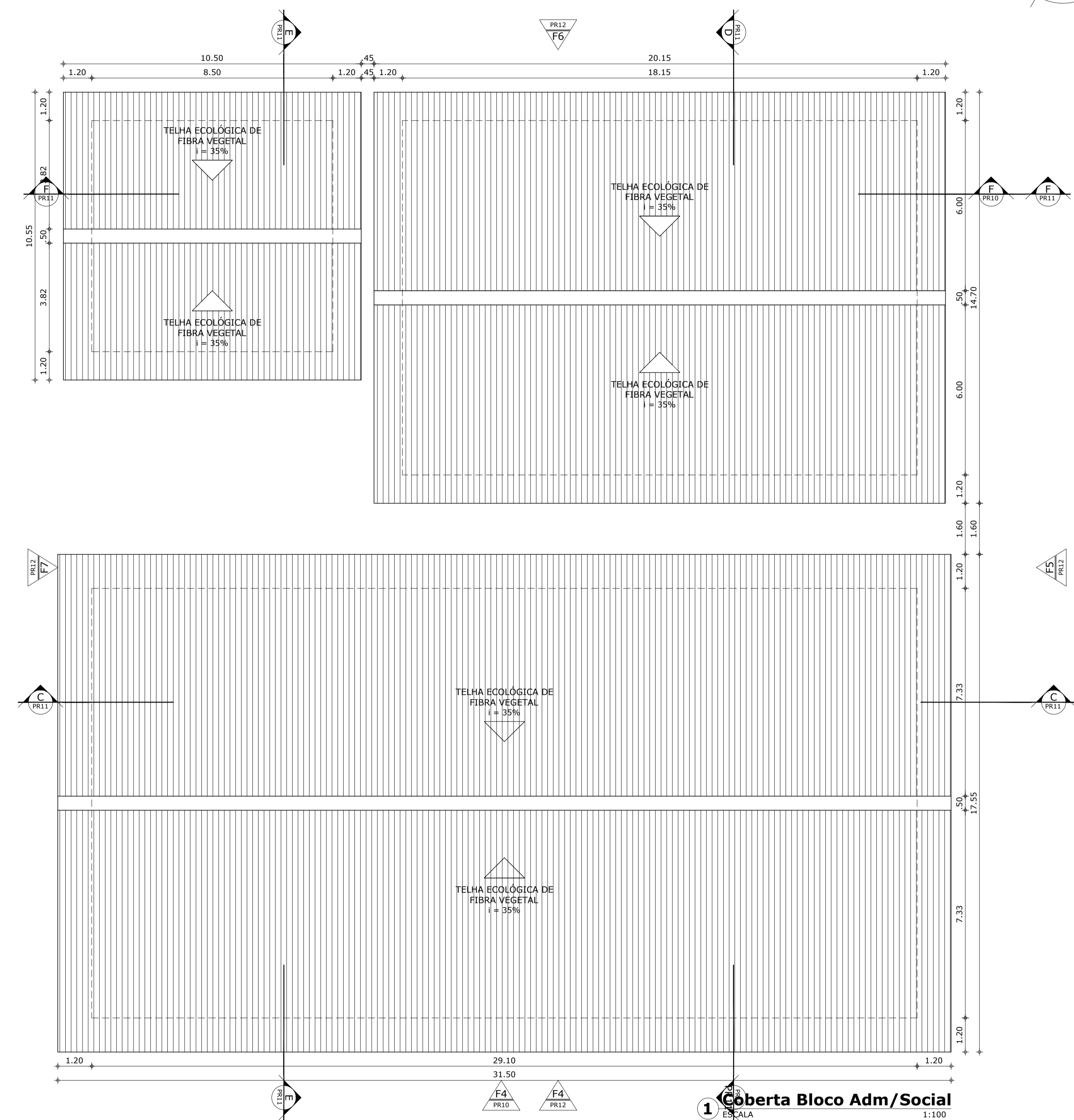
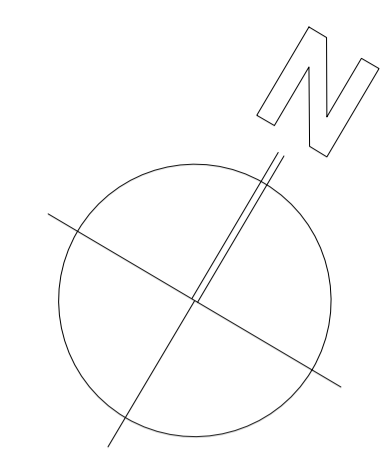


1 Layout Bloco Adm/Social
ESCALA 1:100

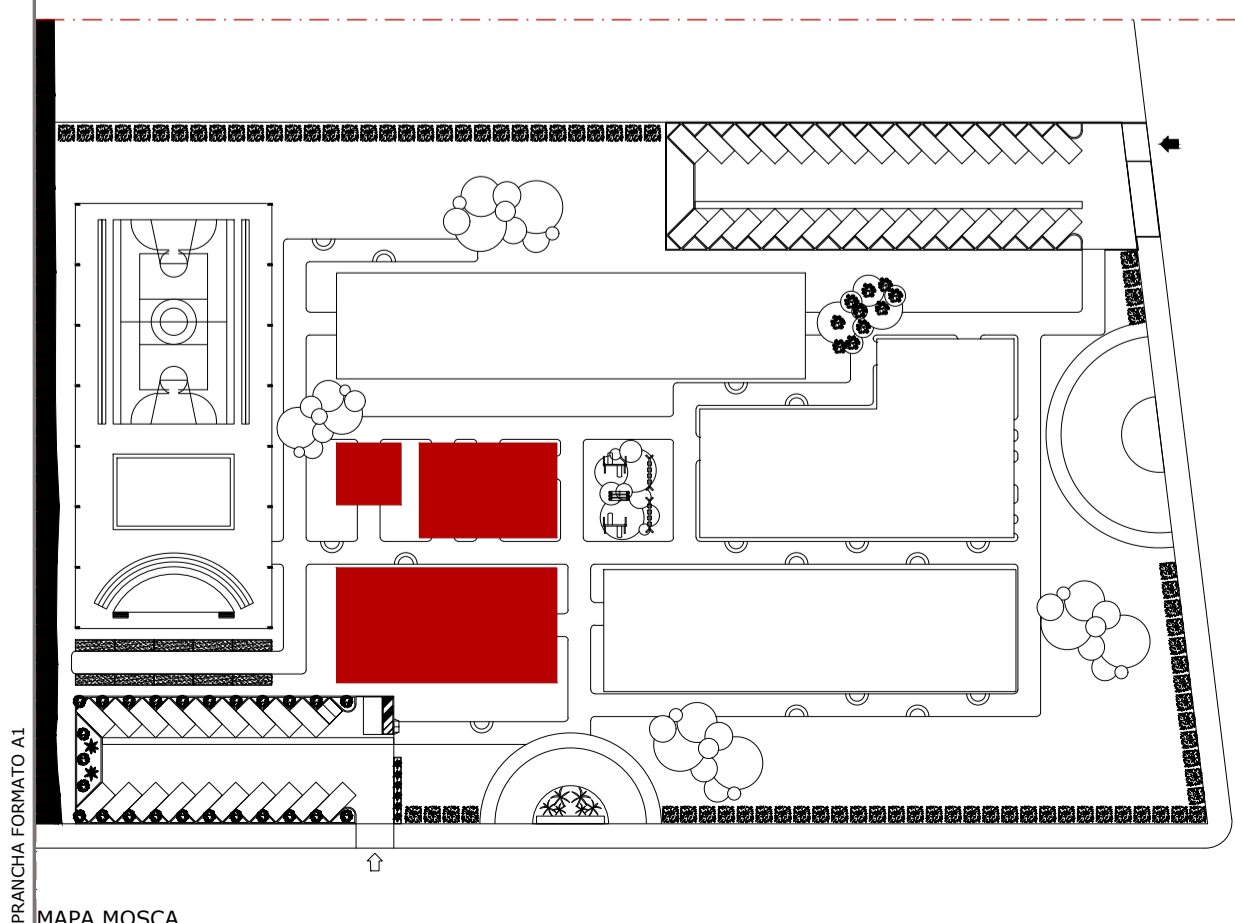
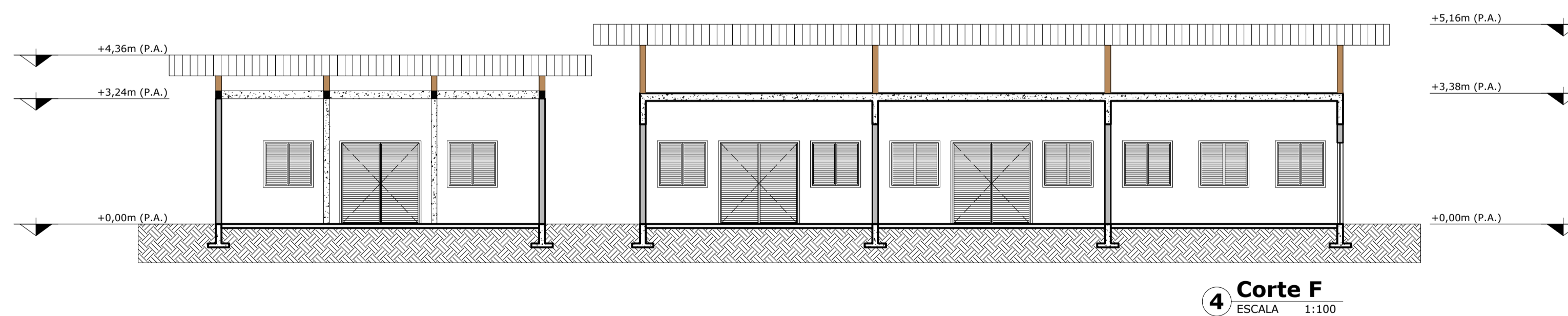
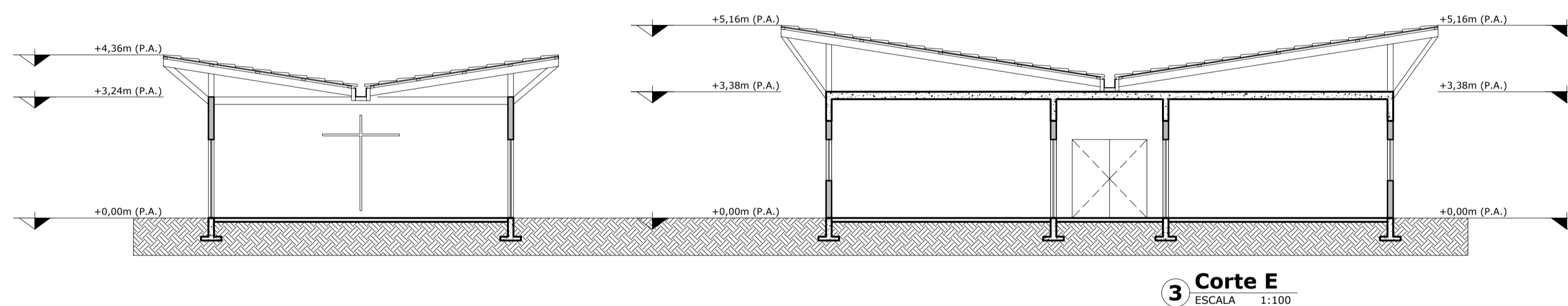
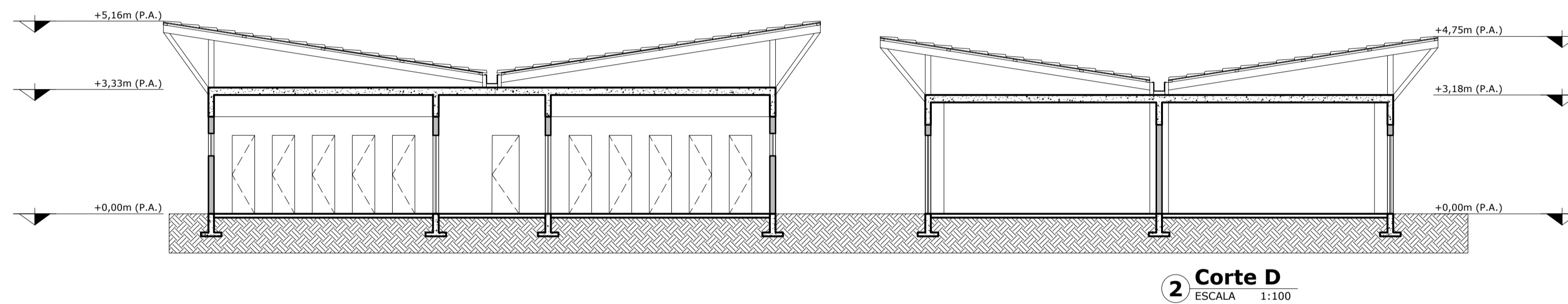
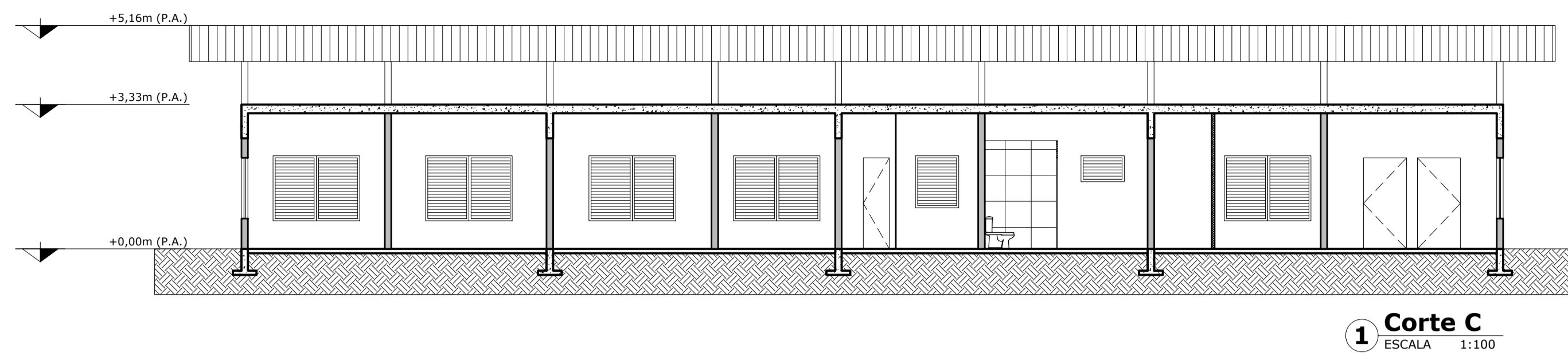


PRANCHIA FORMATO A1
MAPA MOSCA

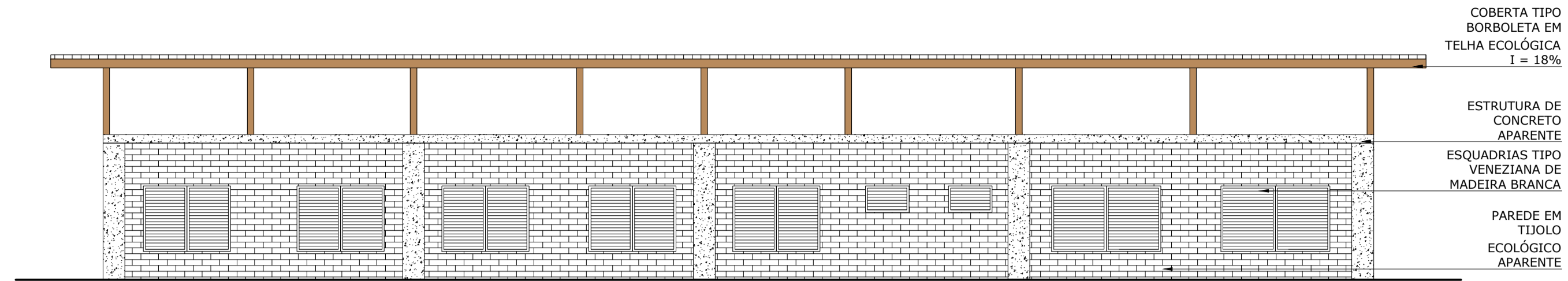
ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU	
CONTEÚDO BLOCO ADM E SOCIAL - LAYOUT		ABRIGO-ESCOLA PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA	
ABRIGO ESCOLA ZELAR		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
		DATA 19/06/2020	
		ESCALA 1:100	
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			REVISÃO R00 PRANCHIA PR 09



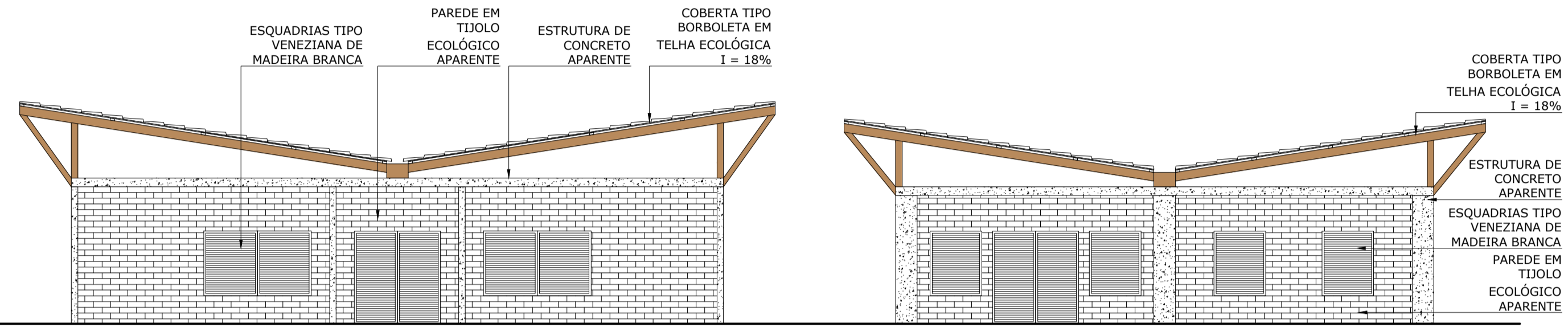
ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URUPURU	
CONTEÚDO BLOCO ADM E SOCIAL COBERTA		ABRIGO-ESCOLA PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA	
ABRIGO ESCOLA ZELAR		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
		DATA 19/06/2020	
		ESCALA 1:100	
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			REVISÃO R00 PRANCHIA PR 10



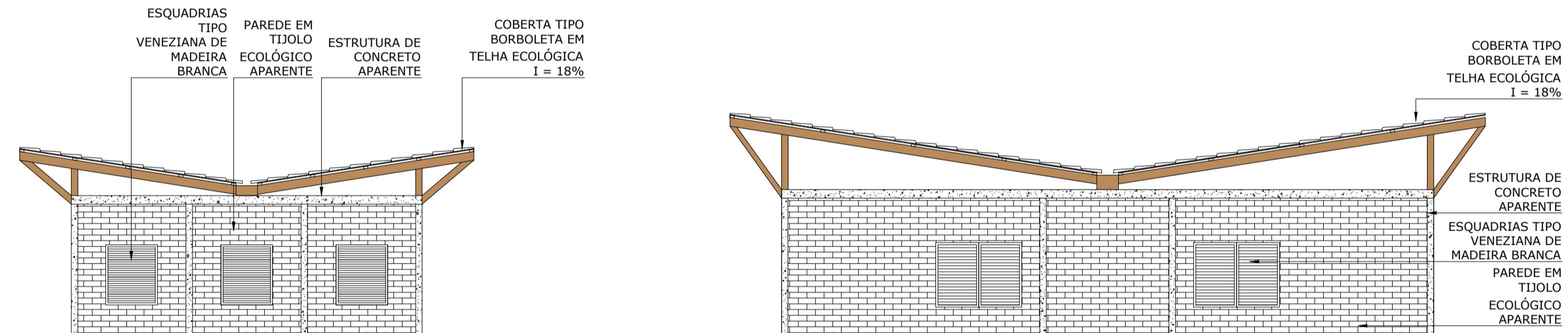
ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL UIRAPURU	
CONTEÚDO ABRIGO-ESCOLA	PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA	DATA 18/05/2020	ESCALA 1:100
CORTES BLOCO ADM E SOCIAL ABRIGO ESCOLA ZELAR		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	REVISÃO R00 PRANCHIA PR 11
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			



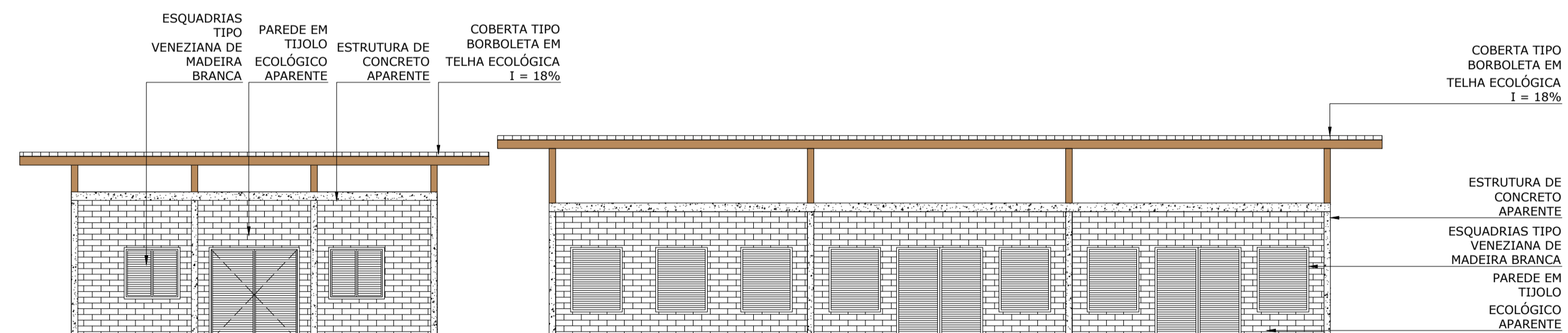
5 Fachada 04
ESCALA 1:100



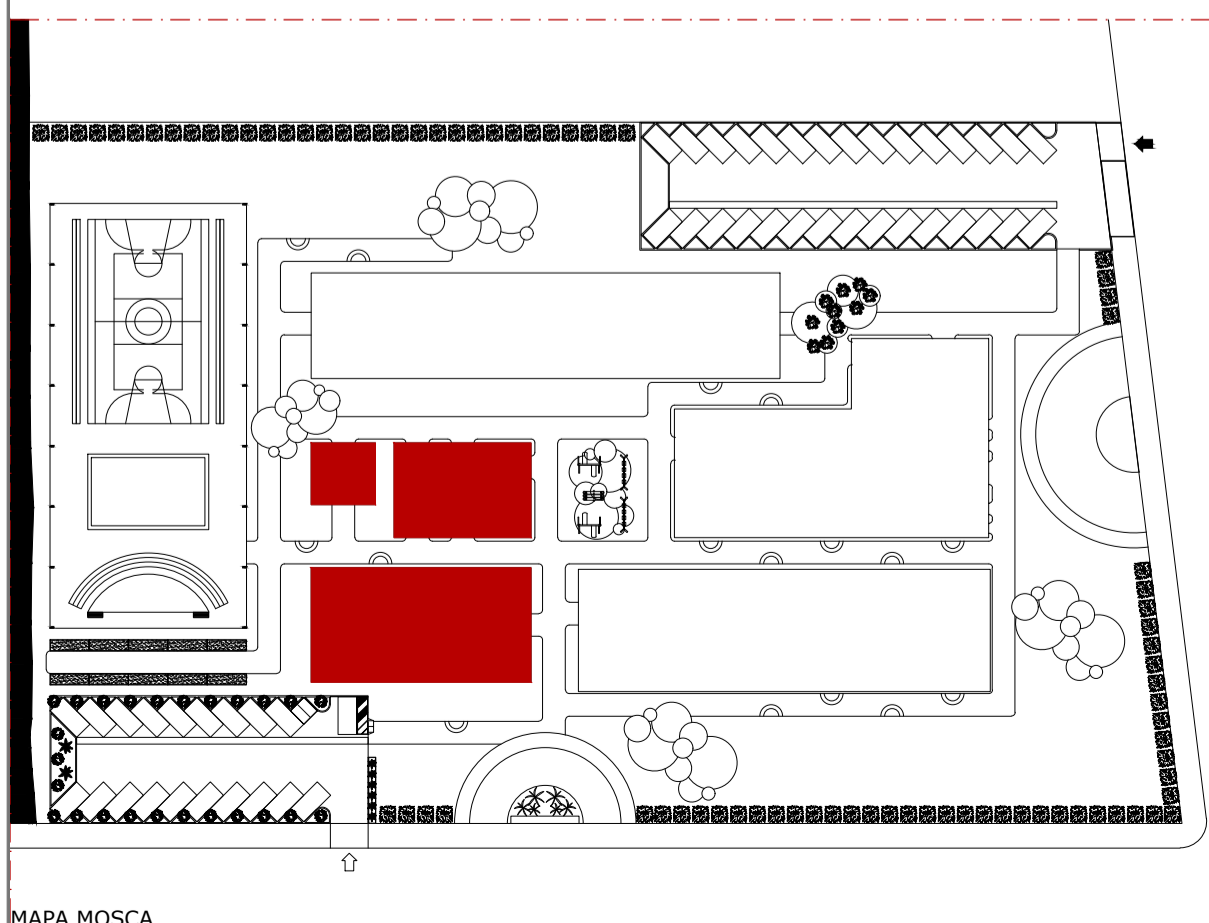
6 Fachada 05
ESCALA 1:100

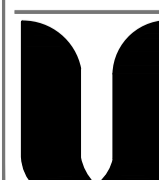


8 Fachada 06
ESCALA 1:100



7 Fachada 07
ESCALA 1:100



ANTE PROJETO TCC ZE(LAR)		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URUPURU	
ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMARA	
CONTÉÚDO FACHADAS BLOCO ADM E SOCIAL		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
ABRIGO ESCOLA ZELAR		DATA 19/06/2020	
		ESCALA 1:100	
 ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS			REVISÃO R00 PRANCHIA PR 12
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			

QUADRO ESQUADRIAS

PORTAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
P1	.60X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	16
P4	.90X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	16
P5	1.00X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	04
P6	2.00X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	01

JANELAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
J0	1.20X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	28
J1	2.00X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	10
J2	2.50X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	06

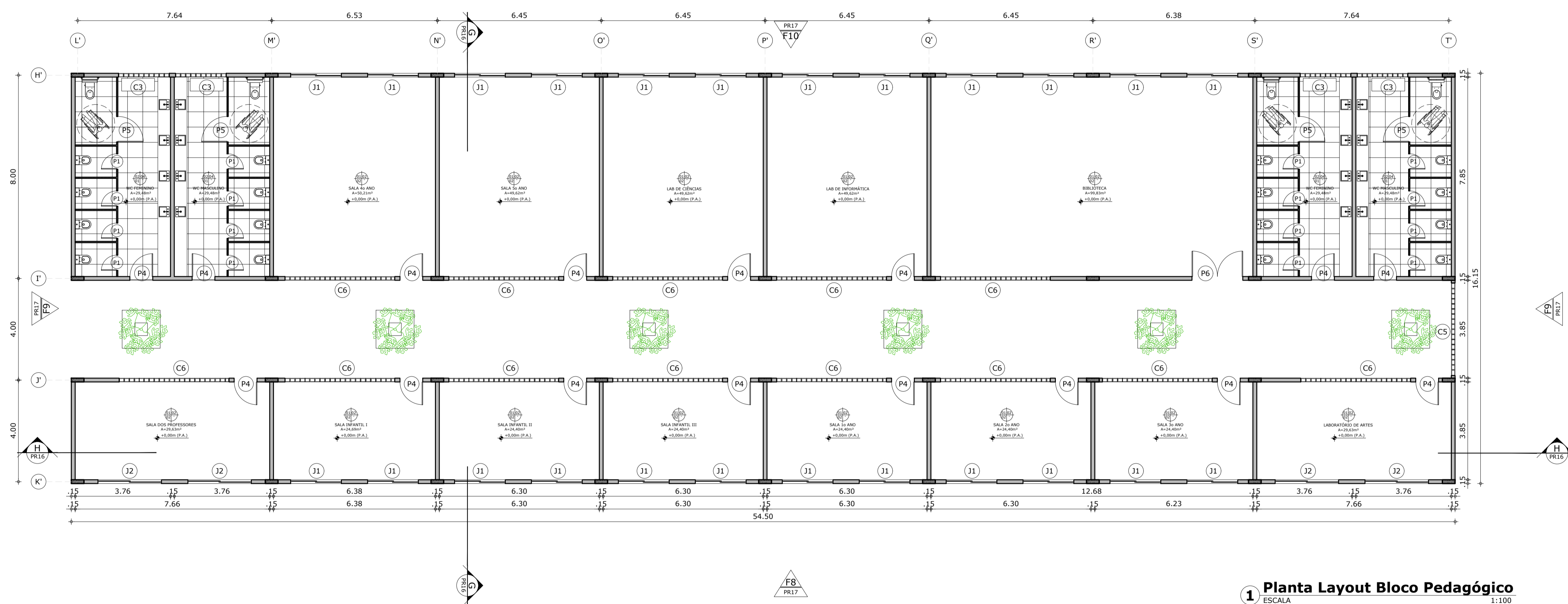
COBOGÓ					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
C3	2.00X0.60	1.60	CONCRETO	-	04
C5	3.65X0.60	1.60	CONCRETO	-	01
C6	4.00X0.60	1.60	CONCRETO	-	13

LEGENDA PAGINAÇÃO

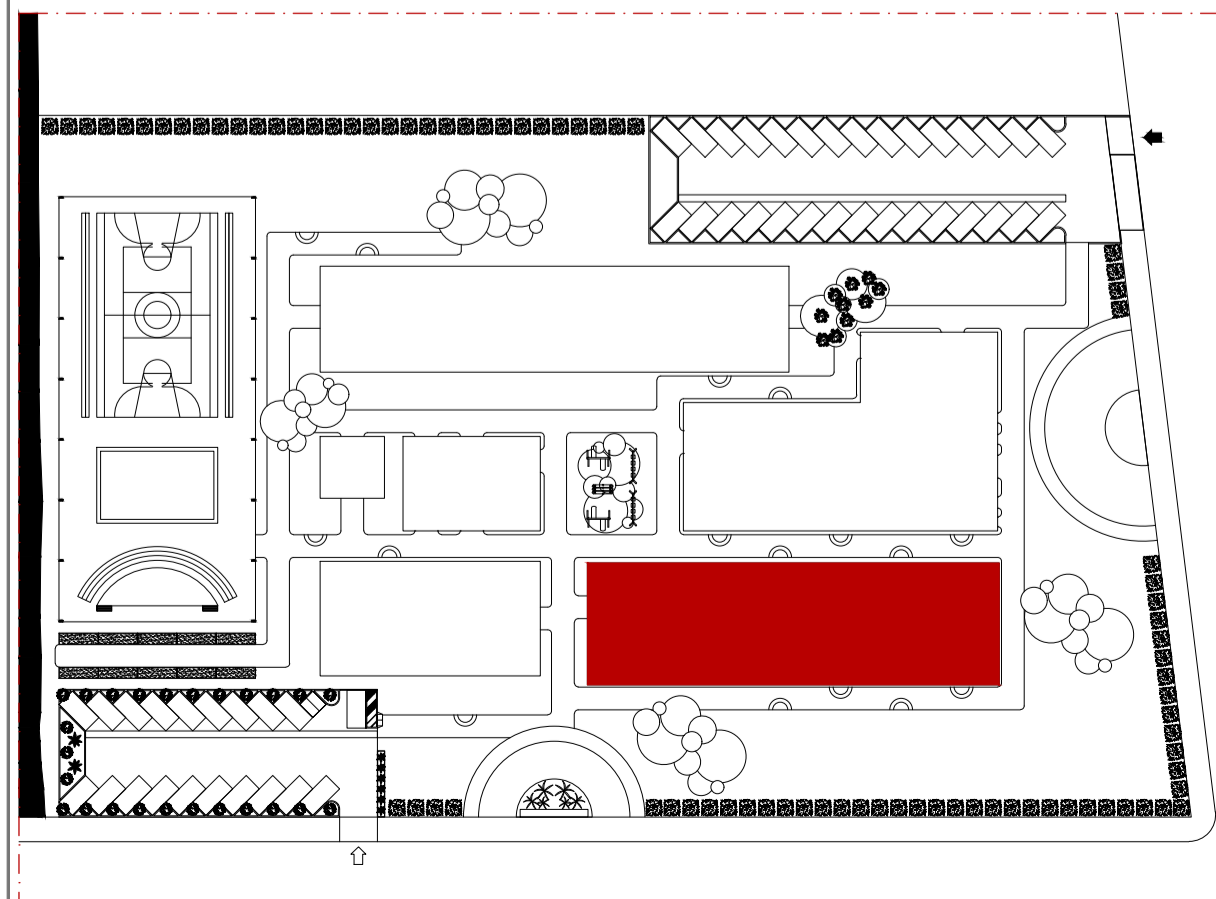
PISO	
01	PORCELANATO CIMENTÍCIO 90x90cm
02	CERÂMICA BEGE 60x60cm
03	PISO VINÍLICO MADEIRADO
04	PORCELANATO MARMORIZADO

PAREDE	
01	PINTADA COM TINTA BRANCO NEVE ACETINADO
02	PINTADA COM TINTA CINZA PRATA ACETINADO
03	TIJOLINHO APARENTE
04	CERÂMICA BEGE 60x60cm

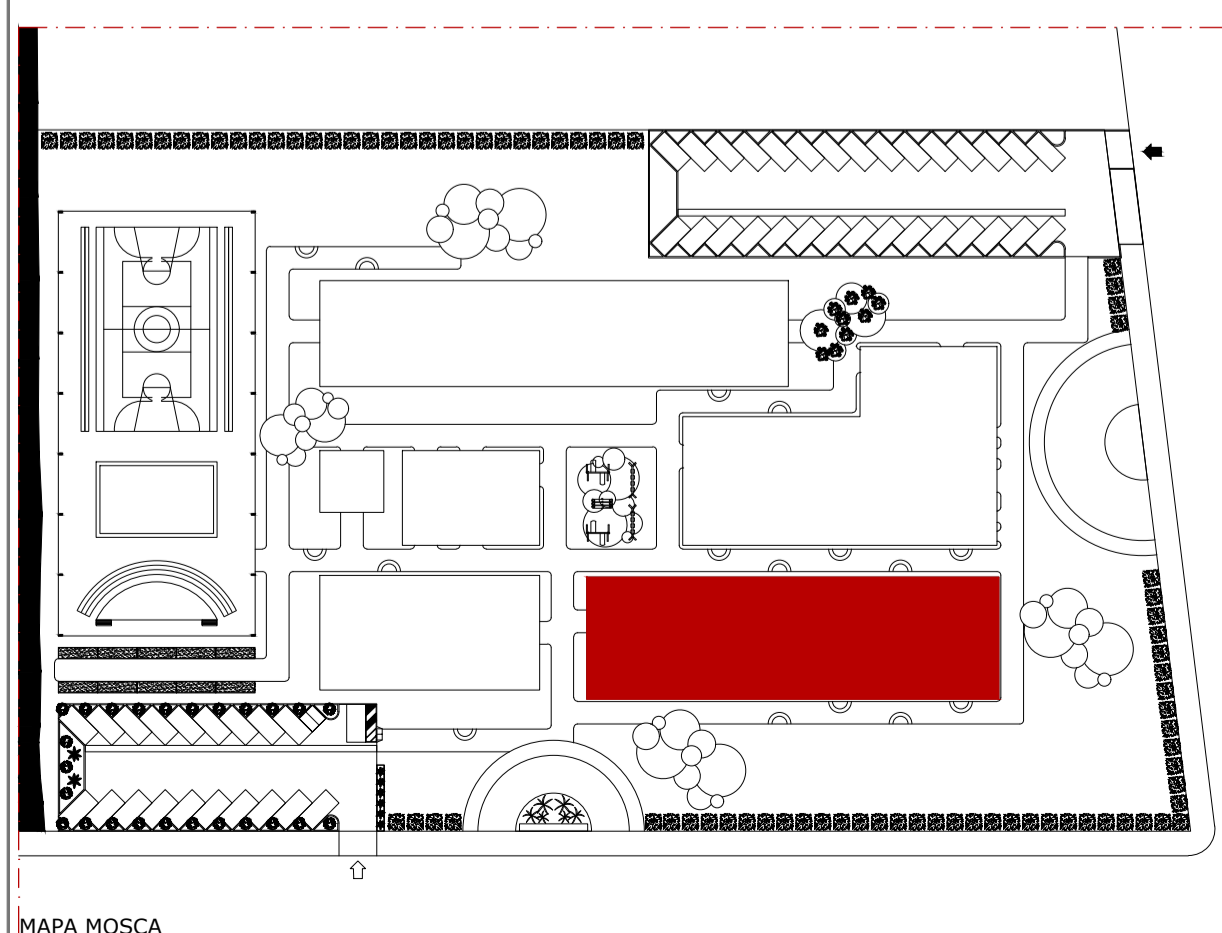
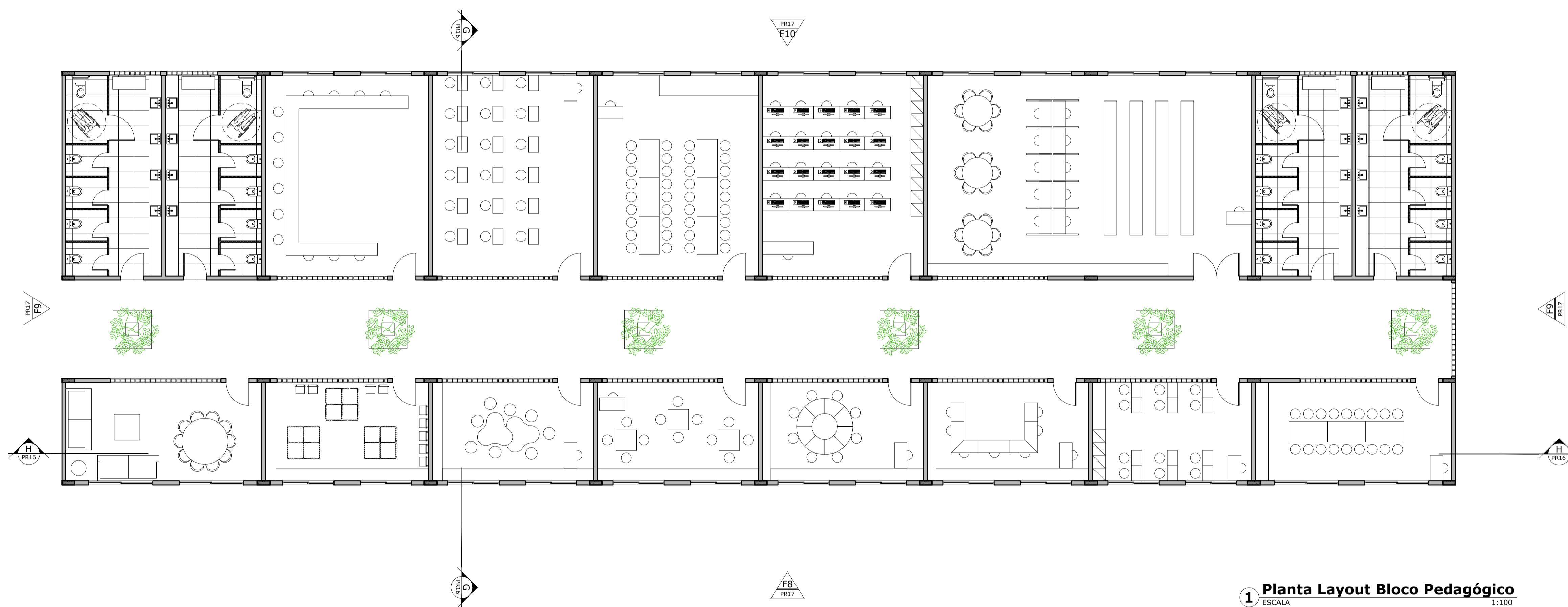
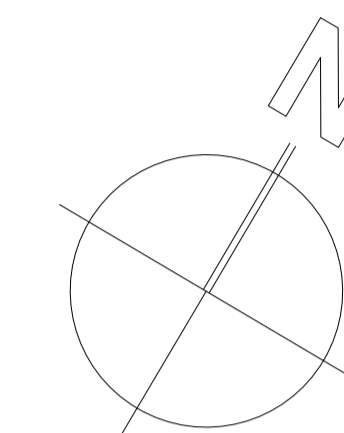
FORRO	
01	PINTADO COM TINTA BRANCO NEVE ACETINADO
02	LAJE APARENTE



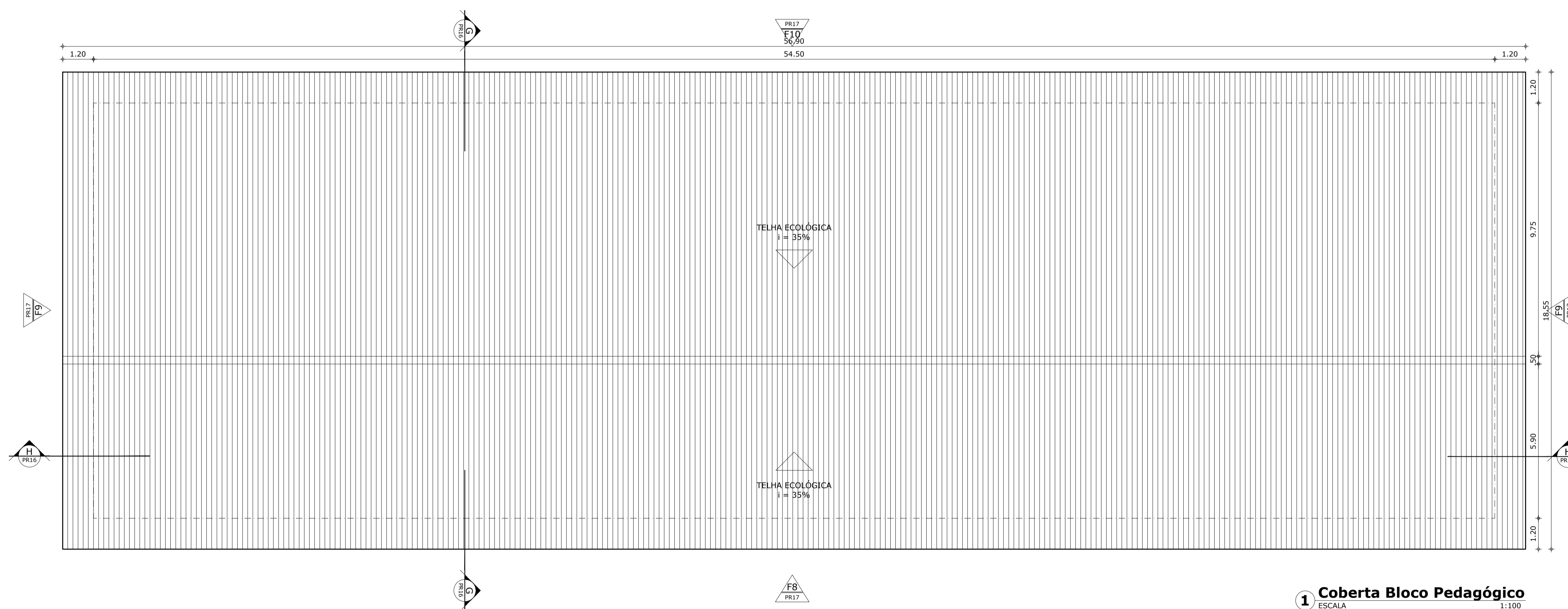
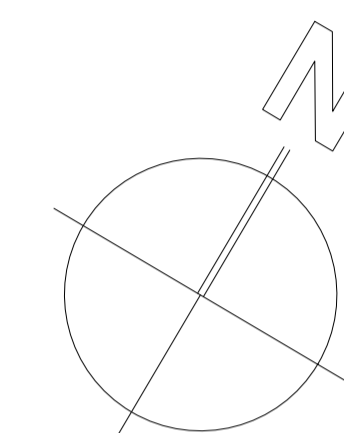
1 Planta Layout Bloco Pedagógico
ESCALA 1:100



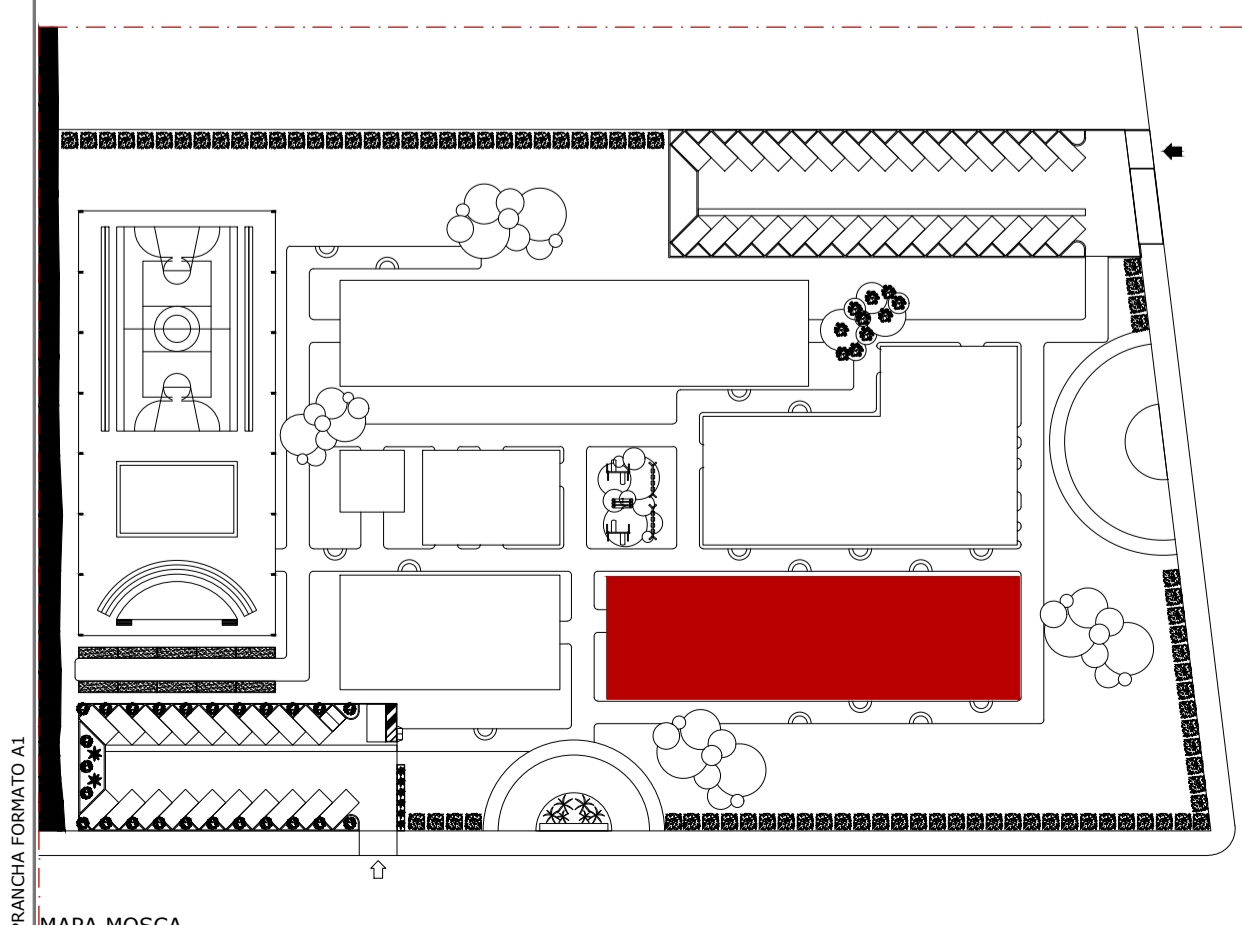
ANTE PROJETO TCC ZE(LAR)	ENDERECO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU
ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA	PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMARA
CONTIÚDO PLANTA BAIXA BLOCO PEDAGÓGICO	ABRIGO-ESCOLA ORIENTADOR MARIANA COMELLI
ABRIGO ESCOLA ZELAR	DATA 19/06/2020 ESCALA 1:100
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS	REVISÃO R00 PRANCHIA PR 13
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	



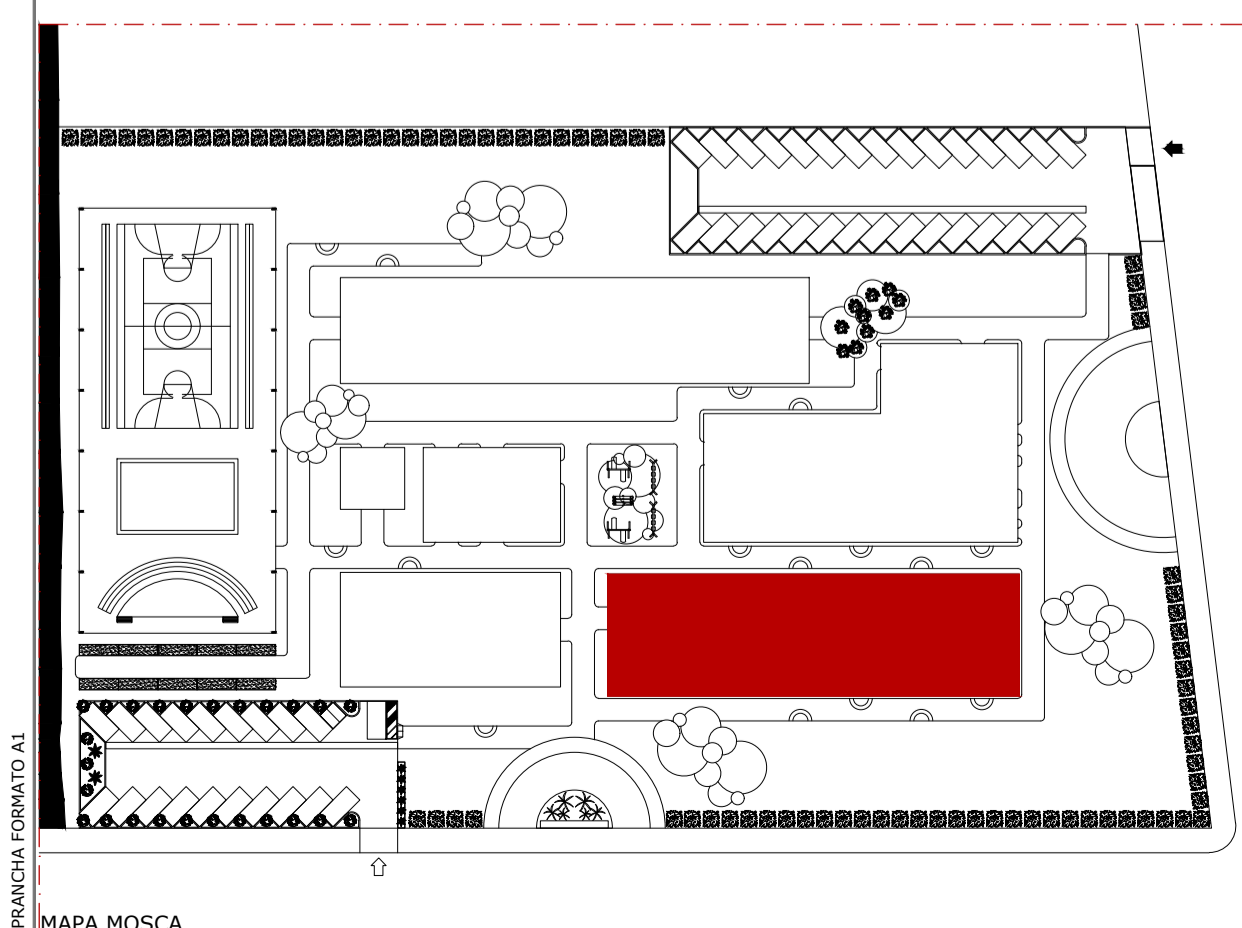
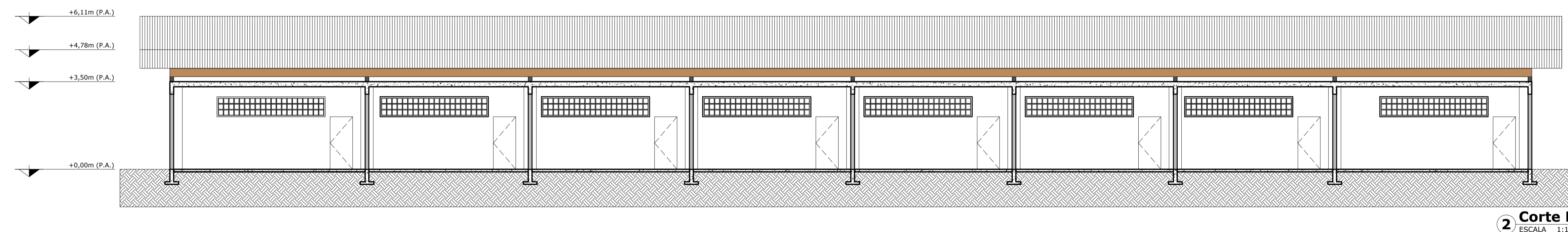
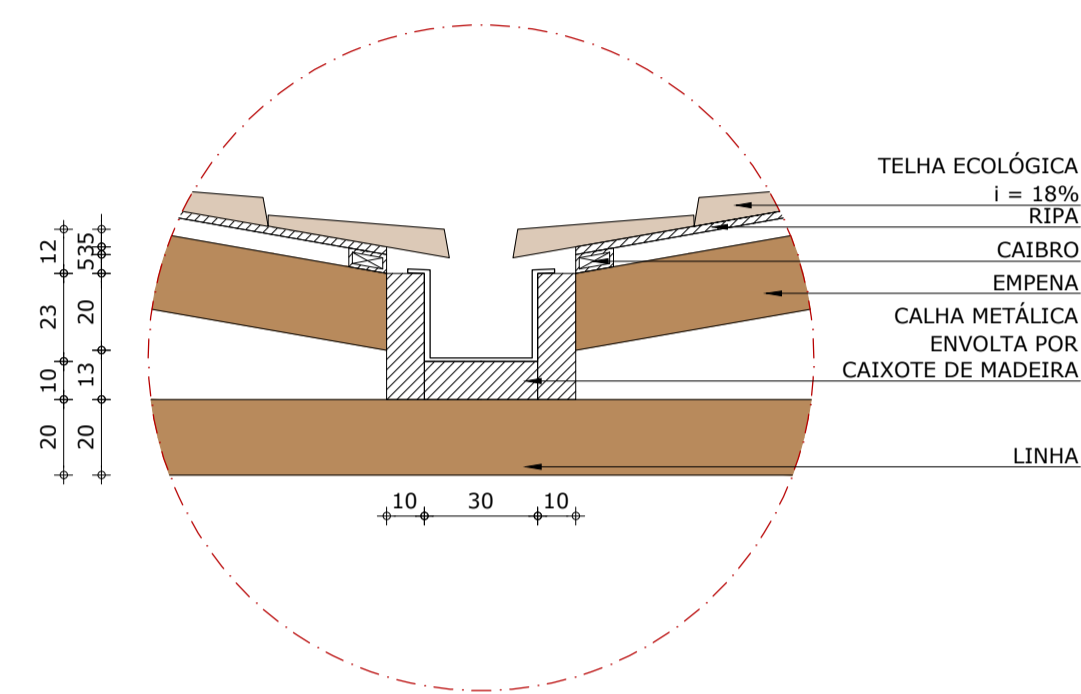
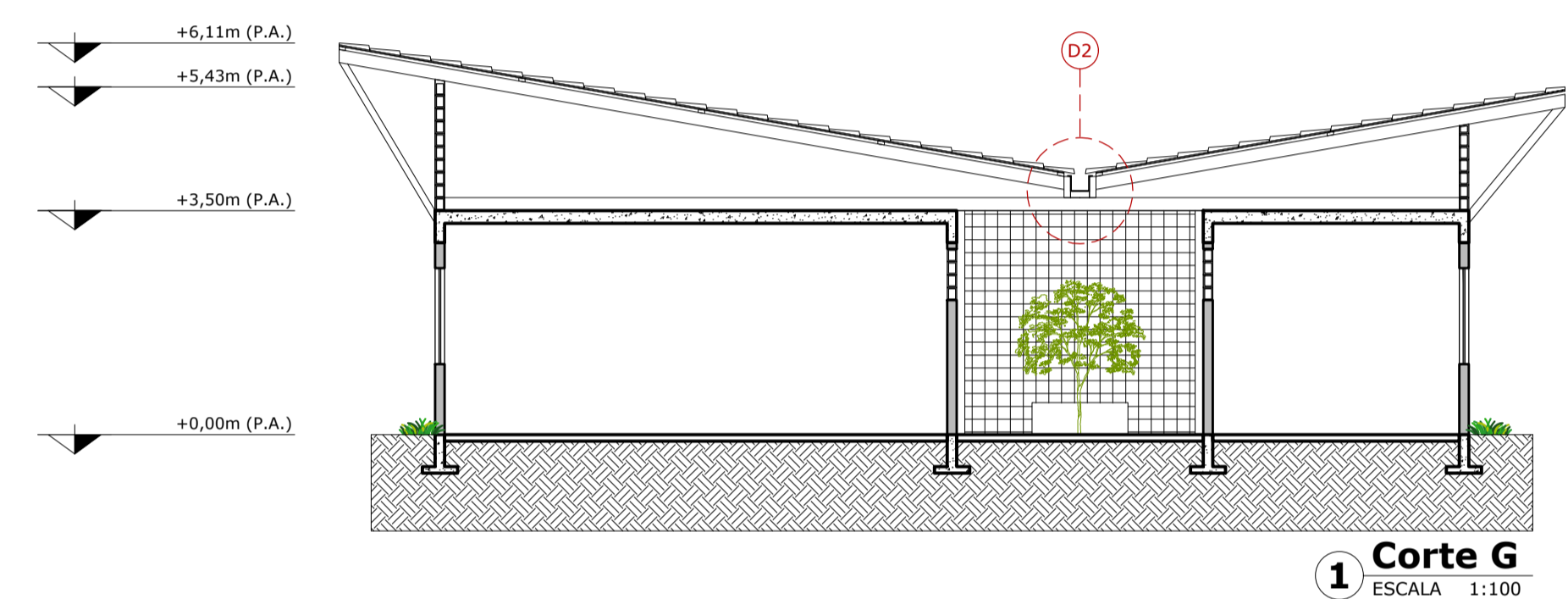
ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA	ENDERECO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU	
CONTÉUDO BLOCO PEDAGÓGICO - LAYOUT	PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA	DATA 19/06/2020
ABRIGO ESCOLA ZELAR	ABRIGO-ESCOLA ORIENTADOR MARIANA COMELLI	ESCALA 1:100
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		REVISÃO R00 PRANÇIA PR 14

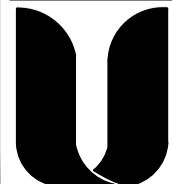


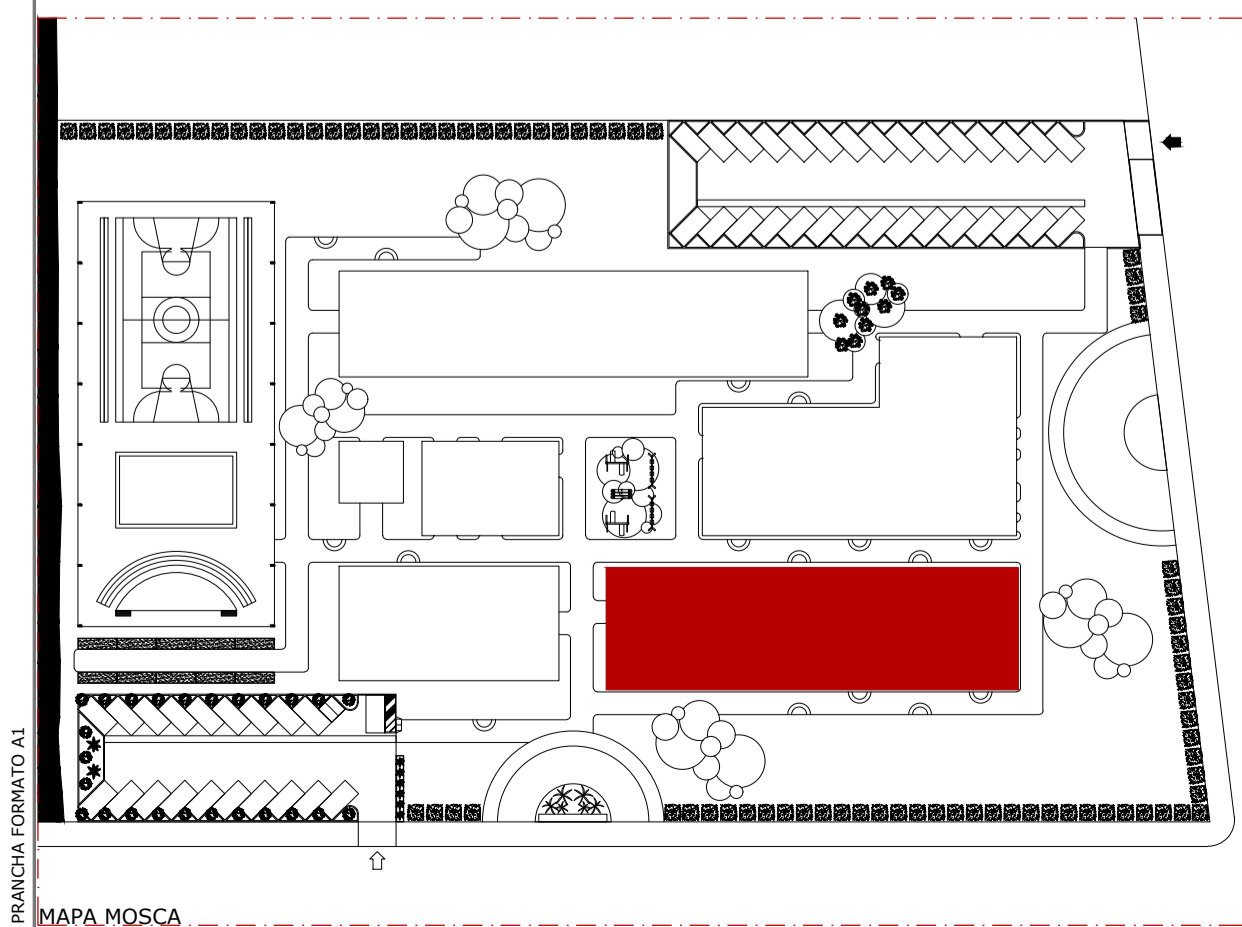
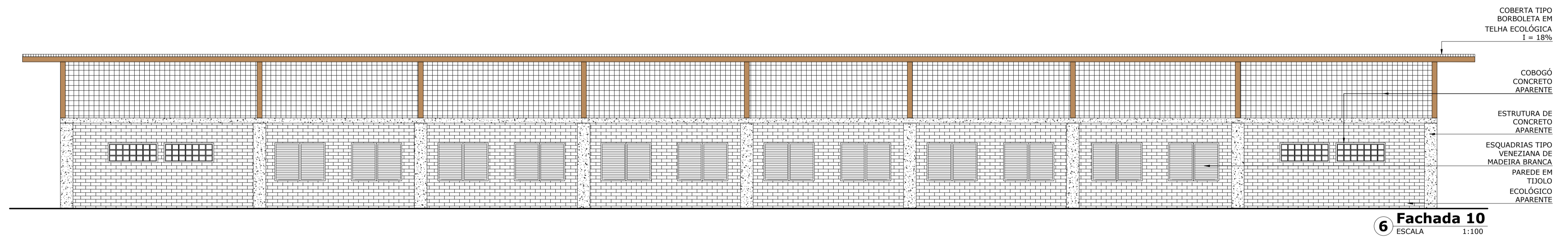
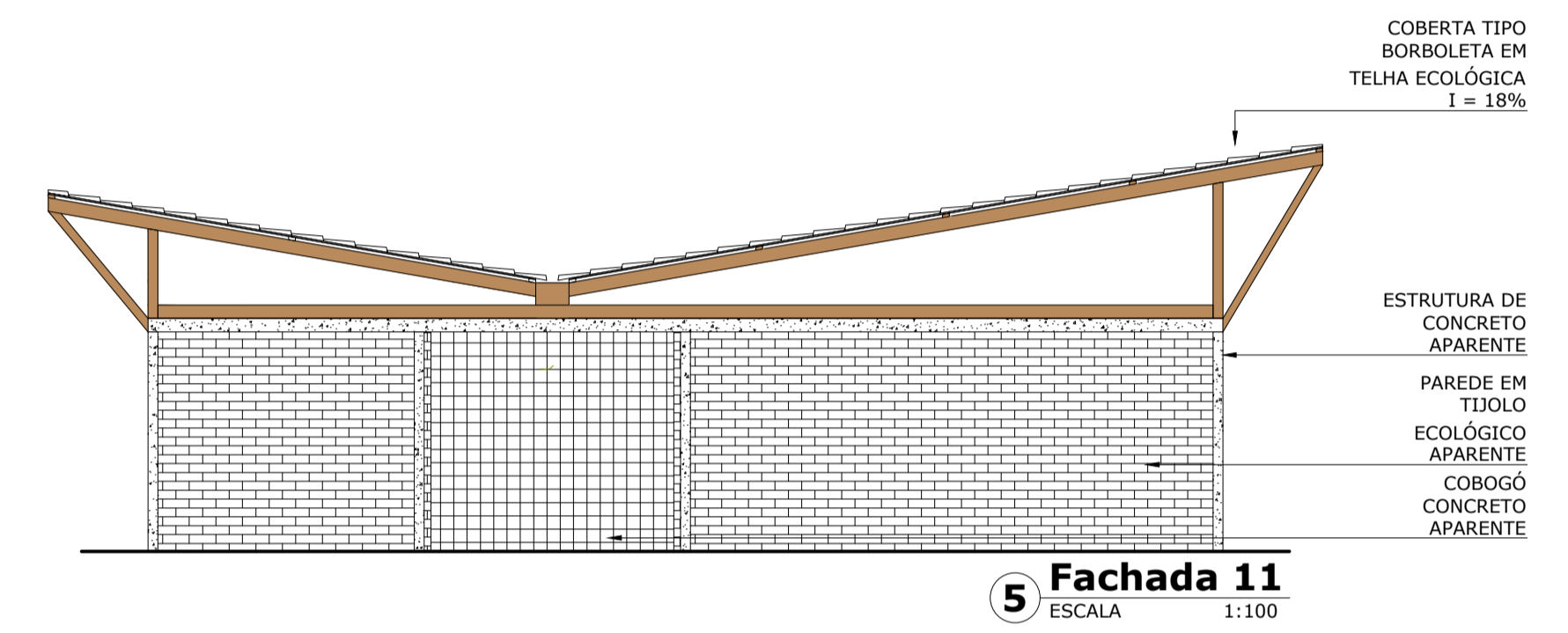
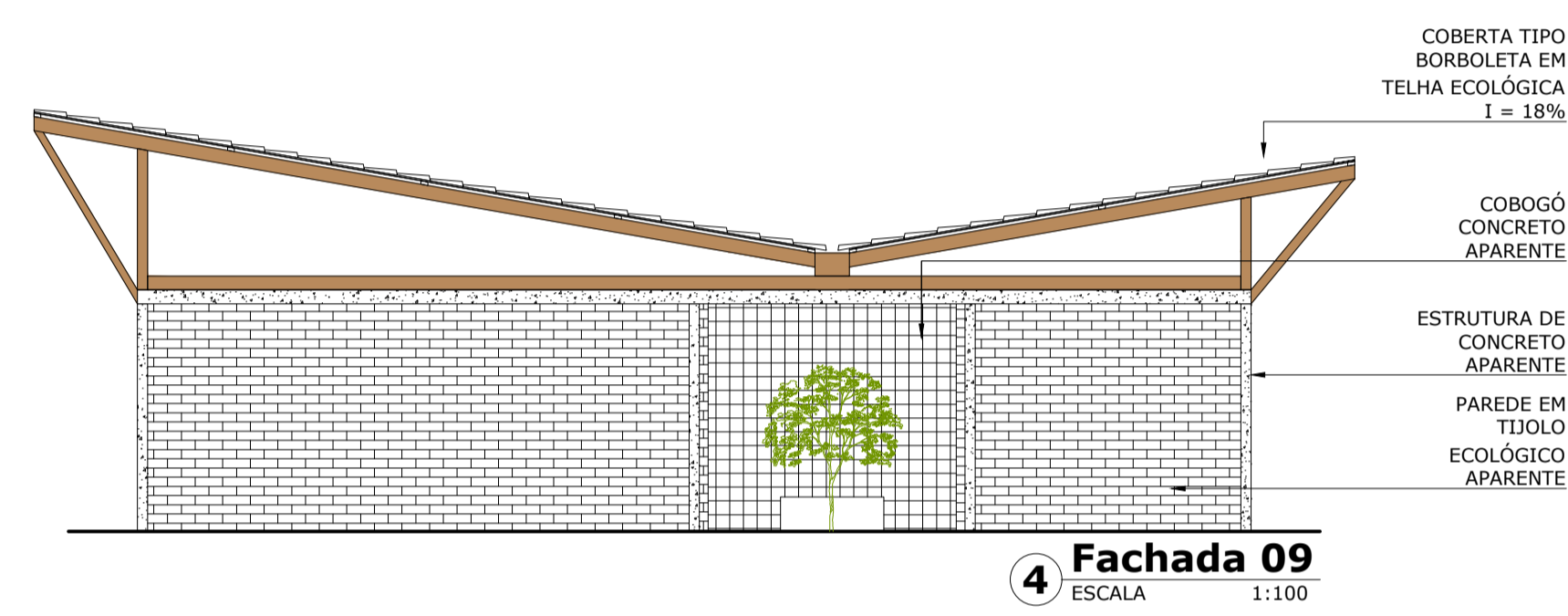
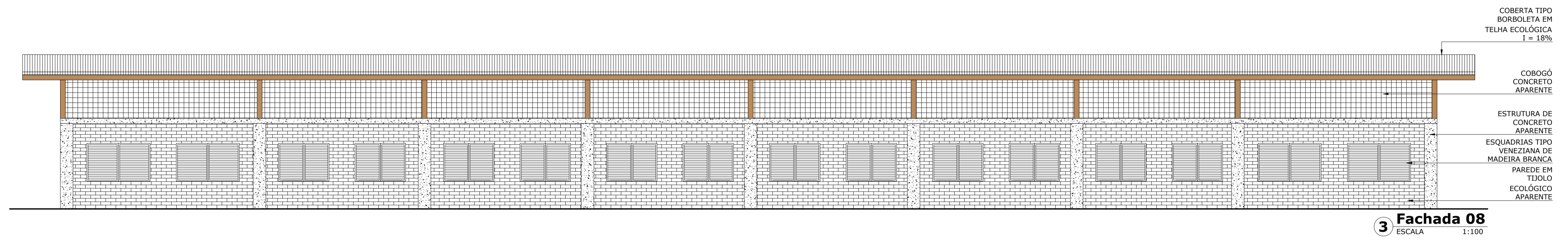
1 Coberta Bloco Pedagógico
ESCALA 1:100

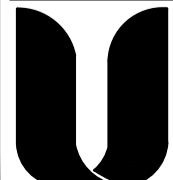


ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA	ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL UIRAPURU
CONTEÚDO BLOCO PEDAGÓGICO COBERTA	PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMARA
ABRIGO ESCOLA ZELAR	ORIENTADOR MARIANA COMELLI
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	DATA 19/06/2020 ESCALA 1:100 REVISÃO R00 PRANÇIA PR 15



ANTE PROJETO TCC ZE(LAR)		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU	
ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA	
CONTEÚDO DETALHE 02 CORTES BLOCO PEDAGÓGICO ABRIGO ESCOLA ZELAR		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
		DATA 18/05/2020	
		ESCALA 1:100	
 ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS			REVISÃO R00 PRANCHAS PR 16
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			



ANTE PROJETO TCC ZE(LAR)		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU	
ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA	
CONTÍDUO FACHADAS BLOCO PEDAGÓGICO		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
ABRIGO ESCOLA ZELAR		DATA 19/06/2020	
		ESCALA 1:100	
 ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS			REVISÃO R00 PRANCHIA PR 17
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			

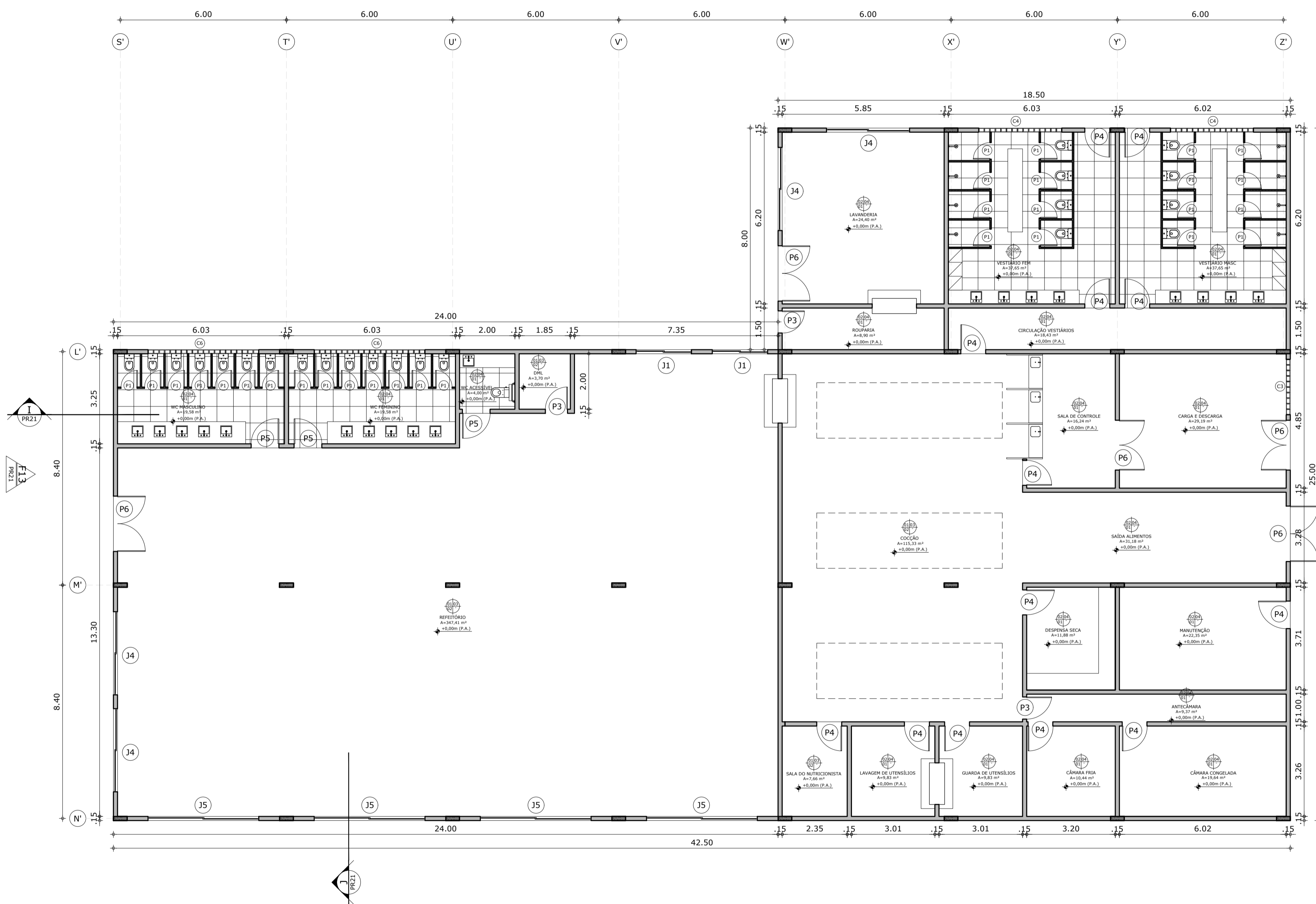
QUADRO ESQUADRIAS

PORTAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
P1	.60X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	30
P3	.80X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	03
P4	.90X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	13
P5	1.00X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	03
P6	2.00X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	05
JANELAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
J1	2.00X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	02
J4	3.00X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	04
J5	4.00X1.50	1.10	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (2F)	04
COBOGÓ					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
C3	2.00X0.60	1.60	CONCRETO	-	01
C4	3.00X0.60	1.60	CONCRETO	-	02
C6	4.00X0.60	1.60	CONCRETO	-	02

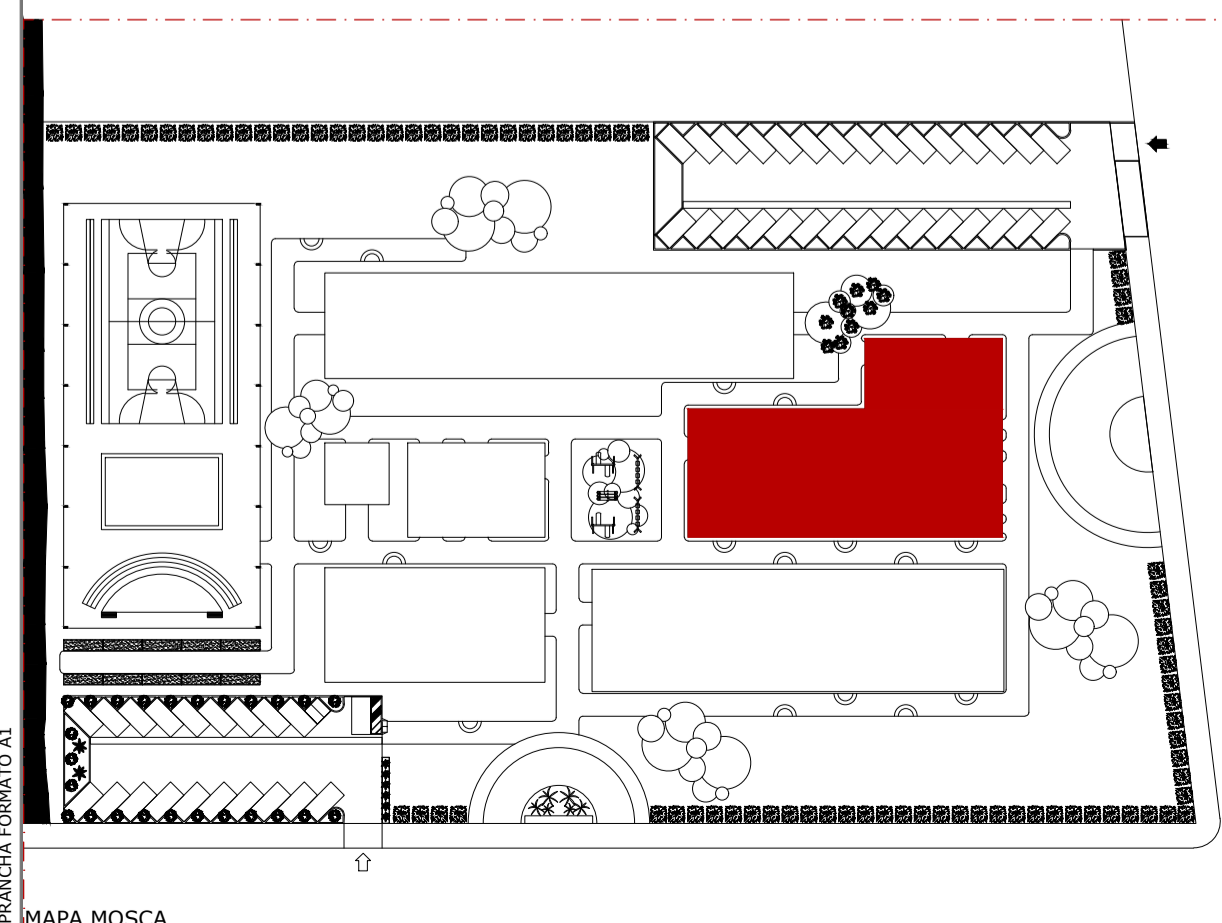
LEGENDA PAGINAÇÃO



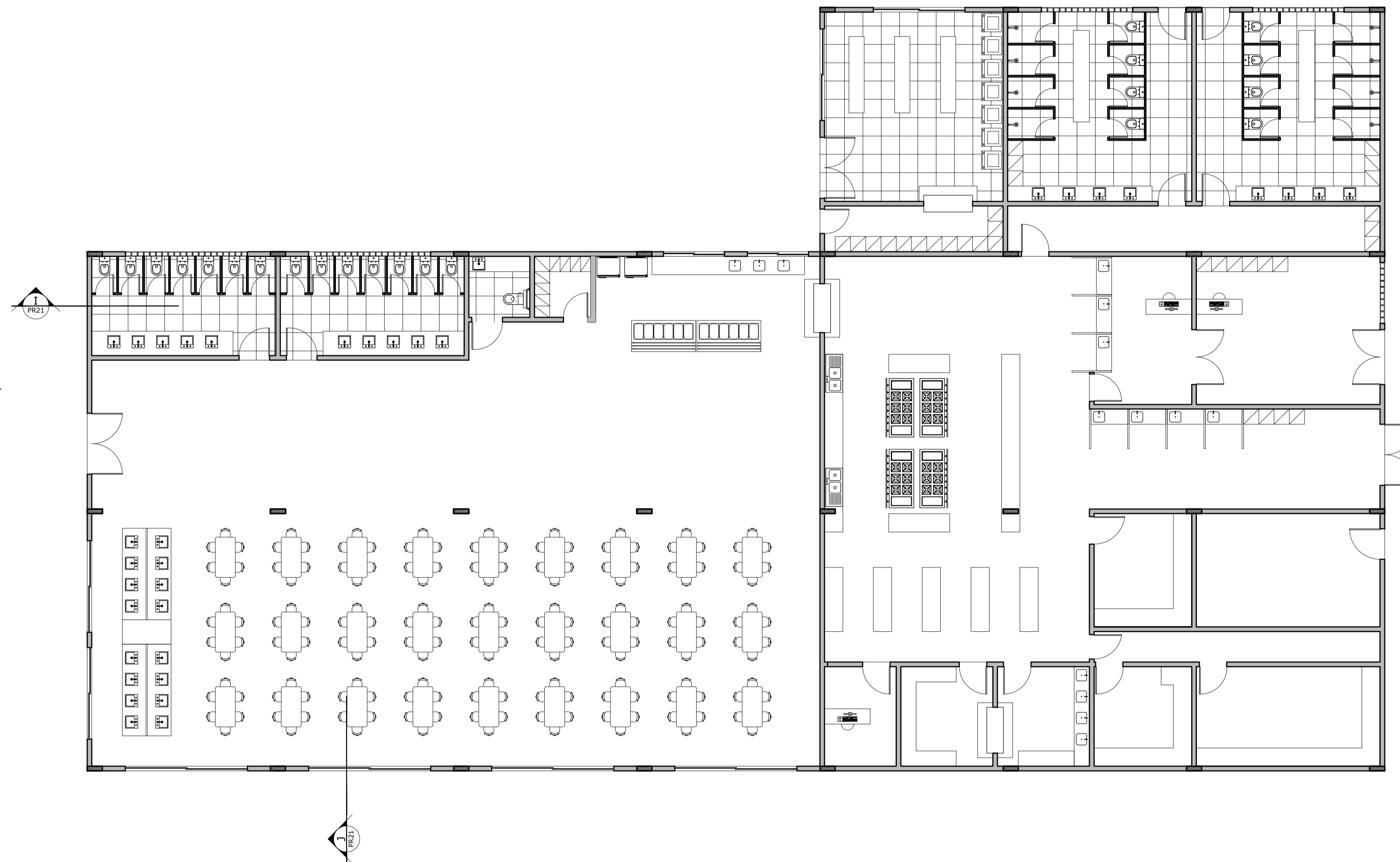
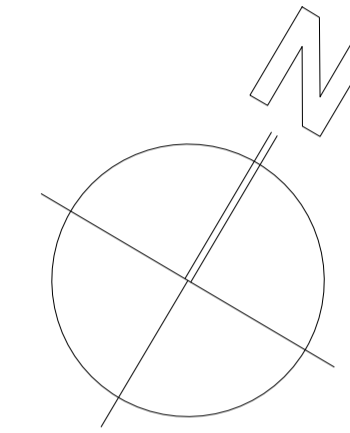
PISO	
01	PORCELANATO CIMENTÍCIO 90x90cm
02	CERÂMICA BEGE 60x60cm
03	PISO VINÍLICO MADEIRADO
04	PORCELANATO MARMORIZADO
PAREDE	
01	PINTADA COM TINTA BRANCO NEVE ACETINADO
02	PINTADA COM TINTA CINZA PRATA ACETINADO
03	TIJOLINHO APARENTE
04	CERÂMICA BEGE 60x60cm
FORRO	
01	PINTADO COM TINTA BRANCO NEVE ACETINADO
02	LAJE APARENTE



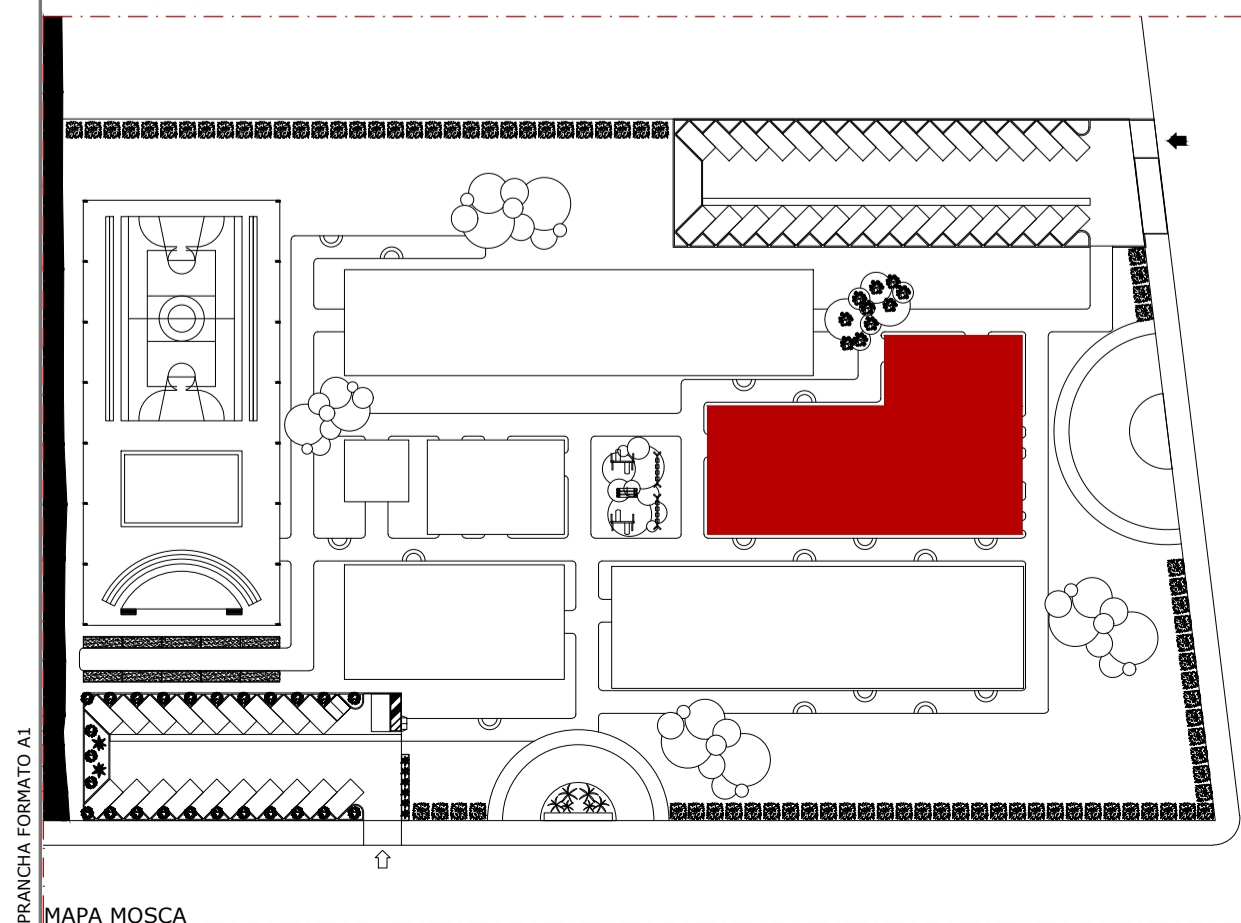
1 Planta Baixa Bloco Serviços
ESCALA 1:100

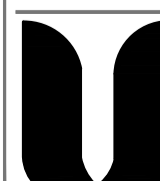


ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA	ENDERECO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URUPURU
CONTÍDUO PLANTA BAIXA BLOCO SERVIÇOS	ABRIGO-ESCOLA GERMANA CAMARA
ABRIGO ESCOLA ZELAR	PROFESSOR DA DISCIPLINA MARIANA COMELLI
DATA 19/06/2020	ESCALA 1:100
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS	REVISÃO R00 PRANCHIA PR 18
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	



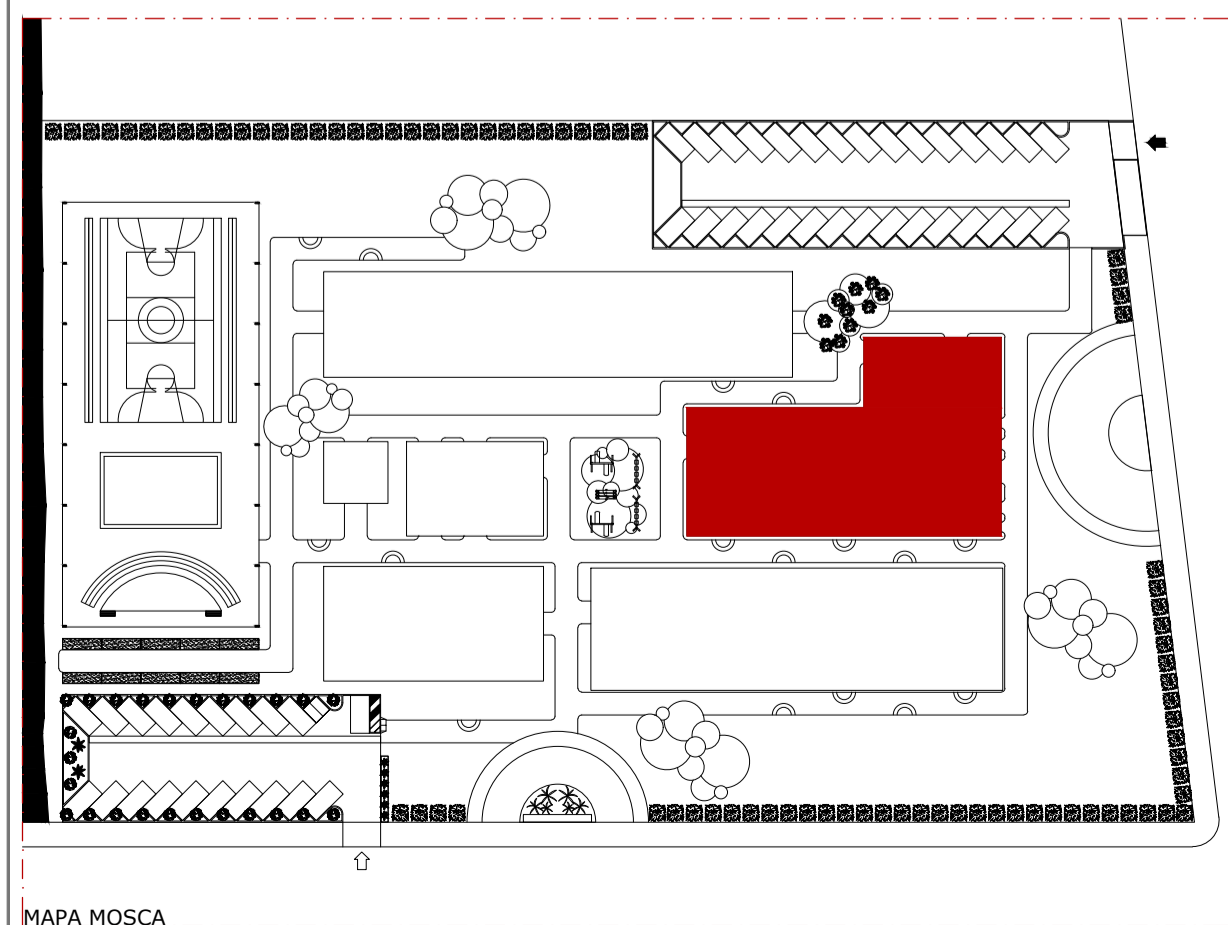
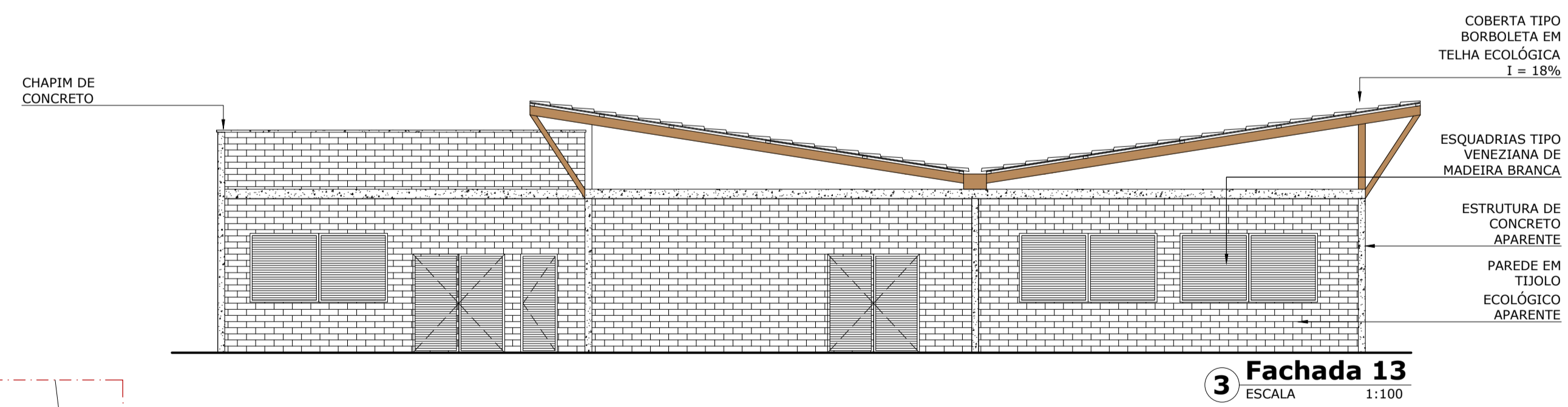
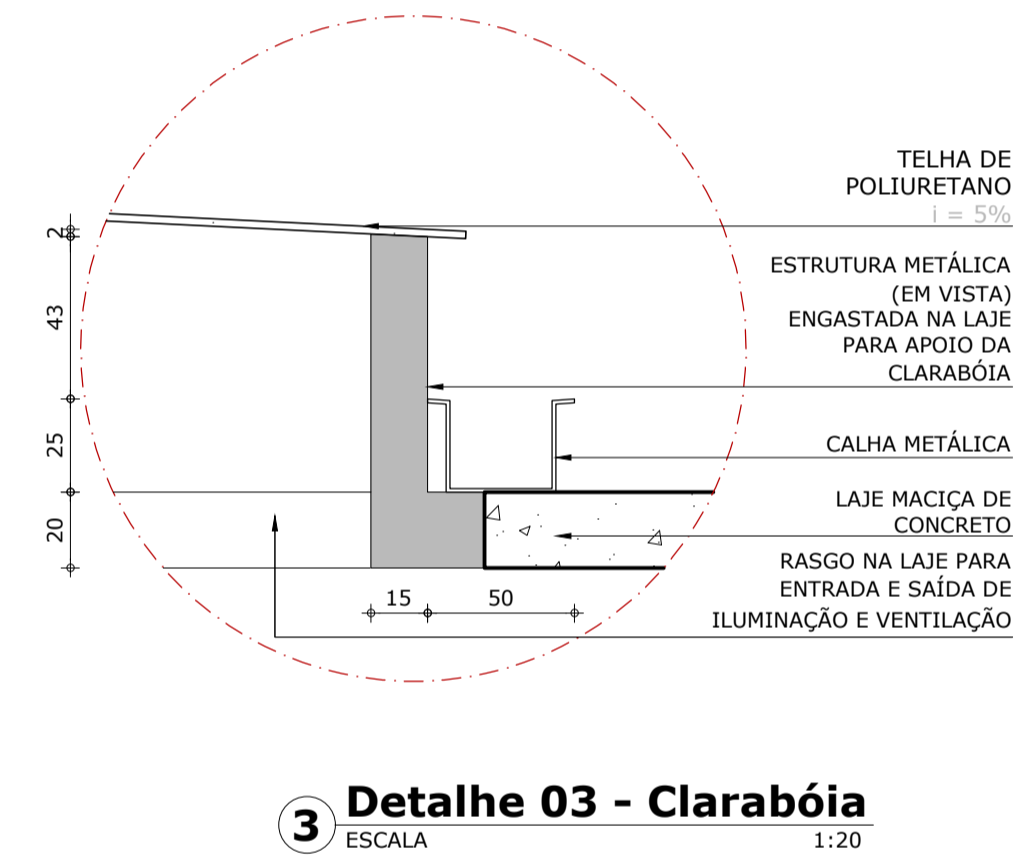
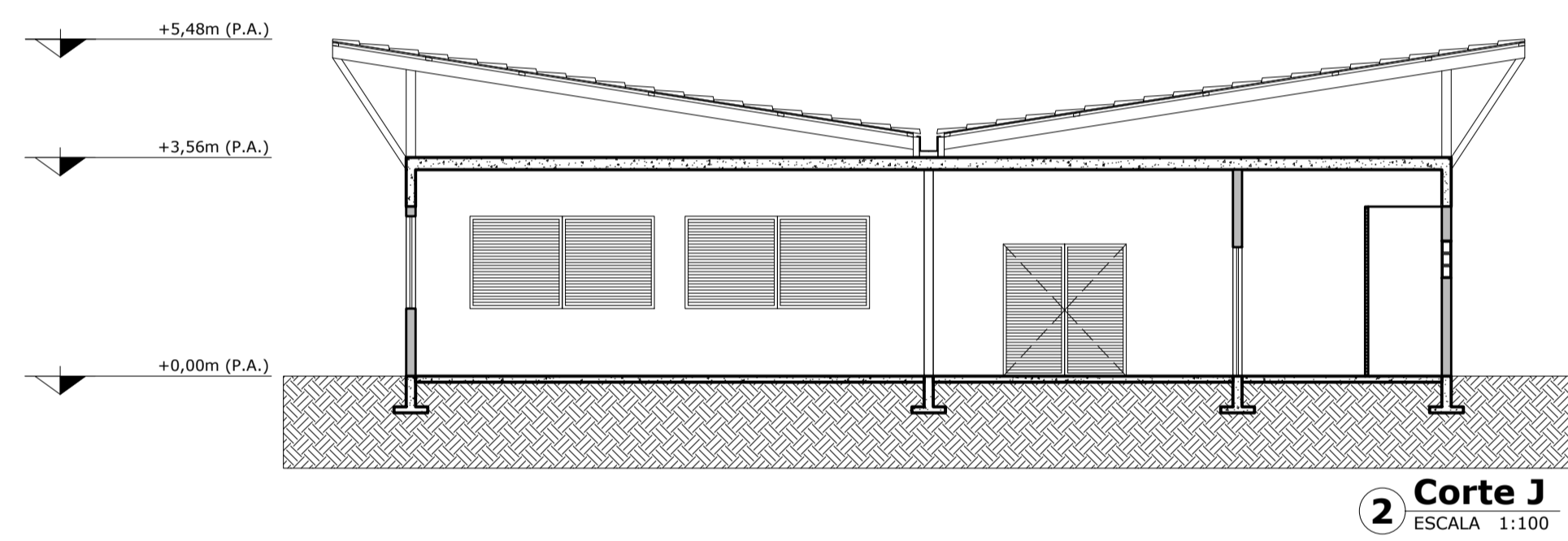
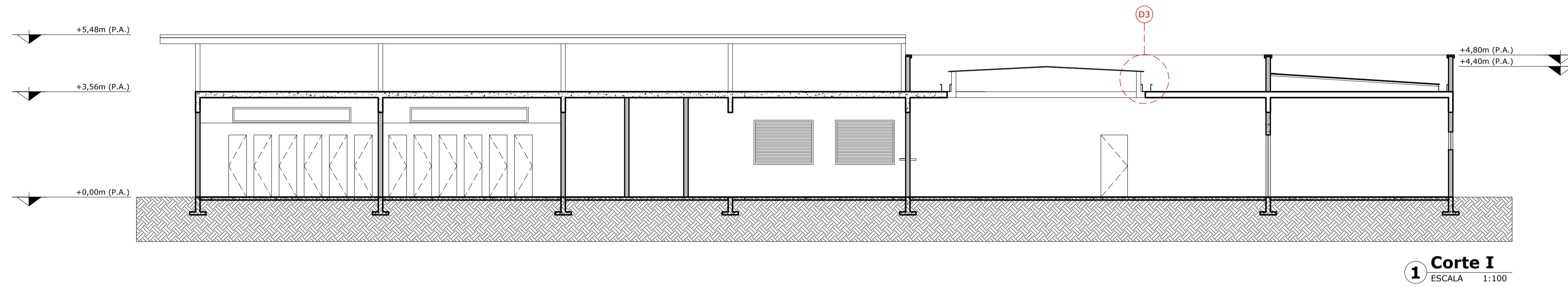
1 Planta Layout Bloco Serviços
ESCALA 1:100

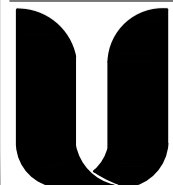


ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		ENDERECO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU	
CONTÉUDO BLOCO SERVIÇOS - LAYOUT		ABRIGO-ESCOLA	PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA
ABRIGO ESCOLA ZELAR		ORIENTADOR MARIANA COMELLI	DATA 19/06/2020
 ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		REVISÃO R00	
		PRANCHIA PR 19	

PRANCHIA FORMATO A1

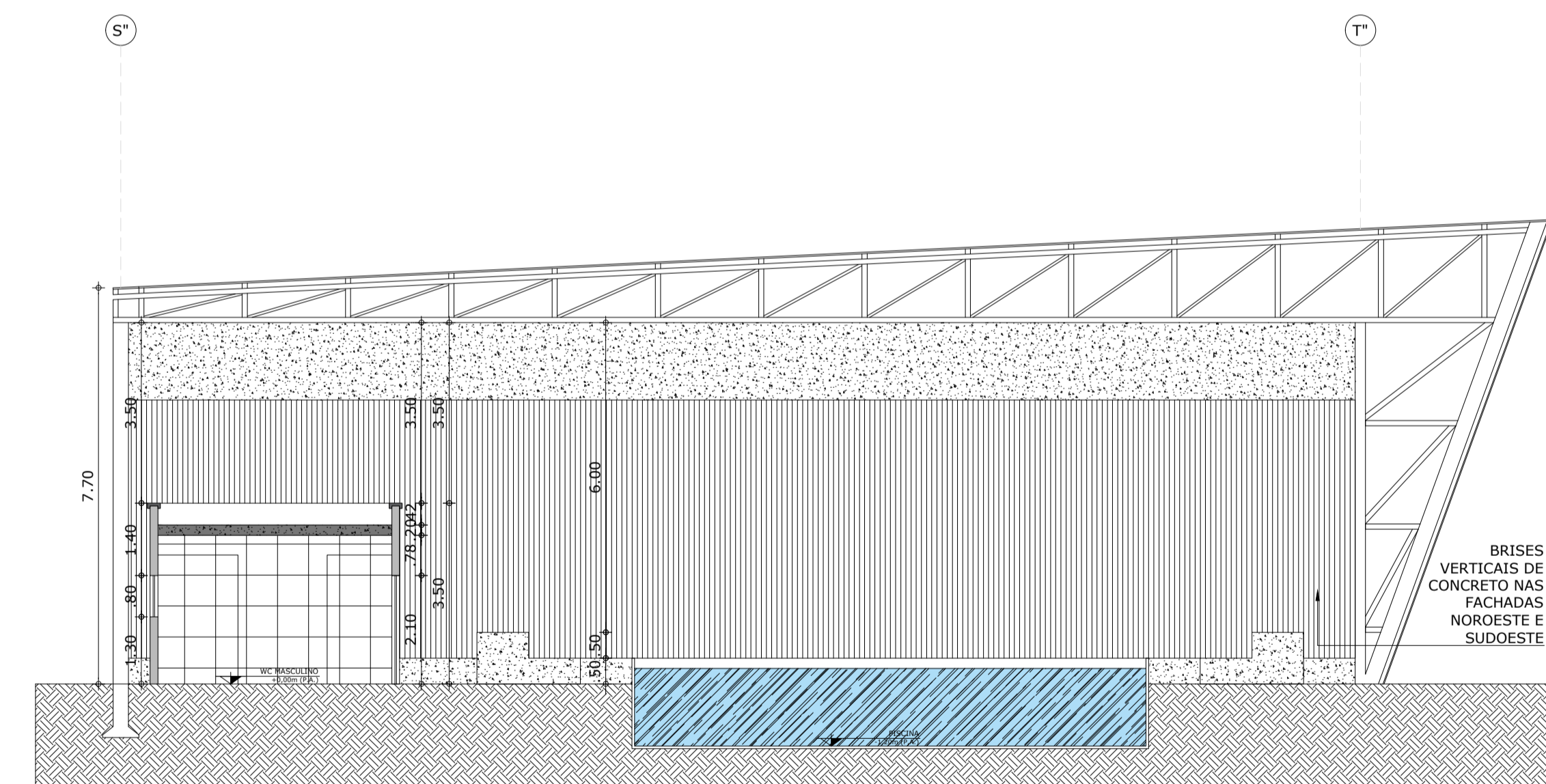
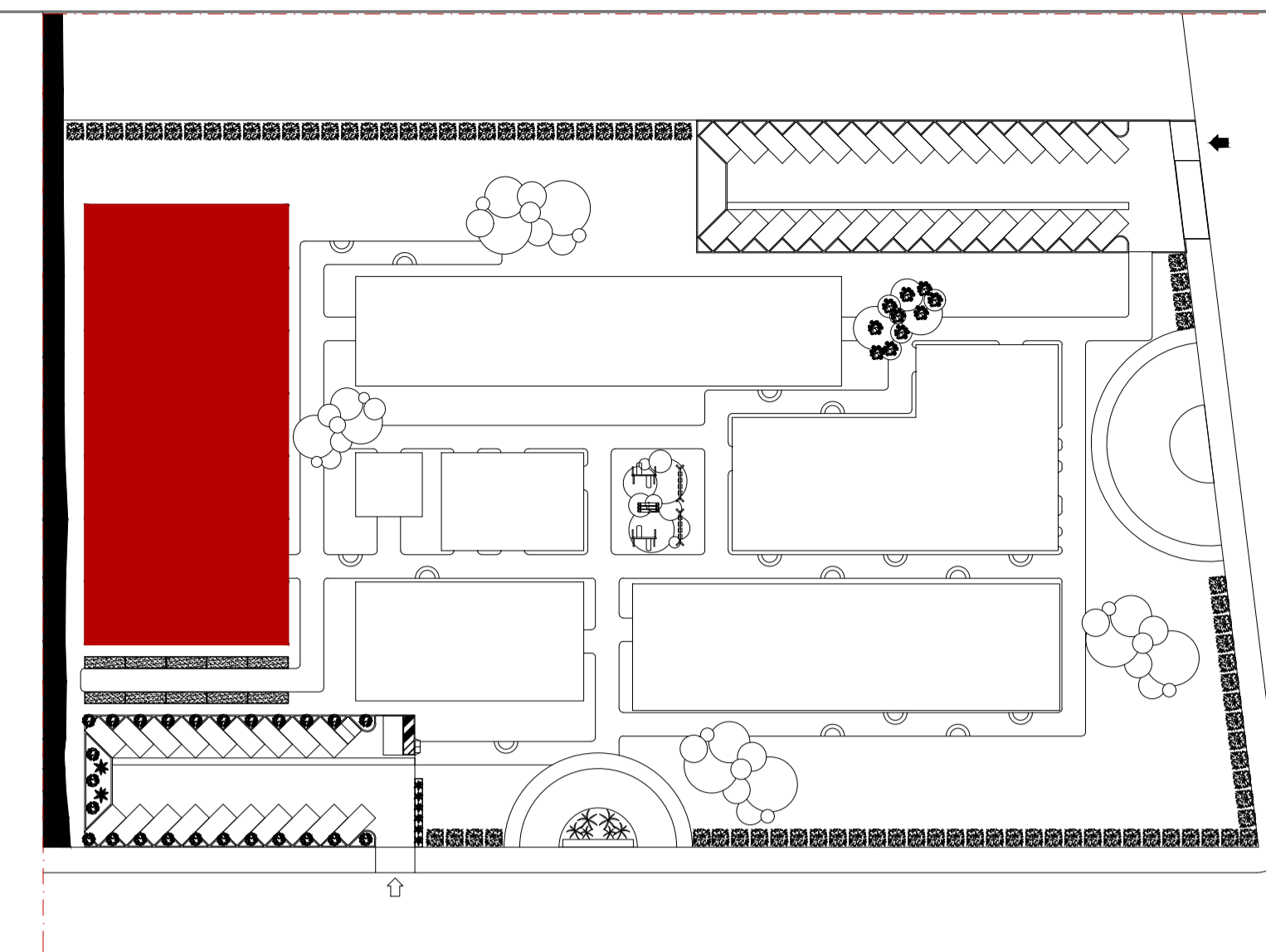
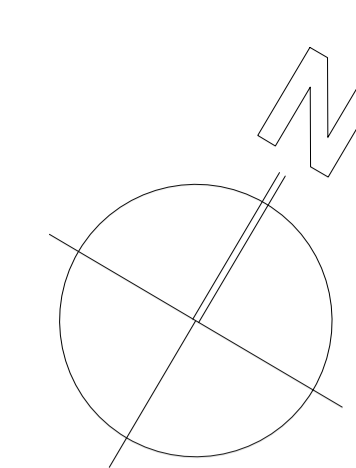
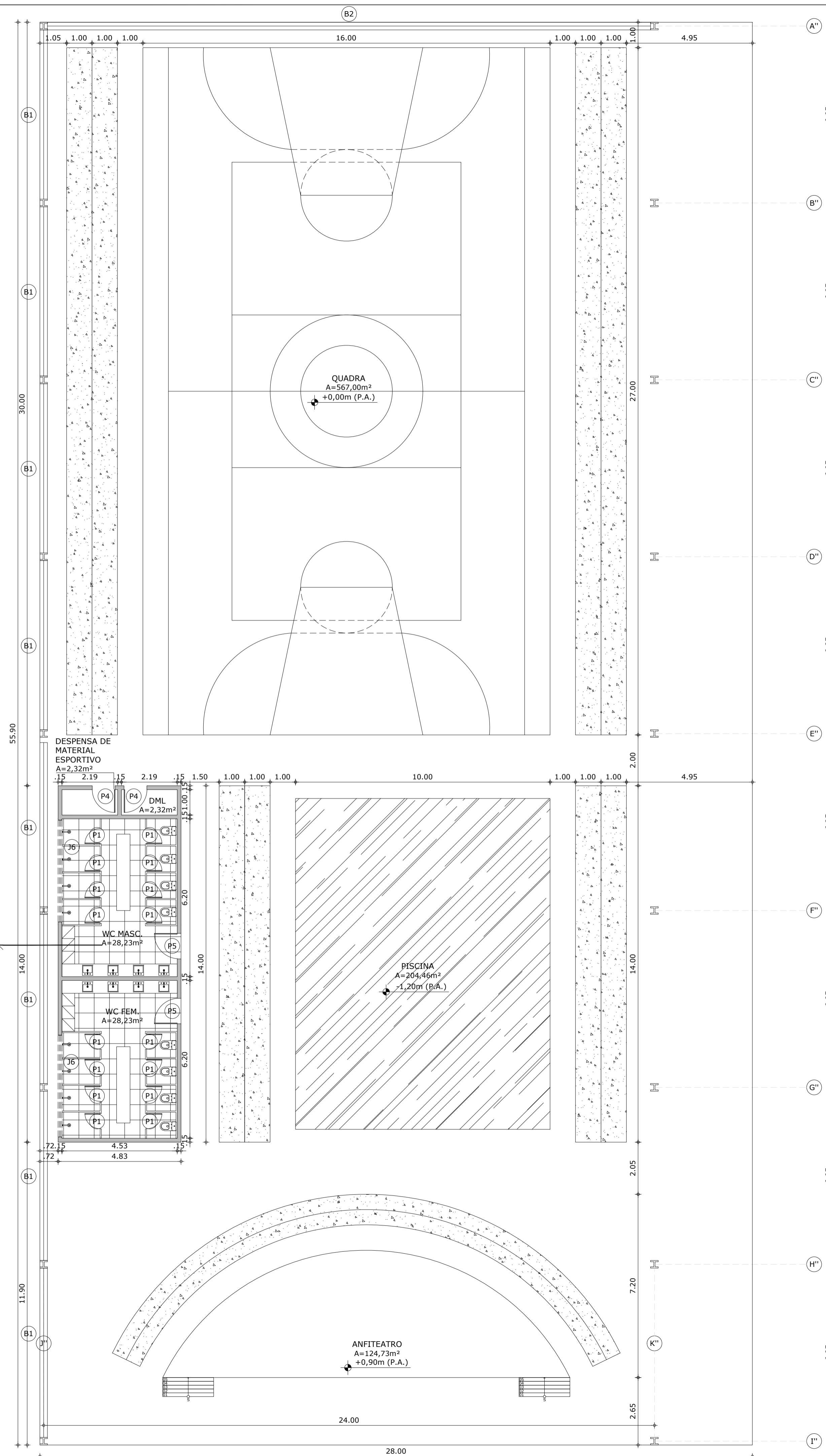
MAPA MOSCA



ANTE PROJETO TCC ZE(LAR)		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URAPURU
ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA	ABRIGO-ESCOLA	PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMÁRA
CONTÍDUO FACHADA BLOCO SERVIÇOS DETALHE 03 CORTES BLOCO SERVIÇOS ABRIGO ESCOLA ZELAR	ORIENTADOR MARIANA COMELLI	DATA 18/05/2020 ESCALA 1:100
 ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		REVISÃO R00 PRANCHIA PR 21

QUADRO ESQUADRIAS

PORTAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
P1	.60X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	16
P4	.90X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	02
P5	1.00X2.10	-	MADEIRA GARAPEIRA	ABRIR (1F)	02
JANELAS					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
J6	4.00 x .80	1.30	MADEIRA GARAPEIRA	VENEZIANA (2F)	02
BRISES					
SIMB.	DIMENSÃO	PEITORIL	MATERIAL	FUNCIONAMENTO	QTD.
B1	6.65 x 5.00	0.50	CONCRETO	BRISES FIXOS	08
B2	23.70 x 5.00	0.50	CONCRETO	BRISES FIXOS	01



2 Corte K
ESCALA 1:100

2 Planta Baixa Ginásio
ESCALA 1:100

ANTE PROJETO TCC ZE(LAR) ALUNA MARCELA MARQUES TEIXEIRA		ENDEREÇO CONDOMÍNIO ESPIRITUAL URUPURU	
CONTEÚDO PLANTA BAIXA GINÁSIO CORTE GINÁSIO		ABRIGO-ESCOLA PROFESSOR DA DISCIPLINA GERMANA CAMARA ORIENTADOR MARIANA COMELLI	
ABRIGO ESCOLA ZELAR		DATA 19/06/2020 ESCALA 1:250	
ARQUITETURA E URBANISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			REVISÃO R01 PRANCHIA PR 22